

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Camila Young da Silva

**O Psicólogo no terceiro setor: os sentidos do trabalho no enfrentamento à desigualdade
social**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Camila Young da Silva

O psicólogo no terceiro setor: os sentidos do trabalho no enfrentamento à desigualdade social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO

2011

Banca Examinadora

Agradecimentos

Inicio este relato agradecendo as pessoas mais importantes da minha vida, minha família. Meus Pais, por me apoiar, não só emocionalmente com afetos e palavras de incentivo, mas por participarem ativamente desta realização, me acompanhando nas viagens a São Paulo para facilitar processos, me convidando para almoçar para que eu não desviasse o foco da pesquisa, enfim, por fazerem tudo para me ajudar.

Aos meus irmãos, Elaine e Felipe e cunhado Alan, por me incentivar nesta escolha e compartilharem comigo os momentos de prazer, que alternavam com momentos de escrita. Momentos muito atribulados, que só queria estar com eles.

E, em especial, meu marido Rodrigo, que também teve uma participação ativa neste trabalho, fazendo revisões, sugestões e me acompanhando nas viagens a São Paulo. Mas agradeço você meu amor, principalmente, por ser meu companheiro fiel, por me acalmar nos momentos de angústia, por me tirar do caos e indicar caminhos, por ter muita paciência, por ficar quietinho ao meu lado sem emitir ruídos para não me atrapalhar, mas me dando o conforto da sua presença.

Sem vocês isto não seria possível, amo vocês!

Estou muito agradecida a Carol e a Carla, minhas amigas queridas de São Paulo, que abriram a porta de sua casa não só para me hospedar, mas para me acolher. Agradeço a vocês pelas nossas conversas, que foram desde bate-papos descontraídos e deliciosos até discussões profundas referentes à pesquisa. Agradeço a vocês pelo meu aniversário de 30 anos que fomos comemorar em um restaurante japonês, que delícia que foi aquela noite.

À Bianca, amiga querida de São Paulo, que estava sempre à disposição quando precisava.

Aos meus amigos muito queridos de São José dos Campos, Denise, Aninha, Renata, Camila (Zizi), Ivanice e Carol sempre acolhedores, compreensivos com a minha ausência e falta de disponibilidade e atentos a minha proposta me enviando textos referentes ao assunto de pesquisa.

Ao Marcelo, pessoa que admiro muito e tive o prazer de conhecer através do meu marido. Presenteou-me com sua amizade e disponibilidade para fazer a revisão de português de grande parte deste trabalho, fato que me deixou tranquila e segura em função da sua competência.

À Ana Corina, minha terapeuta, que estimulou o sonho do mestrado e ajudou a concretizá-lo me apresentando uma amiga que se prontificou a discutir o projeto de pesquisa

enviado para o processo seletivo da PUC-SP. Agradeço também, a esta amiga, conhecida como Mabel.

À Cecília Pesactore, professora da graduação com quem entrei em contato quando decidi ingressar no mestrado e pude contar com todo o seu apoio.

À todos do NEXIN, núcleo de pesquisa do qual faço parte e pretendo manter minha atuação, em especial aos amigos que me proporcionaram encontros de muita potencialização: Cecíle, Poliana, Patrícia, Daniel, Luiz, Fabiana. Agradeço muito a Soraya, que nas nossas viagens a São Paulo me proporcionou trocas extremamente relevantes para o amadurecimento profissional, além de momentos de risos e descontração.

Agradeço especialmente minha orientadora Dr. Bader Sawaia, que conheci inicialmente pelos livros e sempre admirei por suas idéias, e depois tive o prazer de estar ao seu lado durante dois anos aprendendo teorias e compartilhando afetos, como acolhimento, gentileza e compreensão.

À todos os professores da PUC-SP que contribuíram de forma ímpar com a minha formação, em especial, ao professor Doutor Odair Furtado que contribuiu imensamente com esta pesquisa participando da Banca de Qualificação e aceitou o convite para a Banca de Defesa.

Ao professor Doutor Adalberto Botarelli que também contribuiu com reflexões acerca deste trabalho por meio da Banca de Qualificação e que gentilmente aceitou o convite para Defesa.

E por último, agradeço as pessoas que viabilizaram a concretização desta idéia, as instituições e profissionais que aceitaram participar deste estudo.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos implicados na atuação e relação profissional do psicólogo inserido no terceiro setor com a instituição, a equipe e a população atendida, com a finalidade de investigar aspectos que fortalecem e dificultam suas ações no enfrentamento das desigualdades sociais. Trata-se de um estudo qualitativo, embasado nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Social Crítica desenvolvidos por Vigotski e ampliados pelos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos em Exclusão / Inclusão Social, em diálogo com a filosofia de Espinosa, especialmente suas reflexões sobre a afetividade como ético-política. Como procedimento, optou-se pela a entrevista semidirigida com o diretor, a assistente social e o psicólogo em duas instituições diferentes em relação à profissionalização do trabalho. Uma, possui o trabalho estruturado com profissionais contratados e, a outra, não tem trabalho estruturado e a maioria dos profissionais possui vínculo voluntário. A partir dos relatos produzidos pelos sujeitos, foi possível desenhar núcleos de significados e analisar, dentro deles, os afetos e as motivações constituintes da atuação e das relações profissionais. A análise teve como pano de fundo as determinações político-administrativas do terceiro setor no capitalismo e os limites da atuação do psicólogo na política pública. Os resultados apontam que as ações de enfrentamento à desigualdade social no campo do terceiro setor resultam em esvaziamento político, no qual prevalecem práticas adaptativas que chegam prontas para a população. Os afetos aparecem em práticas de solidariedade e não como meio de ação política. Percebe-se que as ações dos psicólogos estão distantes da interdisciplinaridade, da potencialização profissional e do fortalecimento da população. Dessa forma, consideram-se necessárias ações que abarquem o contexto social-subjetivo e busquem novas formas de potencializar e inovar a prática profissional. Conclui-se com este estudo que as ações referentes às políticas públicas no campo do terceiro setor se apresentam limitadas aos entraves burocráticos e demais interesses políticos, pessoais e, conseqüentemente, afastam-se do seu propósito de proporcionar um campo político transformador.

Palavras-chave: Psicologia e Assistência Social. Terceiro Setor. Psicologia Sócio Histórica. Afetividade. Subjetividade. Atuação do Psicólogo. Desigualdade Social.

Abstract

The objective of this study is to promote analyses regarding meanings relating to the professional activities of psychologists working within their institutional environment, with respect to teamwork and the population being cared for. The activities are performed in the third sector, and it aims to investigate aspects which try to understand actions when confronting social inequalities. It is a qualitative study, based on perspective assumptions of Social Critical Psychology developed by Vigotski and followers. Followers include studies developed by the “Nucleus of Studies of the Dialectics” within a framework using elements of Espinosa’s philosophical ideas (particularly his reflections concerning the effectiveness of political-ethics). A “semi-driven” interview with the director, the social assistant and the psychologist was undertaken in two different institutions. The aim was to understand the level of work professionalism. One institution was organized by having its work structured with properly employed professionals while the other institution worked mainly with volunteers. From the reports produced, it was possible to construct “meaning levels” (*belief systems*), and, within this framework, consider motivations and emotional responses relating to the professionals working in the above quoted institutions. The analysis considered the political and managerial background of the third sector and the limits, possibilities and limitations of the psychologist considering the established public policies which regulates activities in a capitalist society. The results suggested that by confronting social inequalities, within the third sector, a situation of political weakness is observed, where ready-made practices prevails for dealing with day-to-day practices. Affection is perceived as solidarity practices and not as a result of policy action (or political determination). It is possible to perceive that psychologists’ actions are not performed as inter-disciplinary actions (weakening professional effectiveness). In this way, actions are considered necessary to include the social (subjective) context, and to find new ways to increase (with useful innovations) professional practices. It can be concluded with this study, that actions of the third sector (performed within known public policies), are being limited because of bureaucratic problems which arises as a result of political and personal interests (not supposed to be present, but which unfortunately exist).

Key-words: Psychology and Social Assistance. “Third Sector”. Socio-Historic Psychology. Affection. Subjectiveness. Psychologist’s work. Social Inequality.

Sumário

Introdução (p. 09)

Capítulo I: O Terceiro Setor (p.18)

- 1.1 - Da origem do termo a emergência do terceiro setor no Brasil (p.18)
- 1.2 - Contexto social e político de fortalecimento do Terceiro Setor (p.25)
- 1.3 - Promessas e desafios deste “Novo” setor (p.36)

Capítulo II: Fundamentação Teórico-Methodológica (p.42)

- 2.1 - Dos conceitos e categorias que embasarão a análise (p.42)
- 2.2 – Dos procedimentos metodológicos (p.57)

Capítulo III: Os Sentidos do Campo de Atuação (p.63)

- 3.1 - As instituições e profissionais participantes da pesquisa (p.63)
 - 3.1.1 - A Cefel (p.63)
 - 3.1.2 - A Girassol (p.69)
- 3.2 – Os eixos de análise e os núcleos (p.74)
 - 3.2.1 - O campo político administrativo do terceiro setor (p.74)
 - 3.2.2 - Potência ou padecimento? (p.82)
 - 3.2.3 - Você tem Fome de Quê? O Encontro com a Necessidade da População (p.98)

Capítulo IV: Considerações Finais (p.103)

Referência Bibliográfica (p.109)

Anexos (p. 114)

Introdução

Este trabalho objetiva complementar um conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos da Dialética da Exclusão-Inclusão (NEXIN), que logo abaixo discutiremos, a fim de investigar como a psicologia tem contribuído no enfrentamento das questões sociais, se esse *locus* de ação permite desenvolver ações potencializadoras do enfrentamento da desigualdade, ou adaptadoras ao *status quo* (políticas compensatórias) e quais categorias teóricas e práticas os profissionais priorizam. Ou seja, investigar quais as ações possíveis dentro desta nova configuração de política pública, o terceiro setor.

Também é objetivo da pesquisa refletir sobre a forma como os profissionais que atuam no enfrentamento à desigualdade social lidam com a afetividade e o sofrimento, para aprofundar as reflexões do NEXIN sobre o caráter ético-político dessas dimensões psicológicas.

Para aquecer esta discussão vamos trilhar, inicialmente, por dois caminhos que se cruzam: o percurso da profissão e a atuação do psicólogo.

Considerando o percurso histórico da profissão de psicologia, Bock (2009) nos chama a atenção para pensarmos esta retrospectiva da atuação do psicólogo, levando em conta a construção de uma psicologia marcada pelo compromisso com as elites, focada na manutenção do controle, higienização e categorização. Foi com essa tradição que a psicologia foi reconhecida como ciência no Brasil em 1962. Dessa maneira, a profissão se institui de forma conservadora sem compromisso com projetos de transformação social.

Desde os primeiros estudos da profissão se observa a configuração de três áreas consagradas: Clínica, Escolar e Organizacional. Há 15 anos foi possível observar a permanência dessa tendência, numa pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em 1995. Os dados mostraram que, dos 75% psicólogos que atuavam na profissão, 54% estavam na área clínica e, apenas, 5,48% na área social. (BOCK, 2009)

Yamamoto (2009) descreve que a profissão começa a se redesenhar no período do regime autocrático burguês. O autor atribui tais mudanças aos seguintes vetores: a falência do modelo de profissional autônomo como consequência da crise econômica do país, a abertura da atuação no campo do bem estar social em função da transição democrática e os embates teóricos ideológicos rumo a uma redefinição da psicologia. Sendo assim, o autor destaca:

Intervir como profissão no terreno do bem-estar-social, portanto, remete a Psicologia para ação nas sequelas da questão social, transformadas em políticas estatais e

tratadas de forma fragmentária e parcializada, com prioridades definidas ao sabor das conjunturas históricas particulares. Isto conferirá tanto a relevância quanto os limites possíveis da intervenção do psicólogo. (YAMAMOTO, 2009, p.44)

Para Lane (1996), o contexto sócio-político marcado pela repressão e violência oriundas do golpe militar de 1964, exigiu o redirecionamento da psicologia a serviço dos excluídos, colaborando para conscientização e organização da população com intuito de desenvolver ações transformadoras da sociedade. A partir disso, a psicologia social tradicional passa a ser criticada, no sentido de que ela não abarcava as questões sociais dos países que se desenvolviam e se voltava mais as camadas privilegiadas, sendo importante construir uma psicologia com uma nova proposta teórico-metodológica que contemplasse o compromisso social com a classe trabalhadora e a transformação social.

Com isso, inicia o movimento de saída dos consultórios, visando à atuação junto à população em favelas, comunidades, movimentos sociais, sindicatos, periferias entre outras. Dentre as práticas propostas destacavam-se assembleias, levantamento de prioridades, reuniões e trabalhos em grupos de conscientização.

Segundo Sawaia (1996), no final da década de 70 aparece como sub-área da psicologia social a psicologia comunitária, que se apresenta como conhecimento científico a serviço do povo para superar a relação de dominação. O psicólogo passa a desenvolver uma práxis militante para favorecer a tomada de consciência em relação à exploração e alienação, além de incentivar a organização de movimentos de resistência e reivindicação.

Recentemente, o profissional de psicologia passou a integrar as políticas de assistência social. Esta abertura institucional do trabalho do psicólogo é fruto de um processo histórico, pautado na luta para a constituição de uma política de direitos. O movimento pela conquista de direitos advém de ações coletivas iniciadas pela classe operária como forma de se oporem ao capitalismo e buscarem melhores condições de trabalho. Com isso, conseqüentemente inicia-se a luta por reformas políticas, levando em consideração os direitos sociais e humanos. (GONÇALVES, 2010)

Com a Constituição Federal de 1988, ocorre uma mudança no campo da Assistência Social no Brasil. esta, passa a constituir junto com a saúde e a previdência, a base da seguridade social inspirada na noção do Estado do bem-estar-social. Após anos de luta, em 1993 é aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta e afirma a assistência social como direito a ser assegurado por meio de política pública universal, não-contributiva e de gestão participativa. (RODRIGUES DA CRUZ; GUARESCHI, 2009)

Ainda de acordo com estas autoras, esse processo culmina com a aprovação, em 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que estabelece diretrizes e formas de gestão da política de assistência. A partir disso, são previstos os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) que prevê o profissional de psicologia em sua equipe.

Com essas mudanças na atuação do psicólogo, o papel profissional também vem incorporando transformações e cada vez mais tem aumentado o debate sobre essa nova área de trabalho: a psicologia nas políticas públicas e no terceiro setor.

Lane (1996) entende que os profissionais que atuam com as questões sociais deveriam resgatar a subjetividade do sujeito, compreendendo seu mundo, emoções e afetos, visando desenvolver grupos que se tornem conscientes, exercendo autocontrole sobre a própria vida através de atividades cooperativas e organizadas. Ou seja, buscar uma práxis cujo objetivo é a consciência crítica e a ação transformadora.

Botarelli (2008) acrescenta que o profissional de psicologia deve intervir nos processos de sofrimento instalados na comunidade e se conectar as necessidades dos sujeitos através de diferentes metodologias de intervenção. Espera-se que o profissional crie espaços de transformação, mobilizando redes de apoio, grupos comunitários e participação social.

A última edição, da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, de julho de 2010, foi dedicada a políticas de assistência social. Dentre as discussões que traz, Porto (2010) pontua que o profissional de psicologia pode contribuir enormemente com o desenvolvimento da equipe multidisciplinar de trabalho e a compreensão dos fenômenos sócio-psicológicos implicados na promoção social. Caberia também ao psicólogo fortalecer o desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário.

A fim de contribuir com estudos e pesquisas sobre a psicologia nas políticas públicas, o CFP (Conselho Federal de Psicologia) criou o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas), cujo objetivo é identificar práticas relevantes na área da psicologia, sistematizá-las, documentá-las e divulgá-las para toda sociedade. O CREPOP tem fomentado reformulações e orientações na prática profissional do psicólogo inserido em contextos diversos: saúde, educação e assistência. Em agosto de 2007, publicou material com enfoque em políticas públicas sobre Referências Técnicas para atuação do Psicólogo no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social) visando nortear o trabalho.

Em resumo, segundo o CFP, seria tarefa do psicólogo que atua com as questões sociais compreender o indivíduo em relação com o contexto social que está inserido, potencializar esse sujeito para desenvolvimento de sua capacidade de transformação do meio social em que vivem, favorecer sua autonomia, promover e fortalecer seus vínculos sócio afetivos e auxiliá-lo a construir práticas interdisciplinares mais colaborativas, ricas e flexíveis, no plano individual e coletivo.

No entanto, toda essa reorganização da atuação não é uma tarefa fácil, pelo contrário. Implicam constantes reflexões, intervenções experimentais pautadas em tentativa e erro, conhecimentos específicos da demanda e uma base teórico-metodológica que não separe subjetividade e objetividade, homem e sociedade, individual e coletivo. E, principalmente, não promova a cisão razão e emoção, que eliminou da ação do psicólogo voltada à participação social, o trabalho com a afetividade.

Para Bock (2009), existem atualmente abordagens da psicologia que concebem o sujeito como capazes e responsáveis por promover o próprio desenvolvimento, não abordando o mundo e as determinações sociais. Estas concepções são reducionistas e naturalizam a condição de pobreza e seus sofrimentos. Considera necessária uma mudança na concepção ontológica, que não isolem o mundo psíquico no interior do indivíduo como algo natural. Mas que pense nas relações sociais e formas de produção de vida como responsáveis pela produção do mundo psicológico.

Gonçalves (2010) considera que na atuação em políticas públicas deve se considerar a demanda social a partir de uma perspectiva histórica, desnaturalizando os fenômenos sociais. Entende que a exclusão e a precarização da vida não são naturais, mas produzidas socialmente e, dessa forma, podem ser alteradas. Nesse sentido, não se trata, apenas, de garantir a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho, mas de criar espaços sociais para o desenvolvimento de todos os indivíduos.

Yamamoto (2009) considera importante que todos que estão envolvidos com a produção de conhecimento, sem desconsiderar as características do mercado de trabalho e as condições impostas por ele, discutam alternativas para a atenção à demanda das classes subalternas, partindo de outras modalidades de leitura do real e dos fenômenos psicológicos.

Diante desse cenário que está se construindo, há cinco anos este pesquisador foi implantar um trabalho na área de psicologia numa ONG, localizada na região norte do município de São José dos Campos (bairro dos Freitas), região caracterizada como zona rural, com ocupações irregulares, população média de três mil habitantes e com 70% destes recebendo até três salários mínimos.

No decorrer do trabalho desenvolvido na ONG, constatamos uma complexidade de demandas como: agressividade presente na maioria das crianças, dependência em relação aos auxílios oferecidos pelo Governo, relações interpessoais reduzidas, famílias predominantemente matriarcais com pouca ou nenhuma participação masculina, a presença masculina marcada pelo alcoolismo, dificuldade escolar, violência doméstica, presença de discurso de insatisfação com a vida pessoal e social. Enfim, um viver conformista pautado pela falta de potência para ação e autonomia.

A partir desta experiência angustiante, iniciei uma série de questionamentos: por onde começar o trabalho? Como eleger prioridades? De que forma a psicologia pode contribuir com estas questões? Como organizar e planejar minha prática em contexto social peculiar? Qual referencial teórico-metodológico apropriado para sustentar a prática comprometida?

Diante dessas inquietações, despertou-se a curiosidade em conhecer o que outros profissionais inseridos nestes contextos sociais faziam e sentiam. Foi então que aproveitei a oportunidade de encontros com outras ONGs¹ para construir diálogos com colegas de profissão que estavam atuando na área. Por meio desse diálogo, foi possível perceber dúvidas em relação à atuação da psicologia no terceiro setor e em relação ao espaço que a psicologia ocupa em contexto de equipe, além de sentimentos de solidão e angústia dos profissionais.

A partir desses afetos e idéias que se configurou esta pesquisa, na tentativa de compreender a atuação do psicólogo inserido no terceiro setor, tendo como pano de fundo o debate sociológico político do setor.

Em função de ser um novo campo de atuação, como já mencionamos, vêm crescendo consideravelmente as pesquisas sobre este assunto. Dessa maneira, destacaremos alguns trabalhos que suscitam reflexões próximas do tema em questão.

No ano de 2008, Paiva, em sua tese de doutorado com o título “Os novos Quixotes da psicologia e a prática social no âmbito do terceiro setor”, considera que há uma clara necessidade de reflexão sobre atuação profissional, além de formação contínua a fim de estruturar respostas efetivas as demandas sociais. Relata que, em sua pesquisa, muitos dos profissionais entrevistados disseram ser o primeiro momento de reflexão de sua prática profissional. *“Parece-nos que há uma prática irrefletida, que o cotidiano do trabalho máscara a concretude do real, que os psicólogos se afastam dela.”* (PAIVA, 2008, p. 153)

No ano seguinte, Nery (2009) em seu doutoramento intitulado “O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social – Saberes e direitos em

¹Encontro Itaú-Unicef realizado em Campinas em 2007 que reuniu diversas ONGs do estado de São Paulo, resultando em 281 projetos inscritos.

questão”, discorre sobre as transformações nas políticas públicas que estão em curso à época e destaca que essas mudanças são lentas e exige esforços coletivos. Ressalta ainda que o campo da assistência social, devido ao seu percurso histórico, resulta em formas conservadoras e doutrinárias no enfrentamento das questões sociais e que estas precisam ser transformadas em espaços mais democráticos.

A autora constata em sua pesquisa existir uma obscuridade no que se refere à área do psicólogo e assistente social, e considera importante uma reflexão do que é próprio de cada área e do que é campo compartilhado. “A análise do trabalho de psicólogos e assistentes sociais revelou um campo de relações e diálogo de saberes em embrionário estágio de construção, sugerindo algumas reflexões.” (NERY, 2009, p. 251)

Continuando nesta perspectiva, o Núcleo de Estudos da Dialética da Exclusão/Inclusão da PUC-SP, coordenado pela professora Bader Sawaia, do qual fazemos parte desde fevereiro de 2009, tem produzido pesquisas sobre a dimensão afetiva e subjetiva dos usuários de políticas públicas e dos psicólogos que as desenvolvem, com objetivo de orientar práticas que superem a dicotomia entre subjetividade e objetividade, individualidade e coletivo e promovam a potencialização da ação e participação social através da compreensão da subjetividade e dos afetos.

Consideramos que os psicólogos podem trabalhar com a singularidade e a subjetividade sem com isso ocorrer no psicologismo ou em práticas voluntaristas. Dentre as últimas produções envolvendo política pública e afetividade, destacam-se em ordem cronológica crescente:

- O trabalho de Pizzolante de 2007 intitulado “A psicoterapia como compromisso social, político e ético em sua dimensão afetiva”. Nessa pesquisa, a autora reflete sobre uma proposta de psicoterapia voltada para o sofrimento ético e político, cujo objetivo é potencializar ações e gerar mudanças na população de baixa renda.
- Em 2008, a tese de Brandão intitulada “Afetividade e participação na metrópole: uma reflexão sobre dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza”. Nela, defende que as ONGs precisam construir espaços de produção de subjetividade, tendo como base a solidariedade afetiva. Considera relevante a formação de referencial teórico menos rígido que vise à construção de espaços de formação humana. Elabora uma fundamentação teórica com base em Espinosa, Vigotski e Adorno para orientação da construção de espaços de formação humana.

- No mesmo ano, Botarelli (2008) defende sua tese com o título “Os psicólogos nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis”. Em sua pesquisa, acrescenta que a psicologia dentro das políticas públicas é um desafio, pois em alguns espaços os serviços de psicologia são ofertados apenas para uma parcela específica da população, atingida por processos de vulnerabilidade. Além disso, chama a atenção para uma práxis ético-política potencializadora, que acolha a subjetividade dos sujeitos.
- Em 2009, Castro desenvolve sua pesquisa com o título “Uma análise dos sentidos da não-participação para os moradores em uma favela de São Paulo nos serviços prestados por organizações do terceiro setor”, cujo objetivo foi ampliar a compreensão da relação dos moradores da favela com as organizações do terceiro setor, tecendo reflexões críticas a partir da não-participação.
- E, por último, em 2010, Araújo defende sua dissertação “ ‘Mas a gente não sabe que roupa deve usar’: um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social”. Neste estudo, foi analisou a prática do psicólogo no CRAS e sua implicação com a subjetividade como forma de ação política.

A maioria dos estudos expostos acima se refere ao campo da política da assistência social como “novo” espaço de atuação do psicólogo e destaca importantes reflexões sobre o tema, como: a falta de respostas efetivas ao enfrentamento da desigualdade social, a necessidade de perspectivas teóricas que inovem a forma de compreender e agir frente às questões sociais e a busca de espaços de fortalecimento como possibilidade de mudança, tanto entre os profissionais por meio da integração de saberes, como da população atendida por meio de consciência política e social.

Assim, o presente estudo busca ampliar as reflexões e conhecimento sobre o tema, embasado nos pressupostos epistemológicos da psicologia sócio-histórica em diálogo com a teoria dos afetos de Espinosa como possibilidade de compreensão e intervenção no enfrentamento da desigualdade social.

Para tanto, tem como objetivo geral analisar os sentidos implicados na atuação e relação profissional com a instituição, equipe e demanda do psicólogo inserido no terceiro setor no município de São José dos Campos. E como objetivos específicos: (a) conhecer o Estatuto das instituições e como a política institucional interfere na atuação do psicólogo; (b) conhecer as ações desenvolvidas por esses profissionais e se eles consideram a dialética

social-subjetivo; (c) entender como esse profissional integra a equipe da instituição; (d) compreender como as ações do psicólogo tem contribuído com as necessidades da população.

Para abordar esse problema, o trabalho conta com duas teorias de base: a teoria dos afetos de Espinosa e a psicologia sócio-histórica de Vigotski, com destaque as categorias de sentido e significado. Este caminho vem sendo foco de estudo do NEXIN, com o objetivo de promover o diálogo entre as produções desses dois autores a fim de ampliar a compreensão humana e dos fenômenos sociais, principalmente o que diz respeito à servidão humana e ética das relações.

A psicologia sócio-histórica embasa o trabalho a luz das determinações sociais como forma de compreensão da subjetividade do sujeito. Nesse sentido, “(...) *propõe formas de intervenções que contribuam para desvendar o processo social que engendra a subjetividade assim constituída e para que se resgate a dialética do processo subjetivo-objetivo, superando as contradições*”. (GONÇALVES, 2009, p. 291)

Os afetos são tema de estudo desde a antiguidade e, durante esse percurso até a pós-modernidade, tem-se constituído diferentes olhares sobre como tecer a teoria dos afetos, Espinosa é considerado o precursor em abordar os afetos de forma otimista e natural, e Vigotski, influenciado pela teoria espinosana, acrescenta a dialética, a historicidade, o aspecto ético e político e a teoria do sentido e significado na compreensão dos mesmos.

Partimos do pressuposto de que não há separação mente e corpo, indivíduo e sociedade. Pensamos o homem com capacidade de afetar e ser afetado, e essas afecções experimentadas pelo corpo e alma atuam na formação de sentidos, constituindo o subtexto da prática do psicólogo. Além disso, acreditamos que o profissional de psicologia tem uma contribuição específica para dar, sendo de sua competência a análise e a intervenção na relação entre o subjetivo e o social.

Contudo, este trabalho busca ampliar a reflexão sobre as ações dos psicólogos nas políticas públicas e como estes afetam e são afetados a partir dos encontros com a equipe, instituição e demanda. Esta análise terá como pano de fundo um significado maior, que diz respeito à dimensão sócio-política do terceiro setor como *locus* de potência de ação ou de mera reprodução e assistencialismo.

Para alcançar os objetivos propostos o estudo contou com a participação de duas instituições do município de São José dos Campos, a primeira com um trabalho estruturado, planejado, com equipe multidisciplinar para sua execução e parceria da Prefeitura Municipal. A segunda, com o trabalho ocorrendo de forma menos estruturada, apoio de voluntariado e doações. Em cada uma das instituições elegemos três profissionais para participar da

pesquisa, o diretor, como representante da instituição, o assistente social, como representante do trabalho em equipe e o psicólogo. A proposta foi investigar diferentes sentidos sobre a atuação do psicólogo, forma de compreender as necessidades da população e o trabalho em equipe e observar as relações profissionais e institucionais como possibilidade de potencializar ou padecer ações.

Para tanto, a presente dissertação será apresentada em quatro capítulos:

No primeiro capítulo abordaremos o terceiro setor discutindo sua configuração histórica e política, desde seu nascimento até a atualidade. Também será enfocada sua dimensão jurídica e suas diversas configurações, visando atualizar as principais regulamentações da área.

O Capítulo II traz o referencial teórico e metodológico que embasa este estudo. Discute os principais conceitos da psicologia sócio-histórica de Vigotski, enfatizando a teoria dos sentidos e significados e aborda os principais conceitos da teoria da afetividade de Espinosa. As idéias são articuladas em acordo com as práticas do NEXIN, que concebe a criatividade e afetividade como forma de emancipação humana. A segunda parte desta seção revelará os procedimentos adotados para alcançar os objetivos da proposta.

No Capítulo III será apresentada a análise de dados, iniciando pela apresentação dos sujeitos e seguida por três eixos de reflexão: (1) O campo político administrativo do terceiro setor; (2) Potência ou padecimento? (3) Você tem fome de quê? O encontro com a necessidade da população. A partir destes questionamentos, buscou-se articular os sentidos encontrados nas entrevistas com os conceitos teóricos, tecendo reflexões na tentativa de responder os questionamentos propostos.

O quarto e último capítulo traz as considerações finais com objetivo de alcançar contribuições no campo da atuação do psicólogo no terceiro setor.

Capítulo I: O Terceiro Setor

1.1 – Da origem do termo a emergência do terceiro setor no Brasil

A partir da década de 50, nos Estados Unidos, as instituições que praticavam filantropia passam a ser reconhecidas no setor econômico. Tal fato se deve ao interesse de estimular o setor sem fins lucrativos em função da ameaça política direcionada às fundações. O congresso americano acusava estas organizações de concentrar o poder e ameaçar o governo democrático do país. Neste período, o setor se caracterizava por ser voluntário, manter ações de caridade, ser financiado por doações e ser sem fins lucrativos. (CALEGARE, 2009)

Nos anos 70, de acordo com o mesmo autor, o termo terceiro setor começou a ganhar corpo, quando as instituições foram reconhecidas como parte da vida política, econômico e social da América.

De acordo com Paiva (2008) a literatura atribui o nascimento do termo terceiro setor nos EUA, na década de setenta, a partir do trabalho realizado pela Comissão Filer² que mapeou as instituições não lucrativas no país e, neste momento, compreendeu essas configurações como pertencentes a um terceiro setor.

Oliveira (1999 *apud* CALEGARE, 2009) precisa que o termo foi cunhado por John D. Rockefeller em 1978, ao apresentar um trabalho onde apresenta o sistema formado por três setores.

No Brasil, a expressão terceiro setor foi introduzida no III Encontro Ibero Americano organizado pelo GIFE em 1996, no Rio de Janeiro (MONTAÑO, 2002).

A filantropia já era praticada no Brasil, contudo, o nascimento do conceito terceiro setor, que inicia nos anos 70 e se intensifica nos anos 90, se refere ao novo formato da filantropia que associam ações privadas e governamentais.

Para Gohn (2000), o termo tem sido muito utilizado na literatura em função de apontar para caminhos alternativos. No entanto, considera esta nova concepção um “*Frankstein*”: grande, heterogêneo, desajeitado e construído de pedaços bastante confusos. Como exemplo, podemos citar a heterogeneidade das organizações que compõe esta esfera e assumem diferentes posturas e finalidades.

² A Comissão Filler era composta por pesquisadores norte-americanos, que iniciou o trabalho de análise em 1973 financiado pela Fundação Rockefeller (Perz Dias & Novo, 2003 *apud* Paiva, 2008).

A autora considera esse fenômeno complexo e contraditório, pois abarca entidades progressistas que objetivam a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa e entidades conservadoras que possuem programas assistenciais, compensatórios pautados pela lógica do mercado.

Já o termo “ONG” surgiu no pós-guerra, apoiado pela ONU, para designar organismos representativos que defendiam interesses independentes dos ideais estipulados pelos países. (CALEGARE, 2009). Esta era a nomenclatura utilizada para identificar a organização de grupos sociais que reivindicavam liberdade e justiça social, apesar do termo não existir judicialmente.

Fernandes (2005) descreve que o surgimento das ONGs foi intensificado no hemisfério sul na década de 60 e 70 através do programa de desenvolvimento internacional dos países de Terceiro Mundo. Nesse período, os laços estabelecidos com as ONGs internacionais eram sólidos, sendo elas responsáveis pelo financiamento e manutenção dos trabalhos desenvolvidos pelas organizações na América Latina, que tinham matrizes cristãs, humanistas ou social-democratas.

No Brasil, muitas organizações surgiram com caráter politizado e militante, atuaram por meios dos movimentos sociais durante os anos setenta e oitenta a fim de combater a ditadura militar.

Este cenário estimulou a organização da sociedade civil por meio de diversos atores e inúmeras práticas coletivas, a reivindicar bens, serviços e direitos sócio-políticos. Estas lutas pela redemocratização levaram ao movimento das Diretas Já e a Constituição de 1988. (GOHN, 2004)

É importante observar que foram as lutas sociais que transformaram a *questão social* em uma questão política e pública, transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais. (RAICHELIS, 2006, p. 15)

Referendada nesta concepção, as ONGs propunham uma forma de ação política que se opunha ao autoritarismo e tinham fortes ligações com as agências internacionais. Isso originava uma identificação com o não-lucrativo, não-governamental e alternativo. Também eram portadoras de uma nova cultura política diante da incapacidade do sistema político em dar respostas para as questões sociais (THOMPSON, 2005).

O discurso dessas novas instituições era marcado por um tom político e reivindicativo. No entanto, foi este mesmo espaço que foi sendo ocupado pelo que se convencionou chamar de terceiro setor o que, mais tarde, levou ao esvaziamento político de muitos movimentos sociais.

Gohn (2000; 2004) apresenta uma distinção na constituição das ONGs no Brasil entre as de cunho militante, oriundas da cultura participativa dos anos 70 e 80, e as ONGs propositivas, que atuam utilizando uma lógica racional e mercadológica.

As ONGs militantes estiveram por detrás dos movimentos sociais que contribuíram para queda da ditadura militar e democratização do País, criando um novo campo ético-político. Caracterizavam-se por priorizar os espaços na sociedade civil e manter pouca ou nenhuma relação com órgãos públicos. Já as ONGs mercadológicas atuam por meio de uma política compensatória, voltadas para prestação de serviços, elaboração de projetos e planejamentos estratégicos.

Paiva (2008) destaca três gerações de ONGs na América Latina: as missionárias e militantes, as promotoras de democracia dos anos 80 e as profissionais dos anos 90. Estas apresentam aglutinação heterogênea e confusa.

Com a crise do Estado e a chegada do neoliberalismo, o que se configura é a redução de gastos e desresponsabilização do Estado delineado pelo seguinte propósito “menos Estado e mais Mercado”. Com isso, se inicia uma reforma Estatal que resulta nos processos de privatizações, terceirizações e “publicizações”³. (TREZZA, 2007)

Perante essa reorganização, acrescenta a mesma autora, o Governo passou a buscar novos caminhos em busca de eficiência, efetividade e garantia de direitos, fazer o Estado ser mais eficiente a um menor custo. Nessa direção, as consolidações das relações públicas não-Estatais se apresentam como uma saída.

Dessa maneira, a partir da década de noventa, o terceiro setor adquire destaque, porém com uma nova roupagem, deixando a postura reivindicatória e investindo em outras atividades. Nesse momento, o Estado passa a ser visto como aliado (BRANDÃO, 2008).

Gohn (2000) aponta que a partir da década de 90 o terceiro setor passa a desempenhar o papel de intermediação entre o Estado e a sociedade, assumindo a implementação e execução de política pública transferida para as chamadas parcerias públicas não-estatais.

Ao mudar o contexto econômico-político, começam mudar também as instituições e visões sobre elas. Os dois blocos de instituições presentes na época passam a se desvanecer e,

³ Processo de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado-pública não estatal.

a partir disso, ganha peso uma percepção funcional em lugar de uma político-ideológica (Thompson, 2005).

A maioria das organizações foi criada neste período, sem cunho militante, defendendo a políticas de parcerias, inclusive com Estado e o alargamento dos espaços públicos de caráter não-estatal. O Banco Mundial foi o maior responsável pela intensificação das ONGs, pois privilegiava as ações em parceria com setor. Em 1994, cerca de metade dos projetos financiados pelo banco envolvia parcerias com ONGs.

Posteriormente, houve alteração na economia e os empréstimos eram feitos diretamente ao governo brasileiro, que repassavam os recursos para instituições. O esquema de repasse de recursos passou a ser organizado da seguinte forma: os empréstimos eram feitos diretos ao governo brasileiro que repassavam os recursos para as instituições. A partir desta proposta, os recursos não custeavam 100% dos gastos das instituições. Ocorriam por ações direcionadas mediante apresentação de projeto, que deveriam ter tempo determinado e gerar resultado mensurável para obter a renovação dos recursos.

Com esse novo plano de trabalho, o Estado abandona o papel de executor ou prestador direto de serviços e passa a regular e prover estes. Para isso, foram criados instrumentos jurídicos que regulamentam e certificam as instituições para que o Estado possa transferir recursos e serviços públicos.

Além disso, desenvolve-se um novo espaço público não-estatal, onde irão situar os conselhos e fóruns formados pela sociedade civil e representantes do Governo com a proposta de discutir as questões de cunho social.

Diante dessas mudanças os movimentos sociais começam a minguar, os diversos atores e discurso começam a se homogeneizar os espaços públicos se esvaziar. Nas palavras de Gohn (2004, p.26), “*o militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas e usuárias dos serviços sociais.*”

Com a reconfiguração do setor se iniciam debates e fóruns de discussão a fim de conceituar o setor e regulamentá-lo no Brasil.

Por se tratar de um contexto que vem sendo construído e é permeado por contradições sua definição não tem sido uma tarefa fácil. Thompson (2005, p.41) define o terceiro setor como um conjunto de “*instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósito de interesse público*”. Porém, o autor considera esta uma definição simplista diante do amplo fenômeno que compõe o setor.

Não diferentemente da definição, os posicionamentos em relação ao terceiro setor são divergentes ocasionando um debate que destacam duas posturas paralelas. Por um lado o

aspecto positivo dessa nova configuração com expectativa de transformação e fortalecimento social e, por outro, uma visão que desresponsabiliza o Estado e distancia a população dessa relação com o mesmo.

Para Primeira Dama do Governo de Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, uma das idealizadoras da proposta do terceiro setor, trata-se de um espaço de experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social rompendo com a dicotomia entre o público e privado. Nem a lógica do mercado, nem a lógica governamental: a idéia é potencializar ações, governo e sociedade pensarem juntos, sem confusões de papéis ou abdicação da autonomia e responsabilidade inerente a cada parceiro.

Alguns autores vêem o terceiro setor negativamente como exploração da força de trabalho ou parte de estratégias neoliberais para desobrigar o Estado em relação às questões sociais. Carlos Montaña (2002, p. 22) defende a seguinte tese:

Assim, numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de “terceiro setor” refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um povo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de respostas às sequelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da autoajuda e da ajuda mútua.

Perante essa postura, o autor pontua que a responsabilidade é transferida para os próprios sujeitos portadores da necessidade e sua execução passa a ser uma opção do voluntariado local deixando de ser um direito. Por isso, ocorre a desregulação da relação capital-trabalho, o esvaziamento dos preceitos democráticos e a precarização do trabalho e do sistema de proteção social.

Para Paiva (2008) com essas mudanças o Estado deixa de ser um instrumento das correções das desigualdades sociais e passa a ser um fomentador dessa iniciativa mantendo o discurso de que a questão social está sendo cuidada.

Gohn (2000) tece reflexões considerando os dois lados. Considera que a implantação de um novo modelo de desenvolvimento levando a transferência e operacionalização do serviço para o setor privado sem fins lucrativos ocasiona mudanças no terceiro setor, que passa a atuar segundo critérios do mercado capitalista, buscando eficácia no serviço e marketing institucional. O planejamento estratégico é à base da formulação de projetos, e as ações se fundamentam na lógica empresarial custo/benefício. Essa nova forma de atuação não demanda um vínculo permanente dos indivíduos. Os serviços ocorrem independentemente

dos laços, diferentemente das ONGs militantes que possuem uma política ideológica que os vinculam.

Nesse formato, os usuários passam a ser clientes/consumidores do serviço, havendo uma redução do poder de negociação, podendo inclusive levar à perda de direitos já conquistados. Isto porque fica sob a responsabilidade da ONG efetivar o serviço e ser interlocutora com a sociedade.

Gohn (2000) considera que as maiorias das organizações não lutam contra as formas geradoras de exclusão, atuando apenas sobre seus resultados. Ou seja: organizam ações para incluir de forma diferenciada o excluído pelo modelo econômico.

O campo de atuação do terceiro setor expandiu-se e ele passou a ser organizado menos como lugar de acesso aos direitos de uma cidadania emancipatória e mais como lugar de exercício de uma cidadania outorgada, de cima para baixo, que promove a inclusão de indivíduos a uma rede de serviços, na maioria das vezes de forma assistencial. Os novos cidadãos se transformaram em clientes de políticas públicas administradas pelas entidades do terceiro setor. (GOHN, 2000, p. 69)

Nesse formato, as ONGs adquirem caráter emergencial, integrando o cliente em programas compensatórios ao criar uma rede de paliativos. Essas ações, quando executadas por organizações conservadoras, podem alterar o sentido de caráter das ações coletivas, deslocando a responsabilidade para o indivíduo num estilo assistencialista e compensatório.

Ainda nessa discussão, a autora pontua que sem se fixar apenas na leitura do maquiavelismo estatal neoliberal, a redefinição da estrutura do Estado é um fato importante e necessário, considerando a forma clássica de dominação esgotada.

Além disso, a intervenção da sociedade civil nas políticas públicas gerou novos atores com capacidade de intervir no Estado criando uma nova forma de representação. Tal acontecimento sugere caminhos alternativos que sirvam de base para uma realidade mais justa, através de formas de desenvolvimento sustentável e apropriação de espaços nas esferas governamentais e de gestão pública.

No entanto, em função de uma cultura política baseada em uma lógica que não possui elementos de ordem crítica e pressão-reivindicativa, ocorre o posicionamento na esfera pública via associacionismo e colaboracionismo, reforçando as políticas assistenciais compensatórias. Dessa perspectiva, faz-se necessário uma postura ativa das ONGs em relação

aos governos, tanto em relação às parcerias como no fomento de uma postura reivindicatória de direitos. Para tanto, o conhecimento se torna fundamental para transformar a realidade.

Gohn (2000) considera que o grande avanço dessa parceria é a possibilidade de penetrar nas microesferas da sociedade. Para isto, as políticas públicas necessitam de mediadores para serem efetivas. Dessa maneira, o terceiro setor adquire papel-chave no conjunto das relações entre o Estado e sociedade, pois é através dessas instituições que será possível captar as necessidades locais e a lógica da ação coletiva, diferentemente da lógica de uma agência estatal do mesmo serviço.

Outra vantagem, da parceria Estado e ONGs, é que as organizações, diferente do Estado, conseguem ser mais ágeis, criativas, sabem trabalhar com a diversidade, atuam em redes e produzem novos saberes. Dessa forma, não podemos considerar apenas o lado negativo de redução de custos e estratégia de dominação das mesmas.

Na visão de Thompson (2005), política e economia são campos fundamentais para o terceiro setor. O primeiro tem que atuar na conquista e garantia de direitos dos excluídos, enfrentando o Estado e empresas. Para isso, será necessário que a população aprenda a exercitar seus direitos e estabelecer relações com o poder público. Já na economia, as regras do mercado serão sem dúvida o que orientará suas ações: a relação custo-eficiência-efetividade, atenção aos clientes, formação de recursos humanos e até mesmo a competição com outras instituições. Não que deva se inclinar para um desses campos; os dois tem razão de ser. Porém, a lógica e a metodologia de ação deve se apresentar de forma diferente.

Concordamos que se trata de um fenômeno sócio-político, embasado em estratégias de interesse do Estado que geram a não-participação da sociedade ou a participação de forma destorcida. Corroboramos com Gohn que o modelo estatal estava esgotado e precisava ser revisto oferecendo espaço para novos modelos de gestão. Mas vinte anos depois, podemos afirmar que este novo formato de parceria, apesar de apresentar algumas vantagens, apresenta-se com excesso de burocratização e controle, escassez de apoio financeiro, alta competitividade, um conjunto de iniciativas frustradas e colocando os cidadãos como telespectadores, em vez de atores sociais.

A essa altura, podemos sugerir a necessidade de reorganização do setor, com a configuração da regulamentação jurídica adequada e a busca por novas estratégias e modelos.

Porém, independente da postura adotada em relação ao terceiro setor, não podemos negar que este vem assumindo enorme responsabilidade em relação às questões sociais, sendo necessária uma reflexão em relação ao papel que desempenha na sociedade.

Assim, essa imensa rede de organizações privadas localizadas à margem do aparelho formal do Estado, sem fins lucrativos, mobilizadora de trabalho voluntário, passou a ter influência nas mudanças do final do século, pois passaram a atuar na economia informal, gerenciando milhares de empregos voluntários e começando a se fazer presente na economia formal através dos sistemas de cooperativas.

Em 2004 foi finalizado um estudo realizado em 2002 pelo IBGE em parceria com a ABONG⁴ e o GIFE⁵ intitulado: As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil. A pesquisa quantificou aumento de 163% do setor no país resultando em 276 mil organizações. Destas, 62% foram criadas na década de 90. (MERENGE, 2009)

Pela primeira vez, em 2007, o setor entrou com um destaque específico na composição do PIB, representando 1,4% do produto interno bruto brasileiro, movimentando R\$ 24 bilhões.

Em 2008, o IBGE divulgou dados sobre uma pesquisa realizada em parceria com IPEA⁶, GIFE e ABONG no ano de 2005 sobre o terceiro setor. Neste estudo se desenvolveram dados comparativos com as duas pesquisas já realizada no Brasil sobre o setor, em 1996 e em 2002. Os números mostram que em 2005 as organizações totalizaram 338 mil, o que significa um crescimento de 22,4% do ano de 2002 para o ano de 2005. Destas, mais da metade localizam-se na região sudeste e 44.5% atuam na área da assistência social. O número de trabalhadores assalariados foi de 1,7 milhão e a média salarial mensal é de R\$ 1.094,00. Tal fato tem colocado o setor como estratégico para geração de empregos. (As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil, 2005).

Em síntese, acreditamos que diante da crescente atuação do setor, conforme indicam os números, do alcance que o setor vem assumindo na construção de políticas públicas voltadas para uma sociedade mais justa e por se tratar de um campo de trabalho da psicologia, é um importante foco de investigação.

1.2 - Contexto social e político de fortalecimento do Terceiro Setor

Após a crise de 1929 nos Estados Unidos, inicia-se nos Estados Unidos uma nova configuração econômica política, que irá ganhar maiores contornos no período pós-guerra, o

⁴ Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, criada em 1991, com objetivo de congregar organizações que lutam contra a discriminação e desigualdade na busca de um mundo sustentável e democrático.

⁵ Grupo de Instituições, Fundações e Empresas, fundado em 1995, com objetivo de fortalecer ações voltadas para o interesse público.

⁶ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Estado de Bem-estar Social ou *Welfare state keynesiano*. A partir de então, o Estado fica responsável em regular a economia e a vida social, promover políticas públicas e assegurar um patamar mínimo de igualdade social e bem-estar (COELHO, 2009)

No Brasil, esta nova forma de atuação teve início no Governo de Getúlio Vargas⁷. No entanto, concomitantemente, o país estava em fase de industrialização e desenvolvimento. Este período ficou conhecido como “Estado Desenvolvimentista”.

Nos anos 80, inicia-se a crise do Estado do Bem-estar Social. Dessa forma, era necessária uma reforma que diminuísse os custos sociais e combatesse a ineficiência pública, ou seja, rever o tamanho do Estado. (SANTOS, L. 2006)

De acordo com Santos (2006) o Estado do Bem-estar Social nunca existiu no Brasil dessa maneira, e afirma ainda que a crise no país surgiu nos anos 90 e foi em relação à gestão e qualidade dos serviços.

Sobre este assunto, Raichelis (2006) compreende que no Brasil houve uma tentativa tardia de montagem de um Estado do Bem-Estar Social, num processo que foi atropelado pelos ajustes neoliberais.

A crise econômica do Estado iniciou nos anos 70, mas só na década de 80 se torna evidente. Nesta década diversos países apresentaram: descontrole fiscal, redução do crescimento econômico, aumento do desemprego e elevado índice de inflação. O Governo brasileiro concebia a crise da seguinte forma:

Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro afinal que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. A desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação a política do bem-estar social aplicada com relativo sucesso pós-guerra. (PDRAE, 1995)

Segundo Coelho (2009), o número excessivo de regras, controle estatal e restrição trabalhista criadas no Estado de Bem-estar Social inibiam o investimento privado, comprometendo a economia. O aparelho do Estado e suas empresas eram considerados ineficientes gerando um custo alto e pouca qualidade. Neste contexto, as privatizações se

⁷ Neste período foi fundado o primeiro Instituto de Aposentadoria e Pensão em 1933, a criação do Departamento Administrativo de Serviços Públicos em 1938, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT em 1943, entre outras.

apresentam como saída para maior eficiência e lucro, evitando onerar o Estado. Tudo isso apoiado em uma economia aberta e competitiva.

Em função do modelo vigente, marcado pela forte intervenção do Estado, estar esgotado, no início dos anos 80 se configura o neoliberalismo, protagonizado pelos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido (1979-1990), e Ronald Regan, nos Estados Unidos (1981-1989). A agenda neoliberal foi colocada em prática, inicialmente, nestes dois países para, em seguida, se estender para o resto do mundo. Tinha como proposta central a desregulamentação, privatização e abertura do mercado.

Para orientar a implementação do neoliberalismo nos países periféricos, em novembro de 1989 realizou-se uma reunião que ficou conhecida como o Consenso de Washington. Participaram do encontro organismos de financiamento internacional, funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, com o objetivo de formular propostas de reforma econômica na América Latina. Tempos depois, em 1993, houve uma reunião com o Ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE⁸), Bresser Pereira, em Washington. A proposta do encontro foi obter apoio político para implantação com sucesso da reforma econômica no Brasil. (MONTAÑO, 2002)

As medidas neoliberais alcançaram o Brasil na década de 90, iniciadas no governo Collor, sustentadas por Itamar Franco e intensificadas no governo de Fernando Henrique Cardoso.

No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, sob o comando do Ministro Bresser Pereira, foi implantado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que mantinha o modelo burocrático weberiano e a criação das organizações sociais. (Junior, 2009).

A reforma tinha como pilar central a idéia de que a crise brasileira se dava em função das estratégias estatizantes e da administração pública burocrática. Como resposta para este esgotamento, o Estado propõe a administração pública gerencial caracterizada por eficiência, qualidade e descentralização. (CALEGARE, 2009).

De acordo com o PDRAE (1995), no Brasil a crise se tornou clara a partir metade da década de 80 e suas manifestações mais evidentes se referem à crise fiscal, rigidez do aparelho do Estado e superação das formas de intervenção econômica e social. Segundo Fernando Henrique Cardoso (1995), o PDRAE foi uma resposta consistente à crise, já que o

⁸ Novo Ministério criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Estado do Bem-estar Social e o Neoliberalismo não deram conta de reorganizar o Estado de forma satisfatória.

Dentre as propostas da PDRAE destacam-se: ajustamento fiscal, respostas econômicas que garantam a competição e a concorrência internacional, reforma na previdência social e a ampliação na capacidade de implementar respostas às políticas públicas. Os objetivos gerais da proposta se referem a aumentar a governança⁹ do Estado, limitar a ação do Estado às funções que lhes são próprias, delegando os serviços não-exclusivos¹⁰ para as organizações públicas não-estatais e transferir as ações de caráter local da União para estados e municípios.

Contudo, ocorre uma assincronia no Brasil. Ao mesmo tempo em que o País concretiza a Constituição de 1988, apontando para o desenvolvimento social democrático, vivencia o contexto de implantação do neoliberalismo que se direciona na contra-mão das conquistas sociais advindas da Constituição, ocasionando um esvaziamento político social. Para Montaña (2002, p. 42):

Está claro que a reforma não se orienta, como sugere seu mentor, para o desenvolvimento da democracia e cidadania e para o melhor atendimento à população, mas, na verdade, surge do “dever de casa” que foi determinado no encontro que derivou no chamado Consenso de Washington e nas subseqüentes “missões do FMI”.

Sob o pretexto de maior participação e controle social na gestão dos serviços sociais, foram criadas as “publicizações”, que, na verdade, é uma denominação ideológica, dada a transferência da responsabilidade do Estado às organizações privadas sem fins lucrativos, ditas do Terceiro Setor. E, portanto, se orienta de forma não-universal e não-constitutiva de direito das políticas públicas. (MONTAÑO, 2002)

O autor observa que a verdadeira motivação da *contra-reforma*¹¹, no que diz respeito às publicizações, foi diminuição do custo das atividades sociais. Considera ainda que:

⁹ Capacidade administrativa de governar com eficiência e efetividade, voltando as ações para o atendimento dos cidadãos. (PRAE, objetivos, 1995)

Em abril de 1990 o Governo criou o Programa Nacional de Desestatização, em 04 anos forma desestatizadas 33 empresas. Com isso, foi necessário a criação das agências reguladoras, cuja função seria regular e fiscalizar as diversas empresas privatizadas.

¹⁰ Transferir para o setor público não estatal estes serviços, através de um programa de “publicização”, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária. (PDRAE, Objetivos, 1995, p. 46)

¹¹ O autor concebe o termo *contra-reforma* para explicitar a proposta que se direciona para interesse do capital e desmonta a atividade social estatal.

Nesse sentido, o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade do de intervenção na “questão social” e de transferi-los para esfera do terceiro setor não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficiente que o Estado) nem apenas por razões financeiras: reduzir o custo necessário para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a política sociais de qualidade, criar uma cultura de autocolpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento (...). (MONTAÑO, 2002, p. 23)

Paiva (2008) sustenta que a política neoliberal reforça a estrutura histórica da sociedade brasileira, isto é, a serviço do capitalismo e das classes dominantes, o que favorece o abismo entre as classes sociais, exclusão, desemprego, desorganização política e difusão da alienação.

Montaño (1998) discute o projeto neoliberal como uma nova estratégica hegemônica através das seguintes ações: (1) forte ofensiva contra o trabalho e (2) concentração. A primeira, diz respeito à relação automação e desemprego que tem como resultantes a exploração da força de trabalho, redução salarial, precarização das condições de emprego, redução do poder sindical e, conseqüentemente, ofensiva contra as conquistas históricas alcançadas. A segunda propõe a centralização do capital, ou seja, as megafusões e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade social e diminuição do controle social.

Com todos estes ideais políticos na década de 90, esta nova forma de organização chamada Terceiro Setor ressurge como protagonista e assume o papel de quem veio para equacionar estes impasses. A partir disso, três conceitos se tornariam chave: descentralização, organização social e parceria. A fim de incentivar a regulamentação destas organizações criam-se leis para o setor, leis de incentivo fiscal, um conjunto de preceitos éticos para as empresas, denominado “responsabilidade social empresarial” e o voluntariado (resgate da solidariedade e cidadania).

No início do Governo de Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso criou e presidiu o Programa Comunidade Solidária, cujo objetivo era criar um espaço de interlocução entre governo e sociedade civil, a fim de buscar formas de potencializar recursos e energias existentes no Terceiro Setor. Participavam do Conselho da Comunidade Solidária¹², órgão de

¹² O Conselho da Comunidade Solidária criou programas como Universidade Solidária (mobiliza recursos e competências em Universidades brasileiras) e Centro de Voluntariado (espaço de interlocução entre voluntários e instituições).

coordenação do programa, ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil com atuação reconhecida em organizações. (CARDOSO, 1995)

De acordo com Trezza (2007), nos anos de 1997 e 1998, através desse programa, foram organizadas rodadas de interlocuções políticas dedicadas a discutir temas relacionados ao terceiro setor, dentre eles, o marco legal do terceiro setor e a construção de uma agenda mínima com prioridades, medidas e instrumentos de ação social. Participaram dos encontros: o poder público, representantes do empresariado, entidades sociais e especialistas em terceiro setor. Até então, a legislação aplicável para o terceiro setor era basicamente o Código Civil de 1916, que dispunha de uma legislação não-adequada a esse novo campo de atuação; apenas regulava o título de utilidade pública e imunidade fiscal.

Desse processo, foi aprovada a Lei nº 9.637/98, que dispõe da qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organizações Sociais (OS). Com esta qualificação, as instituições puderam absorver atividades voltadas para ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde, papéis que até então eram desempenhados exclusivamente pelo poder público. *“A obtenção da qualificação não é um direito ou opção das entidades, uma vez que elas só serão qualificadas como OS se forem aprovadas pelo critério de conveniência e oportunidade do Poder Público”* (Cartilha OAB, 2007, p.18). A partir disso é firmado o contrato de Gestão¹³.

Outra proposta advinda desta interlocução foi a Lei 9.790/ 99, que dispõe de pessoa jurídica de direitos privados sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹⁴, institui e disciplina o Termo de Parceria¹⁵ e oferece outras providências.

De acordo com Paiva (2008), a lei das OSCIPs pretendeu trazer um novo perfil desejado para as ONGs pautado pela eficiência e qualidade dos serviços. No entanto, poucas ONGs aderiram à terminologia influenciada pela ABONG¹⁶, que critica e desestimula as

¹³ Entende-se por contrato de Gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas a formação de parceria entre as partes para o fomento e realização de atividades relativas as áreas relacionadas no art. 1º. (Lei nº 9.637, art. 5º)

¹⁴ A qualificação de OSCIP é requerida via Ministério Público através de documentação e normas regidas pela lei. As principais vantagens: acesso a recursos públicos e privados pelo uso de incentivos fiscais, possibilidade de remunerar dirigentes, possibilidade de receber doações da Receita Federal.

¹⁵ Instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIP destinado a formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e execução de atividades de interesse público. (Lei 9.970 de março de 1999, Capítulo II)

¹⁶ A ABONG defende o marco legal do terceiro setor repudiando qualquer retrocesso aos direitos adquiridos na Constituição de 1988 e a limitação de liberdade das instituições. Entende que a legislação deve impedir os governantes de terceirizar as políticas públicas, considerar as diferenças entre as entidades, fortalecer a democracia e sociedade civil, entre outras. (ABONG, Nossas Ações, 2010)

instituições a assumirem formas discriminativas e que geram esvaziamento das funções do Estado.

Juridicamente, de acordo com a Lei nº 10.406/02 do Código Civil, o terceiro setor dispõe de duas formas jurídicas: as associações e as fundações. Segundo Szazi (2006, p.27) *“as associações podem ser definidas como uma pessoa jurídica criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa.”* Entretanto, as instituições podem ser de cunho social, quando suas ações são destinadas a benefícios públicos, ou de cunho associativo, quando seu propósito é defender o interesse de seus associados como, por exemplo, clubes recreativos.

Para criar uma associação, deve ser realizada uma assembléia, eleger uma diretoria, elaborar um estatuto social, eleger os dirigentes. Feito isso, deve-se fazer o registro de pessoa jurídica em cartório e, em seguida, providenciar a inscrição no CNPJ e na prefeitura nos órgãos compatíveis a natureza da entidade (Secretaria de Saúde, Educação ou Promoção Social).

As Fundações são definidas conforme a Curadoria de Belo Horizonte, São Paulo e Brasília como, *“um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor”* (SZAZI, 2006, p.37).

Dessa forma, as fundações podem ser criadas pelo Estado, como pessoa jurídica de direito público e por indivíduos ou empresas assumindo natureza de direito privado. Para constituir uma Fundação, o seu fundador deve se manifestar mediante escritura pública ou testamento declarando bens e patrimônios suficientes para o objetivo proposto e delinear os fins que a fundação se destina. A solicitação ocorre via Ministério Público¹⁷. Sendo aprovada, faz-se o registro da escritura no Cartório de Registros de Pessoa Jurídica, inscrição no CNPJ e na prefeitura ou nos órgãos de controle de acordo com a finalidade da Fundação.

Segundo a Cartilha da OAB (2007), além dos registros obrigatórios, referentes à natureza jurídica, as organizações podem buscar Títulos, Certificados e Qualificações a fim de alcançar benefícios jurídicos, credibilidade, acesso a recursos públicos e incentivos fiscais. Os principais são: Utilidade Pública Federal¹⁸; Registro no Conselho Nacional de Assistência

¹⁷ Em função do grande número de Fundações foi criada em algumas comarcas a promotoria de justiça especializada no papel do “curador de fundações” a fim de aprovar os registros, acompanhar as entidades e garantir as ações direcionadas para os fins estabelecidos.

¹⁸ Outorgada pelo Ministério da Justiça mediante avaliação de documentos. As vantagens adquiridas com o título referem-se a possibilidade de oferecer dedução fiscal do imposto de renda, acesso a subvenção federal e acesso a doações da Receita Federal.

Social¹⁹, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social²⁰, Qualificação como OSCIP e Qualificação como OS. As duas últimas já discutidas anteriormente.

No segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o discurso de garantir um ajuste das contas públicas, no primeiro semestre do ano 2000 foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n° 101), que criou limites e responsabilidade penal para responsáveis pelos gastos públicos. A proposta visou evitar o excesso de gastos públicos e, principalmente, o endividamento de prefeituras e governos através de grandes construções, por exemplo. Além disso, buscou promover transparência nos gastos públicos.

Esta legislação incidirá na estruturação de Políticas Públicas, pois a partir disso os orçamentos públicos e a contratação de profissionais²¹ deverão se enquadrar nos ajustes da LRF. Diante disso, as privatizações e a tri-setorialidade (Estado, Mercado, Organizações não-governamentais) oferecem uma saída para não ultrapassar os gastos permitidos.

Neste contexto, entram em cena dois fenômenos: o Voluntariado e a Responsabilidade Fiscal Empresarial.

De acordo com Souza, R. (2008), a ONU criou o Programa dos Voluntários das Nações Unidas em 1970, mas só em 1998 que ele foi regulamentado no Brasil objetivando funcionar como um programa voltado para o desenvolvimento. A ONU também instituiu, em 1985, o dia 5 de dezembro como “Dia Internacional do Voluntariado para o Desenvolvimento Econômico e Social”. Neste ano foi organizada campanha com o slogan “Faça Parte”, cujo objetivo era incentivar o trabalho voluntário através dos diversos meios de comunicação. O ano de 2001 foi intitulado como o “Ano Internacional do Voluntariado”, a fim de estimular a ação entre pessoas, empresas e instituições. O Conselho da Comunidade Solidária também trabalhou para estimular ações voluntárias no Brasil fundando o Centro de Voluntariado em 1997.

Em 18 de fevereiro de 1998 foi aprovada a Lei n° 9.608, que dispunha sobre o serviço voluntário.

¹⁹ Registro de instituições que provam atividades na área da Assistência Social, assistência educacional e de saúde e desenvolvimento cultural. A vantagem é a possibilidade de acesso a recursos públicos por meio de convênios com CNAS.

²⁰ Só pode ser solicitado após três anos de registro no CNAS. A principal vantagem é a isenção do recolhimento da cota patronal da contribuição previdenciária.

²¹ Os gastos com funcionalismos nos Municípios e Estados não podem ultrapassar 60% das receitas corrente líquida.

Considera-se serviço voluntário, para fins desta lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (Lei nº 9.608, Art 1º)

Para Souza (2008), o voluntariado passa a ser disseminando no Brasil nos anos 90, com o discurso de uma forma de protagonismo juvenil considerando o trabalho voluntário como uma formação e capacitação para o mercado de trabalho, além da prática de cidadania.

Esta forma de ação nega a questão de direito, pois a população carente é vista como pessoa que precisam de ajuda. A pobreza não aparece como fatos sociais que precisam de ação política, mas de forma naturalizada.

A relação estabelecida pelo trabalho voluntário é uma relação privada, entre dois tipos de indivíduo em condição de desigualdade: o doador e o receptor de bens e serviços. O voluntariado não cria uma esfera pública, visto que a construção de um espaço público supõe que os sujeitos possam se encontrar em condição de igualdade e assim possam tornar visíveis, pertinentes, legítimas e ouvidas as suas demandas. (SOUZA, 2008, p.91)

A autora alerta para o discurso homogeneizador do “Faça Parte”, isto é, o discurso ilusório de pertencimento a uma grande rede em prol da solidariedade e transformação social. Ainda nesse sentido, Souza (2008) pontua: a participação cidadã vem ocupando o lugar da participação política.

O outro fenômeno que ganhou destaque no final do século XX, num mundo globalizado, competitivo e com a redução do Estado foi a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). De acordo com Ashley (2005), a década de 90 veio repleta de questionamentos em relação às questões sociais e ambientais, e a responsabilidade social passa a ser apresentada como estratégia de sobrevivência das empresas em longo prazo. Além disso, a descentralização, oriunda dos ajustes neoliberais, e a nova forma de formular Políticas Públicas, envolvendo diversos setores no processo, contribuíram para o fortalecimento da idéia.

Com isso, Responsabilidade Social passa a ser um diferencial para as Empresas, que passam a se perceber como atores sociais responsáveis em diminuir a desigualdade social do País e, a partir disso, as empresas tendem a se preocupar com ética nos negócios, valores morais, cidadania e preservação ambiental.

Ao mesmo tempo, a partir dos anos 90 foram aumentando as produções acadêmicas sobre o assunto e começaram a surgir organizações promotoras do conceito como, o Grupo de Instituto, Fundações e Empresas (GIFE), fundado em 1995, e o Instituto Ethos²², fundado em 1998, ambos divulgando o campo da responsabilidade social como referencial de sucesso nos empreendimentos e reconhecimento das empresas contemporâneas.

Com o objetivo de fomentar a mudança no universo empresarial e verificar se as empresas estão de fato praticando a responsabilidade social, em 1997 foi lançada a norma de certificação com ênfase social, a SA 8000. Trata-se de uma norma internacional que oferecem diretrizes e indicadores sobre o caminho da RSE permitindo a auditoria social das empresas.

Contudo, é importante salientar que a RSE ainda continua a passos curtos, atuando, em muitos casos, sob a lógica da benevolência e assistencialismo, resumindo suas ações a doação de dinheiro e programas de voluntariado, ou seja, dissociada de uma mudança cultural efetiva. (ASHLEY, 2005).

No Governo Lula, em 13 de setembro de 2007, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar n.º 92/07, com objetivo de regulamentar a nível federal a criação de fundações instituídas pelo Poder Público.

O projeto autoriza a possibilidade de ser instituída fundação sem fins lucrativos com personalidade jurídica de direito privado ou público, para o exercício de atividades que não exijam o uso de poder público do Estado, como: saúde, assistência social, cultura, tecnologia, meio ambiente, comunicação social e turismo. (BRASIL, Fundação Estatal, 2007).

No que se referem às Fundações, as configurações político-administrativas ainda estão confusas. Szazi (2006), que compilou em sua obra toda a regulamentação do terceiro setor, não discorreu sobre a Fundação Pública provavelmente em função dos pormenores que as constitui.

A Constituição prevê dois modelos de organização pública brasileira: as fundações de direito público (instituída pelo Estado) e as fundações de direito privado (instituída por seu idealizador: pessoa física ou jurídica). A primeira, que está totalmente ligada ao Estado, regida pelo regime jurídico de direito público, é onde estão os servidores públicos, cujo regime de trabalho é de natureza pública. Já na segunda os empregos são regime CLT e, apesar de fiscalizada pelo Ministério Público, possuem maior autonomia de gestão.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2007), a figura jurídico-institucional das Fundações foi objeto de intenso debate no Supremo Tribunal

²² Inicialmente contava com 11 empresas filiadas e atualmente já possui cerca de 1.300 associados.

Federal em 2006. De acordo com o Procurador Geral da República, pode-se visualizar no Brasil três tipos de Fundações: as privadas, as públicas de direito privado e as públicas propriamente ditas. O primeiro tipo seria a única que prescinde de lei para sua criação.

A Legislação vigente no inciso XIX do art. 37 da Constituição dispõe que *“somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundações, cabendo a lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação.”* Com isso, a criação de uma fundação está ligada à lei autorizativa²³ e a necessidade de lei complementar dispondo do seu campo de atuação.

A proposta da Fundação Estatal de direito privado como entidade integrante da administração pública indireta pretende redefinir seu campo de atuação, além de conferir autonomia administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial. Ou seja, um novo modelo jurídico-institucional que inove o padrão de gestão.

(...) as fundações estatais regidas pelo direito privado podem ser um modelo de entidade governamental com maior autonomia e grande utilidade para a prestação de serviço público não exclusivo do Estado, ou seja, serviços públicos da área social, em especial, os serviços de saúde²⁴. (SANTOS, L. 2006, p. 10).

Nesses moldes, as Fundações Estatais, resumidamente, gozam de autonomia administrativa através de um contrato de gestão²⁵. Possuem um conselho curador e uma diretoria administrativa. Seu regime de compras de bens e serviços segue as regras de licitação pública. No entanto, pode-se instituir outros modelos de disputa pública conforme sua lei de criação. O regime de trabalho é CLT com princípios de administração pública (concursos públicos, demissão mediante processo administrativo e avaliação de desempenho). *“Trata-se de uma estabilidade relativa que protege o trabalhador do mau gestor, mas sem deixar de proteger o usuário do mal trabalhador, e isso é fundamental para a legitimidade do serviço e do servidor público”* (PINTO, H. et al. Secretaria de Saúde da Bahia²⁶, p.04)

Para Santos, L. (2006) a proposta requer uma reforma de gestão, sem que se tenha o olhar voltado apenas para o Terceiro Setor, desqualificando a administração pública como

²³ Cabe a lei autorizativa definir os aspectos básicos sobre sua direção, administração e contrato de gestão firmado com o Poder Público.

²⁴ A especialista em direito sanitário Lenir Santos juntamente com outros pesquisadores, tem realizado estudos sobre a fundação governamental regida pelo direito privado nas dimensões jurídicas, da gestão e de recursos humanos, objetivando a transformação de hospitais. Em 2005 o modelo foi experimentado em um grupo hospitalar de Porto Alegre e, desde 2006, o modelo tem sido experimentado em hospitais do Rio de Janeiro.

²⁵ Tem como meta a contratação de serviços e metas de desempenho das entidades. (BRASIL, Projeto Fundação Estatal, 2007).

²⁶ Documento disponível em www.saude.ba.gov.br (sem ano).

ineficiente e incapaz. Considera a Fundação Estatal como um modelo que possibilita modernizar o Estado *“acabando com a visão dos anos 90 de que isso somente seria possível fora do Estado, como se o Estado pudesse ser substituído pelo setor privado ao invés de complementado, em algumas ações e serviços, quando e se necessário”* (SANTOS, L., 2006, p. 14).

Resumimos da seguinte forma, o Governo está buscando a regulamentação federal de uma via do meio, as Fundações Estatais de direito privado. No entanto, através de leis autorizativas municipais, já encontramos este formato nas administrações municipais, o que, inclusive, é objeto de estudo desta pesquisa.

1.3 – Promessas e desafios deste “novo” setor

O Terceiro Setor emerge nos anos 90, imerso em um sistema que engloba diferentes setores: o empresariado é abarcado através da RSE e investimentos em projetos sociais, a sociedade civil através do controle, participação nos espaços públicos e trabalho voluntário e as organizações não-governamentais através da execução das políticas públicas em parceria com um Estado minguante.

Dessa maneira, essa forma política administrativa surge como a grande promessa de transformação social e com um discurso de que as questões sociais devem ser compartilhadas entre diferentes esferas a fim de alcançar soluções. No entanto, o que temos presenciado vinte anos depois é uma confusão de identidade e um emaranhado de desencontros.

Observa-se, de acordo com Souza (2008), uma sociedade composta por diferentes atores, no qual o Estado é apenas um deles. Tal fato desmonta os direitos adquiridos com a Constituição de 1988 e escamoteia conflitos e jogos de interesse. Ou seja, várias lideranças adentram o Poder Público havendo um desmonte das políticas sociais em substituição pelas políticas neoliberais e políticas em parceria com o terceiro setor.

Santos, Boaventura (1998, p. 7), há doze anos, considerou que *“o que está em crise no Estado é o seu papel na promoção de intermediação não mercantis entre cidadãos que o Estado tem desempenhado nomeadamente através da política fiscal e das políticas sociais”*. Acredita que foi um período marcado por problematizações de como produzir estes bens públicos neste novo modelo de regulação. O terceiro setor ressurgiu com esta promessa, de gerir esta tensão e assumir o compromisso com a dimensão social do Estado através de uma nova forma política. O autor, já neste período, alerta sobre o risco do surgimento do setor:

(...) atuar como amortecedor das tensões produzidas pelos conflitos políticos decorrentes dos ataques neo-liberal às conquistas políticas dos setores progressivos e populares obtidas no período anterior. Se este for o caso, o terceiro setor converte-se rapidamente na “solução” de um problema irresolúvel e o mito do terceiro setor terá o mesmo destino que teve anteriormente o mito do Estado e, antes deste, o mito do mercado. “Esta advertência, longe de minimizar as potencialidades do terceiro setor na construção de uma regulação social e política mais solidária e participativa, visa apenas significar que as oportunidades acontecem num contexto de grande risco” (SANTOS, B. 1998, p. 9)

Falconer (1999, apud Clegare, 2009), compreende a construção do terceiro setor de fora do país e do setor para dentro dele. Atribuem três acontecimentos que impulsionaram o fenômeno a fim de viabilizar a promessa do setor. O primeiro responsável foi o Banco Mundial que exerceu grande influência internacional pressionando os governos a exercerem relação de parcerias com as ONGs de seu país. O segundo foi o PDRAE, que propõe uma nova forma de governança através da parceria entre Estado, Sociedade Civil e Organizações de interesse público sem fins lucrativos. O terceiro responsável para o reconhecimento deste espaço institucional foi o setor empresarial através do investimento social privado, como por exemplo, o Instituto Ethos e a Fundações e Empresas (GIFE).

Acerca disso, e continuando o percurso de estratégias neoliberais, o próximo passo foi dar início à criação da legislação que sustentasse esta nova forma de configuração no Brasil.

A proposta do Terceiro Setor é que ele tivesse maior eficácia, autonomia de gestão, que seu papel não se limitasse a execução de políticas públicas, mas na formulação destas, além de concretizar um espaço político comunitário.

Contudo, em relação às parcerias, que teoricamente deveriam potencializar ações, o que presenciamos são posicionamentos dependentes ora do Estado, ora da empresa financiadora, sendo as instituições meras “fazedoras” de projetos. Com isso, ocorre um esvaziamento político embasado na falta de clareza das relações políticas e dos processos fundantes do terceiro setor. Santos, B. (1998) conclui que o terceiro setor acaba sucumbindo ao autoritarismo do Estado ou ao autoritarismo do mercado, deixando de ser campo político-democrático. Para o autor, o princípio de comunidade²⁷ foi totalmente descaracterizado, na medida em que as formas de cooperação e solidariedade são mediadas pelo Estado.

Além disso, a idéia de setorialização tem se apresentado como um “jogo de empurra”, em que um atribui a responsabilidade ao outros e os direitos são negligenciados. Sem contar o

²⁷ Entende princípio de comunidade como espaço ocupado pela sociedade civil.

jogo de interesse, em que uma instituição é usada como meio para atingir objetivo do seu instituidor. No caso do Estado, encontramos o interesse político, e das instituições privadas, os interesse pessoais como: cabide de emprego, dedução fiscais, visibilidade empresariais, entre outros.

Yamamoto (2006) considera que o terceiro setor foi precarizado através de dois mecanismos: 1) a descentralização/focalização, que refere-se à transferência dos serviços para níveis locais de forma deteriorada, sem financiamento e o acesso ocorre diante a comprovação da condição de pobreza; 2) a privatização, que obedece a duas lógicas: a mercantilização, transformando os serviços em mercadoria, e a filantropização das respostas às sequelas sociais, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade pela oferta de serviços.

Existe uma fragilidade na identidade do setor, em função das diferentes finalidades e tipologias e da falta de legislação que abarque estas diferenças. Dessa maneira, presenciamos a proliferação destas organizações, independente de recursos ou qualidade de trabalho.

Calegare (2009) entende que o papel das ONGs seria o de lutar contra as estratégias neoliberais, ou seja, contra o que está produzindo a injustiça e a desigualdade e não fazer uma aliança com o sistema e trabalhar de forma paliativa e compensatória. A característica principal do setor é defender os interesses da sociedade civil e criar formas inovadoras de ação.

O que assistimos é o setor se apresentar de forma corporativa, atuando com o apoio de grandes companhias empresariais nas franjas da nova economia social e segundo as regras da economia de mercado. E as ONGs que trabalham com ênfase na capacidade da sociedade se organizar e na construção de novos atores sociais são cada vez mais escassas.

A RSE vem com a proposta de mudança cultural e investimento no setor. Porém o interesse do empresariado que predomina e, apesar do discurso de preocupação com as questões sociais, o que se percebe é que muitas vezes a empresa está preocupada com o lucro.

Ashley (2005) aponta para difícil implantação de responsabilidade social no Brasil em função da predominância da cultura do “jeitinho brasileiro”, apesar de buscarem valorizar alguns valores na prática tendem a agir com valores incompatíveis com o compromisso ético e social.

Contudo, visando ao lucro (atuando sob a lógica do mercado) o que ocorre é um distanciamento do compromisso social camuflados pelo discurso de responsabilidade social. “[...] às vezes a empresa começa a levar em conta a questão social por mimetismo, para não ser excluída de um grupo ou associação, outras por buscar uma nova legitimidade perante a sociedade e o mercado [...]”. (ASHLEY, 2005, p. 67)

Sem pensar em uma política de responsabilidade social que englobe o interesse de todos envolvidos no processo, o que ocorre é a ótica da benevolência social pautada em políticas superficiais (doação, trabalho voluntário) e ações compensatórias.

O voluntariado vem no bojo das políticas implementadas no terceiro setor através do discurso de participação cidadã e da solidariedade. De acordo com Souza (2008), trata-se de uma estratégia política voltada, principalmente, para o jovem, transformando o “jovem como problema” em um “jovem como solução”, além de oferecer ao jovem marginalizado um meio de pertencer através da contribuição social.

O trabalho voluntário se apresenta de forma passiva, uma simples reprodução do fazer, a participação cidadã por meio do trabalho voluntário ocupa a participação política e voluntário se limita a fazer coisas em vez de criar e agir politicamente.

O indivíduo ativo/ator social/cidadão não transgride, respeitam as regras, evita o conflito, mantendo-se distantes de ideologias “uniformizadoras”. Essa é, grosso modo, a “nova forma” de política do discurso e dias atuais. (SOUZA, 2008, p.88)

Sobre o assunto, Montañó (2002) acrescenta reflexões sobre a responsabilidade do Estado, destacando que no projeto neoliberal as questões sociais passam a ser de responsabilidade do próprio sujeito, muitas vezes, portador de necessidades. *“A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos e um direito do cidadão, e passa agora, sob a égide neoliberal, a ser uma opção do voluntariado que ajuda o próximo, e um não-direito do portador de necessidades, o “cidadão não pobre”* (MONTAÑO, 2002, P.22).

Dessa forma, fere os direitos e os princípios de universalidade, além de precarizar o trabalho oferecido. Segundo Raichelis (2006), as políticas sociais se revelam compensatórias e seletistas, ou seja, amenizam a condição da pobreza e direcionam os projetos para pobres dos pobres.

Souza (2008) nos apresenta com uma análise sobre o discurso que embasa as ações no terceiro setor. Nela, o que nos chama a atenção é a fabricação do consenso. Atualmente, apesar da liberdade de expressão, o discurso tem se apresentado de forma repetitiva e hegemônica. Nesse sentido, o consenso não abre espaço para resistência e oposição, omite o conflito e o poder, que está por trás do discurso, é desconhecido. O discurso produzido pelo projeto político de fortalecimento do terceiro setor vem repleto de termos como: responsabilidade social, solidariedade, agilidade, criatividade.

Outro fenômeno importante que vem ocorrendo e contribuindo para a não transformação social é o esvaziamento político. A autora atribui o fato à não-ocupação dos espaços locais, predominância dos interesses do mercado, corrupção e incapacidade para diminuir a desigualdade social. *“As pessoas não acreditam que sua participação individual ou coletiva, na política surta algum efeito para operara algum nível de transformação na sociedade. Uma palavra que pode bem definir esse estado do indivíduo contemporâneo é impotência.”* (SOUZA, 2008, P.11).

Dessa perspectiva, o espaço público não tem sido ocupado de forma ativa, mas, pelo contrário, as instituições além de não fomentarem esta participação política, tendem a anulá-la. Além da descrença política, o perfil dos gestores e atuantes da instituição mudou. Hoje são recém-formados ou parentes que atuam através da administração empresarial e desconhecem todo o processo que envolve o setor.

Raichelis (2006) destaca que vivemos tempos de despolarização da política, esvaziamento dos espaços públicos contemporâneos e crescimento das demandas sociais causando ausência de projetos coletivos capazes de criar novas configurações sociais.

Essa dinâmica societária vem implicando a desmontagem das instituições de representação coletiva em todos os níveis, a progressiva diminuição do alcance e da qualidade das políticas sociais, a redução dos espaços de negociação com diferentes atores da sociedade civil, com amplos rebatimentos na conformação da esfera pública (RAICHELIS, 2006, p.20).

Contudo, o terceiro setor tem alguns desafios a serem enfrentados. Gohn (2004) acredita na possibilidade de desenvolvimento de uma nova cultura política *“gerada por processos nos quais os diferentes interesses são reconhecidos, representados e negociados, via mediações sociopolíticas e culturais.”* (GOHN, 2004, p. 28). Entende que a esfera pública deve ser compartilhada e os atores sociais devem se apropriar da mesma e ter uma prática para fazer uma leitura mínima de mundo a fim de entender o seu papel no processo.

Calegare (2009) pontua a necessidade de referencial teórico próprio para o terceiro setor, pois ao migrar do amadorismo para o profissionalismo engrenam numa lógica mercantil, e não de solidariedade. Com isso, focam planejamento estratégico e visam a resultados. O autor acredita na necessidade de fomento de um suporte teórico próprio para esta nova configuração.

Outro posicionamento é a necessidade de uma reforma de gestão, sem que se olhe só o terceiro setor desqualificando a administração pública. Reflete sobre a possibilidade de inovar a gestão pública acabando com a visão dos anos 90 de que isso só seria possível fora do Estado. Esta posição acredita que a promessa de que o setor privado vai substituir o setor público com eficiência e qualidade já foi desmentida e que outras ações complementares devem ser pensadas, mas de dentro do Estado.

Nesse sentido, o setor tem alguns desafios a ser enfrentados, como: 1) o desafio da legitimidade, ser reconhecido pelos outros dois setores; 2) desafio da eficiência, referindo-se à formação de gestores capacitados e à criação de instituições de referência; 3) desafio da sustentabilidade, sobrevivência financeira; 4) desafio da colaboração, ou seja, estabelecer alianças estratégicas. (SALAMON, 1996 *apud* CALEGARE, 2009)

Diante desses impasses, a atuação do psicólogo no campo do bem-estar social esbarra em alguns limites, pois atua em políticas tratadas de forma fragmentária consequentemente gerando ações parciais. Além de, algumas vezes ocorrer o atendimento desqualificado.

Nessa direção o desafio para a categoria é ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional, tanto pelo alinhamento com os setores progressistas da sociedade civil, fundamental na correlação de forças da qual resultam eventual avanços no campo das políticas sociais, quanto pelo desenvolvimento, no campo acadêmico, de outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em outras vertentes teórico-metodológicas que as hegemônicas na psicologia (YAMAMOTO, 2007, p. 36).

Capítulo II: Fundamentação teórico-metodológica

2.1 - Dos conceitos e categorias que embasarão a análise

O presente trabalho será delineado a partir da Psicologia Sócio-Histórica e ampliado pelos estudos desenvolvidos pelo NEXIN, configurado pelo diálogo entre Vigotski e a filosofia monista de Espinosa.

Diante do objetivo geral deste estudo, que visa analisar os sentidos implicados na atuação e relação do profissional do psicólogo inserido no terceiro setor do município de São José dos Campos, nossa abordagem será qualitativa, pois esta “*constitui um processo irregular e diferenciado que se ramifica à medida que o objeto se expressa em toda a sua riqueza*” (GONZÁLEZ REY, 2002, P.71) . Desta forma, trata-se de uma abordagem que permite a compreensão do objeto estudado em sua amplitude e diversas determinações, além de se construir atendendo à necessidade do estudo.

A abordagem emergiu como uma das respostas à crise teórica e metodológica da psicologia na década de 70. A idéia era pensar uma metodologia de pesquisa que permitisse captar o homem historicamente e, portanto, multideterminado. No Brasil, a crise assumiu também uma característica política, em função do regime militar, o que fez os psicólogos e pesquisadores repensarem seu papel. “*Diante deste quadro, o nosso cotidiano não nos permitia ficar em ‘torres de marfim’ pesquisando neutramente [...]*” (LANE, 1994, p. 68).

A precursora da abordagem no país foi Silvia Lane, que se preocupava em fomentar uma práxis transformadora, que abarcasse a pluralidade brasileira e pusesse fim às cisões criadas pelas correntes teóricas vigentes.

De acordo com a autora, o grande impulso da teoria veio através de Vigotski ao demonstrar a linguagem como mediação na constituição do psiquismo humano e a importância de conhecer dentro do processo histórico, as ideologias imbricadas nos significados que encobrem as contradições a fim de alcançar uma leitura crítica da realidade.

Em termos epistemológicos, entende que para se conhecer o fenômeno é necessário considerar o contexto histórico no qual está inserido e a relação dialética estabelecida entre a subjetividade e o social. Para Kahale & Rosa (2009) busca-se produzir o conhecimento crítico não se submetendo ao pensamento hegemônico. Isso significa compreender a historicidade, tomar a contradição como parte da complexidade do fenômeno e romper com os processos alienantes.

Acerca disso, Oliveira (2005) discute que não se chega ao conhecimento científico sem conhecer a condição sócio-histórica em suas múltiplas determinações para formular categorias que represente a singularidade, a universalidade e a particularidade. Acrescenta que para conhecer a realidade não basta estar nela; a realidade não se limita ao imediatamente dado, pensado, sentido. Esta obviedade impede qualquer forma de pensamento mais elaborado.

Da perspectiva ontológica, compreende o homem como um todo, no qual o biológico e o psíquico constituem uma unidade. Esse homem pertence a uma sociedade que o determina, no entanto, também possui potencial criador e é afetado de diferentes maneiras, o que constitui sua subjetividade e o permite transformar a realidade da qual está inserido. Logo, esse homem é produto (determinado socialmente) e produtor (dotado de capacidade transformadora) da sociedade. (LANE, 1984)

Oliveira (2005) nos chama atenção para a importância da mediação na constituição do homem, pois é através dela, da particularidade, que a universalidade se concretiza na singularidade e vice-versa. *“O singular, portanto, não existe em si e por si, mas somente em sua relação intrínseca com o universal, que se faz somente através de mediações – o particular”* (OLIVEIRA, 2005, p. 50).

O método dialético permite compreender o fenômeno em seu movimento e complexidade sem cair no relativismo e sem perder o sujeito entendido como integral e pleno.

As categorias metodológicas da dialética, numa perspectiva materialista, permitem o movimento da aparência para a essência; do empírico e abstrato para o concreto; do singular para o universal; tendo como mediação o particular; permitem tomar as totalidades como contraditórias. (GONÇALVES, 2005, p. 101).

Lane (1994) contribui destacando que se a lógica dialética fala de unidades contrárias, as pesquisas devem estruturar categorias que levem em conta a contradição. Com isso destaca: *“Estamos ainda em um terreno bastante hipotético, mas tudo indica que não podemos pensar a consciência sem pensar o inconsciente; e se a linguagem e pensamento constituem a primeira, são as emoções que formam o segundo”* (LANE, 1994, p.78).

Nesta pesquisa, enfocaremos os conceitos vigotskianos²⁸, pois entendemos que o autor oferece uma enorme contribuição à essa perspectiva teórico-metodológica, destacando a idéia

²⁸ Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934), nasceu na Bielo-Rússia, graduou-se em Direito, chegou à psicologia como crítico de arte interessado nas questões de estéticas e semiológicas. Faleceu de tuberculose antes de completar 38 anos.

de mediação da linguagem e da emoções como forma de compreensão do universo social e subjetivo e a categoria de sentido e significado como método de análise.

Através dos estudos dos escritos de Vigotski, notou-se a contribuição de Espinosa²⁹, filósofo do século XVII, e, a partir disso, o NEXIN se dedicou a compreender e estudar esse autor com objetivo de iluminar a emoção como *locus* de ação política, tanto para compreender a servidão humana, como para articular ações transformadoras.

Considerar que a teoria dos afetos proposta por Espinosa em diálogo com a abordagem sócio-histórica de Vigotski oferece suporte teórico para a compreensão da atuação dos psicólogos nas políticas públicas.

Em outras palavras, podemos dizer que a filosofia de Espinosa, voltada para compreensão da servidão, e a psicologia sócio-histórica de Vigotski, voltada à compreensão da criatividade e da educação, ajudam a orientar o psicólogo em suas ações nas políticas sociais.

Sawaia (2009a) destaca três contribuições de Espinosa à psicologia: a junção entre corpo e mente, entre idéia e emoção e entre afetos e ética, a sua concepção de afeto e de homem como potencia de vida, em ato, oferecendo, assim condições para entender o processo de aumento e diminuição dessa potencia na existência social.

Nessa perspectiva, o NEXIN tem desenvolvido pesquisas embasadas no seguinte posicionamento:

É uma perspectiva analítica que entende que por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta. Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo, mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro. Nessa concepção, a subjetividade deixa de ser perturbadora para ser constituinte da objetividade social. (SAWAIA, 2009a, p.03)

Com isso, reforçamos que a afetividade analisada positivamente nega a neutralidade das reflexões sobre desigualdade social, permitindo que, sem perder o rigor teórico-metodológico, nos indignemos com a pobreza. Além disso, ressalta que viver é mais que sobreviver e acrescenta a necessidade dos bons encontros. (SAWAIA, 2009a)

²⁹ Baruch Espinosa (1632-1677) nasceu na Holanda. Aos 24 anos foi excomungado em função de suas idéias revolucionárias. Faleceu de silicose (doença causada pela inalação de poeira de amolar vidro).

A fim de delinear, com mais clareza, os fundamentos teóricos e metodológicos propostos pela pesquisa, iremos explicar, inicialmente, a teoria Espinosana e, em seguida, as concepções Vigotskiana, oferecendo recortes e destaques para os conceitos e categorias que estão implicados neste estudo.

O período que Espinosa iniciou seus questionamentos foi marcado por cisões e fragmentações, quando predominava o pensamento cartesiano de Descartes³⁰, que compreendia corpo e alma, emoção e pensamento como formas separadas e independentes. Até então, tudo que tinha sido escrito sobre afetos destacava o seu aspecto negativo, alertava-se sobre os perigos de se submeter à afetividade, visto que os afetos eram tidos como perturbações da alma.

Brandão (2008) descreve que a base do pensamento Espinosano foi marcada por três fatores: o aparecimento da física matemática de Galileu, o confronto Espinosa com Descartes e a efervescência religiosa. O aparecimento da física matemática orientou o conhecimento para a busca das idéias claras e distintas, o diálogo com Descartes retratou a postura oposta em relação aos afetos e a questão religiosa abarcava os conflitos pessoais e sociais presentes no contexto da época e que o levaram à preocupação com a servidão humana.

Dessa maneira, Espinosa introduz idéias revolucionárias e opostas às teorias vigentes da época. O dualismo, marcado pelas cisões, oferece lugar ao monismo entendendo corpo e mente, Deus e a Natureza como uma única substância. Os afetos, até então vistos como algo negativo que perturbam a alma, são colocados como caminho de expansão do ser. Além disso, Espinosa toma a afetividade como orientadora das ações e Vigotski tomará esse conceito séculos depois.

Para Chauí (1995), Espinosa desenvolve uma filosofia voltada para o desenvolvimento do potencial humano e a não-manutenção da servidão, isto é, uma proposta que questiona os pressupostos religiosos da época e destaca a liberdade de pensamento e ação, contribuições que fizeram com que Espinosa fosse odiado por muitos e que torna sua obra algo muito atual.

Uma vez que o homem é imanente da Natureza Divina não possui negatividade em sua constituição e, por conseguinte, é imanente de sua natureza a potência de expansão e liberdade. Sendo assim, é possível afirmar que Espinosa construiu sua teoria embasada numa visão positiva de homem.

³⁰ O filósofo René Descartes (1596-1650) valorizava a razão como forma de controle dos afetos. Para ele, o homem sábio deveria ter controle das emoções.

[...] e nenhuma coisa tem em si algo por meio do qual possa ser destruída, ou seja, que retire a sua existência; pelo contrário, ela se opõe a tudo que possa retirar a sua existência. E esforça-se, assim, tanto quanto pode e está em si, por perseverar em seu ser. (ESPINOSA, 1977, p. 175)

A essa potência natural de o homem se perseverar na sua própria existência, seguindo a terminologia do século XVII, Espinosa denominou *conatus* (Chauí, 1995). Acrescenta Brandão (2008) que, etimologicamente, *conatus* deriva-se do latim e significa “esforço”.

Os humanos e os demais seres são dotados de *conatus*. No entanto, somente os homens são conscientes da existência desse esforço de perseverar. O corpo é formado de partes moles, duras, líquidas, entre outras, mas o que o mantém essa composição viva é o *conatus*. (Chauí, 1995)

Para perseverar em seu ser e se expandir, o homem exerce uma busca natural de fortalecer o seu *conatus* e consegue isto através da capacidade de afetar e ser afetado. Sendo assim, o outro se torna alguém precioso e fundamental para expansão. A sociedade nasce então com enfoque positivo de solidariedade e fortalecimento no encontro uns com os outros.

Por isso, a potência de uma coisa qualquer, ou seja, o esforço pelo qual, quer sozinha, quer em conjunto com outras, ela age ou se esforça por agir, isto é, a potência ou o esforço pelo qual ela se esforça em perseverar em seu ser, nada mais é do que sua essência dada ou atual. (ESPINOSA, p. 175)

As nossas ações são movidas pelo *conatus*, que possui naturalmente o movimento de buscar encontros que componham com nosso corpo/alma. Nesse sentido, Espinosa derrubou a idéia de livre-arbítrio formulada pela igreja que definia que as pessoas possuíam a capacidade de escolher entre o bem e o mal, sendo o indivíduo único responsável pelas suas ações e conseqüências. Espinosa rebate essa idéia sugerindo que somos guiados por essa força que nos impulsiona a perseverar em nossa existência e, conseqüentemente, buscar encontros que componham com o nosso ser. Portanto, não é porque julgamos uma coisa boa que nos esforçamos por ela, mas ao contrário: é porque nos esforçamos por ela que a julgamos boa.

A respeito do conceito de *Conatus*, Deleuze (2002) discute que o trabalho de Espinosa desarticula o sistema de julgamento e valores e substitui a moral. A partir de então, o “bom” existe quando se consegue aumentar a potência através da união que convém com a própria natureza, e o “mau” ocorre nos encontros de decomposição, ao deixar a possibilidade de

encontro ao acaso, no contentamento em sofrer, enfim, quando se assume uma postura fatalista e de conformismo.

O caminho para o fortalecimento ou padecimento do *conatus* são os afetos. Dessa maneira, a potência de agir está relacionada à capacidade de ser afetado e a formação de idéias adequadas, enquanto que a potência de padecimento está relacionada à incapacidade de afetação e formação de idéias inadequadas. Sendo assim, a teoria dos afetos de Espinosa está colocada em duas vertentes: os bons encontros que fortalecem o *conatus* e geram ação e os maus encontros que geram padecimento e passividade - paixão.

Segundo Brandão (2008), Espinosa faz uma distinção entre afecção (*affectio*) e afetos (*affectus*). O primeiro se refere a modificações que ocorrem no corpo/alma, ou seja, afetações. Já o segundo se trata da qualidade das afetações que modificam o estado desse corpo/alma (idéia das afecções vivenciadas) de um modo para outro. Essas modificações seriam os sentimentos.

Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as idéias dessas afecções. Explicação. Assim, quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão. (ESPINOSA, 1677, p. 163)

Assim, para Espinosa, quando somos causas adequadas de nossos afetos, sucede algo, dentro ou fora de nós, que faz despertar idéias claras e distintas, gerando ação. Já quando somos causas inadequadas de nossos afetos, ocorre algo que somos causa parcial, portanto, não conseguimos alcançar clareza nos acontecimentos, pois não está ao alcance, gerando padecimento do *conatus* e servidão. Dito de outra forma, “*as afecções do corpo são imagens que, na alma, se realizam como idéias afetivas ou sentimentos*” (Chauí, 1995, p. 64).

Enfim, não há corpo sem idéia, pois precisa dessa idéia para existir, nem idéia sem corpo, pois precisa das afetações para formar idéias. “*A mente humana percebe não apenas as afecções do corpo, mas também as idéias dessas afecções*” (ESPINOSA, 1677, p.115).

Em relação à formação de idéias, Damásio (2004) traz uma interessante pontuação dizendo que toda vez que formamos a idéia de um objeto exterior, temos a possibilidade de formar a idéia da idéia, abrindo caminho para as representações e para os símbolos. Nesse aspecto, poderíamos relacionar esse encadeamento ao conceito de sentidos formulados por Vigotski, que será abordado adiante.

Na teoria de Espinosa (1677), são três os afetos originários: desejo, alegria e tristeza. Nas palavras de Chauí (1989), quando o desejo é causa imaginária, isto é, depositado no desejado e não no desejante, temos a paixão e, quando a causa é real, isto é, o próprio desejante, temos a ação.

Por isso, na paixão, diz Espinosa, somos causa inadequada de nossos apetites e de nossos desejos, isto é, somos parcialmente causa do que sentimos, fazemos e desejamos, pois a causa mais forte e poderosa é a imagem das coisas, dos outros e de nós mesmos, portanto a exterioridade é mais forte e mais poderosa do que a interioridade causal corporal e psíquica. (CHAUÍ, 1995, p. 65).

Dessa maneira, quando o *conatus*, corpóreo e anímico, se vê bloqueado ou refreado por forças externas maiores, nos tornamos passivos. Porém, quando ocorre o seu fortalecimento, não sucumbindo ao poderio de forças externas, somos ativos.

Para a autora, as paixões engendram seus próprios fantasmas: deuses, diabos, bens, males, tiranos, além de formular uma trama entre Deus e o Diabo pautada pela livre escolha de desejar o mal. Nesse sentido, a liberdade passa a ser negada, precisando de algo externo que a controle, a vigie e a puna, campo no qual se fundamentam as autoridades políticas, religiosas e moral.

A alegria é a passagem de uma perfeição menor a uma maior. Quando a causa é externa, ocorre a paixão e quando a causa é interna, ocorre a ação. Ou seja, o que vai nortear é a gênese, quer seja imaginária, quer seja real, ignorada ou conhecida, externa ou interna. A tristeza, porém, sempre é paixão, pois sempre tem causas exteriores e se caracteriza como passagem de um estado maior para outro menor (CHAUÍ, 1989).

Dentre as paixões tristes, Espinosa destaca o medo e a esperança e ressalta os afetos como base para a manutenção dos regimes ditatoriais. Apoiada em Espinosa, Sawaia (2009a) acrescenta que as cadeias de paixão triste anulam a potência de vida, deixando as pessoas vulneráveis à tirania do outro, em que depositam a esperança e a felicidade.

Chauí (1989) apresenta estudo sobre a construção do medo na história das idéias, no qual constata o medo instalado por idéias religiosas e seculares. Ressalta também uma cultura do medo ligada à política e à manutenção do poder.

Segundo a autora (1995), receando os males e esperando o bem, a imaginação constrói um edifício teológico-metafísico, cuja divindade é vista como separada dos homens (transcendente), onipotente, eterna, onipresente (tudo vê, tudo sabe), criador de todas as coisas, juíza que pune e recompensa, surgindo assim, na imagem das pessoas, algo que

governa de forma incompreensível o intelecto finito do homem. Essas imaginações são a base da superstição religiosa responsável pela manutenção do autoritarismo e servidão humana.

O medo não existe sem a esperança. Quem vivencia a esperança tem medo de ser frustrado, e, por outro lado, quem vive o medo tem esperança que algo externo surja para excluir o temido. Espinosa denominou de superstição “*a essa crença numa potência distante e separada, capaz de bens e males incompreensíveis e prodigiosos, é essa posição do desejo fora de si, essa alienação no sentido rigoroso do termo*”. (CHAUÍ, 1989, p.61)

Sawaia (2009a) reflete a superstição como condição política, sendo a desigualdade e a dominação a forma de manutenção de posicionamentos supersticiosos.

Espinosa ressalta que quando não conhecemos a gênese das causas do que nos afeta não temos idéias adequadas dos afetos, isto é, não conhecemos suas dimensões. Dessa forma, o autor considera o conhecimento sobre os afetos fundamental para alcançar a liberdade e felicidade. Para tanto, em 1658 iniciou a redação do Tratado da Correção do Intelecto, obra que permaneceu inacabada e foi publicada somente em 1977. Nesse trabalho, o autor escreve sobre as formas de percepções e conhecimento, além de elaborar um método para alcançar o conhecimento e não ser iludido pelas percepções. Assim nos é dito que:

Em verdade, tudo aquilo que o vulgo segue não só traz nenhum remédio para conservação de nosso ser mas até o impede e frequentemente é causa de morte para aqueles que o possuem e sempre causa de perecimento para os que são possuídos por isso. (ESPINOSA, 1677b, p. 52)

[...] é preciso entender tanto sobre Natureza quanto baste para adquirir semelhante natureza; a seguir, formar uma tal sociedade como é desejável para que o maior número chegue a isso de modo mais fácil e seguro. (ESPINOSA, 1677b, p.53)

O projeto espinosano propõe uma ética do conhecimento que trata de conhecer para ser afetado e ser afetado para ser feliz. Nela, a essência do corpo humano é a aptidão de afetar e ser afetado. Quanto maior essa aptidão afetiva, maior a capacidade de a mente pensar e compreender as relações. “*O que uma mente pode conhecer é correlato ao que um corpo pode experimentar*” (SÉVÉRAC, 2009, p. 24). Em outras palavras, quanto mais capacidade afetiva, mais conhecimento e, conseqüentemente, mais liberdade.

Segundo o mesmo autor, se não há necessariamente um conhecimento das causas exteriores. Há ao menos um conhecimento da disposição que encontra nosso próprio corpo,

ou parte dele. E destaca ainda que existem situações que não há conhecimento ou idéia alguma, se tratando de alienação em relação aos afetos.

Deleuze (2002) complementa a idéia de conhecimento considerando a consciência como lugar de ilusão, pois reconhece os efeitos, mas ignora as causas. Descreve que as causas definem uma ordem de composição ou decomposição em relação aos afetos. Nós, enquanto seres conscientes, recolhemos apenas os efeitos das afetações, ou seja, não buscamos as suas causas. Sentimos alegria quando um corpo ou idéia se encontra com o nosso e se compõe com nosso ser; inversamente sentimos tristeza quando uma idéia ou corpo ameaça nossa potência. Nesse sentido, colhemos apenas o que acontecem, os efeitos de um corpo ou idéia sobre a nossa. Em suma, tendemos a ter idéias inadequadas e mutiladas e nos tornarmos ignorantes das causas e natureza, reduzidos a uma consciência dos acontecimentos.

Para Espinosa, os afetos são condição fundamental para o estabelecimento das relações humanas e da ética e, a partir do momento que o indivíduo perde sua capacidade de afetar e ser afetado, possivelmente perderá a ética das relações.

De acordo com Sévérac (2009), o que nos salva não é ter claro nossos impedimentos, mas poder gozar da afetividade de forma potencializadora evitando encontros de padecimento.

Há, efetivamente, em Espinosa, uma filosofia da “vida”, ela consiste precisamente em denunciar tudo o que nos separa da vida, todos esses valores transcendentais que se orientam contra a vida, vinculados às condições e às ilusões de nossa consciência (DELEUZE, 2002, p.32).

Sawaia (2009a) reflete as idéias desenvolvidas por Espinosa nos chamando a atenção para a atuação em contextos de desigualdade social. Assim, traz a felicidade e liberdade como necessidades humanas que devem ser olhadas, rompendo, portanto, com o paradigma de que na pobreza a emancipação humana deve ser vista em segundo plano em detrimento das demandas fisiológicas. Pelo contrário, a fome de ser livre é tão necessária quanto a fome de se alimentar. Nas palavras da autora:

Perseverar na própria existência é mais que se conservar vivo, deixa claro Espinosa. É expansão do corpo e da mente na busca da liberdade, da felicidade, que são necessidades tão fundamentais à existência humana como o são os alimentos e os abrigos, e a reprodução biológica. Daí sua conclusão de que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do homem no seu processo de conservar-se, o que

pressupõe passar da condição de escravo ao modo livre, da heteronomia à autonomia (SAWAIA, p. 06, 2009)

Privilegiando as noções espinosanas, a autora coloca o sofrimento ético-político como paixão triste que abarca as mutilações do corpo e da alma e mutilam a vida de diferentes formas.

Sawaia (2009b) e seu núcleo de estudos convencionaram de “sofrimento ético-político” todo sofrimento que advém do processo psicológico-político, ou seja, que é proveniente da desigualdade social e gera respostas afetivas de assujeitamento. Refere-se aos sofrimentos e paixões gerados pelos maus encontros e caracterizados por servidão e potência de padecimento.

[...] conhecer o sofrimento ético-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas – a desigualdade social, a injustiça e a exploração. (SAWAIA, 2009b, p.106)

Espinosa elabora suas idéias visando à compreensão da servidão humana e a busca da liberdade, para tanto, desenvolve uma terapêutica das paixões focada na afetividade.

Para Espinosa, a liberdade não é um ato de vontade e de livre escolha, “*concerne ao conceito de liberdade como atividade necessária determinada pela essência de um ser autônomo*” (CHAUÍ, 1989, p.50). O segredo para se atingir a liberdade reside na passagem da heteronomia passional à autonomia corporal e intelectual e, para isso, os afetos são peça chave, pois é através deles que a potência é aumentada ou refreada.

A liberdade nasce desse movimento, das passagens das paixões tristes as alegres e destas, para as ações. Além disso, quanto mais capacidade de ser afetado e mais capacidade de produzir idéias dessas afecções, maior conhecimento e liberdade.

Os “afetos que travam combate em nós” podem ser causa de servidão tanto quanto de liberdade, porque deles depende que nos deixemos ou não dominar pelo poderio de uma exterioridade adversa e contrária à nossa essência. (CHAUÍ, 1989b, p. 50)

[...] os são afecções de nosso corpo e sentimentos de nossa alma, forças de existir e de agir que podem ser freadas ou impulsionadas por forças externas, como podem desenvolver-se por si mesmas, graças à causalidade interna imanente ou adequada.

Porque são forças, demonstra Espinosa, os afetos jamais serão vencidos por idéias ou vontades, mas apenas por outros mais fortes e contrários [...] (CHAUÍ, 1989b, p. 54)

De acordo com Sawaia (2009a), a desigualdade social se caracteriza por ameaça à existência, pois impõe diferentes formas de humilhação, produzindo uma tristeza que se cristaliza e mantém um estado de paixão crônico. Bloqueia a capacidade de afetar e ser afetado rompendo com os nexos e uma vida social ética. Nesse sentido, só consegue reagir rompendo com a dimensão da ação.

Contudo, consideramos que Espinosa traz grandes contribuições para psicologia, através do estudo sobre os afetos e sua relação com potência de ação, liberdade e servidão humana. Tais idéias propiciam solo fértil para pensarmos a atuação do psicólogo nas políticas públicas e tecermos reflexões sobre como estimular potência de ação ou como as ações psicossociais podem contribuir para superar a servidão humana. Poderíamos, inclusive, arriscar dizer que seria tarefa do profissional de psicologia conhecer as gêneses das paixões e não controlá-las.

Dois séculos depois, Vigotski segue o raciocínio de Espinosa colocando as emoções em lugar de destaque, inclusive como base para a construção do conhecimento e compreensão dos pensamentos e ações.

Vigotski contribui com a teoria das emoções acrescentando a visão sócio-histórica. De acordo com Sawaia (2000), Vigotski pretendia, através das emoções, provocar uma revolução ontológica e epistemológica da psicologia visando, com isso, superar as cisões das teorias da época. Partilha com Espinosa a ontologia de sujeito em expansão, partindo da idéia de um homem criativo, que vai além das determinações e conservações. Um homem ativo, porém que sofre influência de suas determinações sociais e culturais.

A concepção de emoção de Vigotski é próxima da definição de afeto de Espinosa, revela *“que emoção e sentimento não são entidades absolutas ou lógicas do nosso psiquismo, mas significados radicados no viver cotidiano, que afetam nossos sistemas psicológicos pela mediação da intersubjetividade.”* (SAWAIA, 2009b, p.103)

O autor afirma que as emoções são mediadas pelas funções psicológicas superiores (pensamento, memória, consciência, linguagem). Dessa maneira, a saúde se encontra no estabelecimento de nexos entre diferentes funções. Ao contrário, o rompimento dos nexos pode alterar a relação afeto-pensamento e gerar uma inabilidade afetiva. Segundo Sawaia (2000), os nexos rompidos podem fazer com que uma emoção seja senhora ou escrava das

outras, como no caso dos esquizofrênicos, em que a emoção direciona tudo, não havendo nexos com as outras funções para alcançar o equilíbrio.

Outra contribuição de Vigotski se refere ao aspecto social das emoções, descrevendo que essas vão adquirindo significado de acordo com o contexto histórico. Por exemplo: o sentimento de ciúmes é vivenciado de uma forma pelas mulheres brasileiras e de outras pelas mulheres árabes.

Esse caráter social das emoções pode determinar modos de agir que seria o que Vigotski denominou emocionalidade cultural, na qual as pessoas buscam modos aceitáveis de reagir às afecções do corpo. Sawaia (2000) acrescenta que, nesse sentido, a emoção seria um meio de ação política, ou seja, utiliza-se das emoções para implantar regimes autoritários ou de servidão e, no caso dos regimes tirânicos, implanta-se uma política de medo a fim de doutrinar as ações humanas.

Sawaia (2009) descreve sobre a historicidade das emoções, dizendo que cada momento histórico prioriza uma ou mais emoção como forma de controle e esclarece, exemplificando que, no século passado predominava a vergonha, que exigia a exibição pública e hoje predomina a culpa, a expiação passa a ser privada.

Vigotski também amplia a concepção espinosana de imaginação, destacando que toda emoção faz uso da imaginação, pois é através desta que a dinâmica intersubjetiva se constitui e, através dela, se torna possível a constituição dos significados e sentidos. (Sawaia, 2009)

Em resumo, afirma que a gênese da emoção é social, uma vez que é mediada pelos significados e a constituição dos nexos, aliados as experiências dos contextos sociais, vão oferecendo sentido à afetividade. (SAWAIA, 2000)

Referendado no monismo de Espinosa, Vigotski estruturou a teoria dos significados e sentidos. O primeiro se refere à construção social da afetividade, ou seja, de acordo com o contexto social, as emoções podem ser vivenciadas de forma diferente. O segundo se refere ao sentido pessoal dos afetos na vida das pessoas e sua influência nas ações e linguagem, ou seja, a intersubjetividade que vai sendo construída através dos bons e maus encontros.

Ao libertar a atividade e o pensamento da fisicidade e da materialidade social, a capacidade de sinalização permite a emergência da singularidade, uma vez que possibilita uma variação infinita dos sentidos de uma afecção provocada por um mesmo fenômeno, deixando claro, assim, que o mais importante no estudo das

emoções não é a objetividade dos fatos, mas a dinâmica da vida humana. É só aí que os processos emocionais ganham sentidos. (SAWAIA, 2009a, p.13)

O autor emprega a palavra ‘sentido’ pela primeira vez em 1933 em seu ensaio sobre consciência, e, em seguida o termo aparece na obra “Pensamento e Linguagem” de 1935. (GONZÁLEZ-REY, 2009)

A categoria de sentidos representa uma unidade constitutiva da subjetividade do sujeito, possibilitando superar as dicotomias consciência e inconsciência, individual e social, afetivo e cognitivo. Revela a capacidade da psique humana para produzir expressões singulares em situações aparentemente semelhantes.

O sentido deve ser entendido na relação dialética com o significado. O significado é o princípio organizador da consciência, mediando os processos psicológicos e o contexto social. E o sentido é concebido como unidade de significação que sintetiza aspectos biológicos, sociais e psicológicos. Vigotski, em sua obra “Pensamento e Linguagem”, destaca a contribuição de Paulhan como uma boa definição:

[...] o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluído e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. (VIGOTSKI, 1934, p. 181)

Acerca disso, González-Rey (2009) contribui destacando o sentido da palavra como um agregado de todos os fatos que surgem em nossa consciência.

O sentido articula de forma específica o mundo psicológico historicamente configurado do sujeito com a experiência de um evento atual. Nessa acepção, o sentido acontece em um elemento central de integração dialética entre o histórico e o atual na configuração da psique. (REY, 2009, p.49-50)

De acordo com os estudos da obra de Vigotski, o significado da palavra é estável e compartilhado, enquanto que o sentido é fluído e particular.

Para Sawaia (2009a), o significado desempenha importante papel na interligação das diferentes funções psicológicas e dessas com o corpo e sociedade. É o princípio organizador da consciência que é inseparável da palavra, embora não seja idêntico a ela.

Vigotski (2009) descreve que pensamento e palavra não estão ligados entre si por um vínculo primário, pelo contrário, essa ligação vai sendo mediada historicamente através do significado.

O significado da palavra é uma unidade indecomponível de ambos os processos e não podemos dizer que ele seja um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento. A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É a própria palavra vista do seu aspecto interior. (VIGOTSKI, 2009 , p. 398)

Dessa forma, o significado é a unidade que medeia o pensamento e linguagem. Enquanto está apenas no pensamento, faz parte da linguagem interior. A partir do momento que se externaliza no discurso, se materializa na palavra.

O significado da palavra só é um fenômeno do pensamento na medida em que o pensamento está relacionado à palavra e nela materializado, e vice-versa: é um fenômeno de discurso apenas na medida em que o discurso está vinculado ao pensamento e focalizado por sua luz. (VIGOTSKI, 2009, p. 398)

Vigotski acrescenta o caráter da inconstância do significado. Para tanto, relata que o curso do desenvolvimento histórico da palavra modifica tanto o conteúdo concreto da palavra como a representação e generalização da realidade da palavra, ou seja, o significado.

De acordo com o autor, a relação entre pensamento e palavra é um processo dinâmico e o vínculo que une a palavra e o significado é a base do discurso consciente. Além disso, em função do seu caráter dialético, a linguagem não é expressão de um pensamento pronto, ao transformar em linguagem o pensamento se reestrutura e modifica. “*O ato de falar requer a transição do plano interior para o plano exterior, enquanto a compreensão pressupõe o movimento inverso do plano externo da linguagem para o plano interno*” (VIGOTSKI, 2009, p.421)

Todo pensamento procura relacionar algo, tem movimento e fluidez. A análise da palavra como movimento entre pensamento e palavra é o estudo do plano do pensamento que

se materializa na palavra. Cabe ao pesquisador desvelar a linguagem interior, porém não é possível elucidar essa relação em toda sua complexidade.

Vigotski (2009) define a linguagem interior como uma linguagem para si, enquanto a exterior como uma linguagem para os outros. Considera que o discurso falado está ligado a intencionalidade e o discurso interno como uma das áreas de mais difícil acesso a psicologia.

A peculiaridade básica da linguagem interior é o predomínio do sentido da palavra sobre o seu significado. Ou seja, baseado na compreensão de mundo, nos contextos que o indivíduo está inserido, na riqueza de momentos de memória, enfim, no conjunto da estrutura interior do indivíduo, o sentido vai se configurando. Dessa forma:

O próprio pensamento não nasce de outro pensamento, mas do campo da nossa consciência que o motiva, que abrange os nossos pendores e necessidades, os nossos interesses e motivações, os nossos afetos e emoções. Por trás do pensamento existe uma tendência afetivo e volitiva. (VIGOTSKI, 2009, p. 479)

Nesse sentido, Vigotski discute que a compreensão do pensamento do outro só se torna possível quando descobrimos a causa profunda afetivo-volitiva. Em outras palavras, por trás do pensamento verbal existe um complexo dinâmico. Para compreender o discurso consciente, precisamos entender os motivos que o levaram a emití-lo. Segundo Vigotski (2009), a palavra consciente é o microcosmo da consciência humana, pequeno mundo da consciência.

Para elucidar essas relações descritas no texto, Vigotski nos apresenta o seguinte exemplo: as nuvens pairadas no céu são como os pensamentos e a chuva como milhares de palavras, já o vento, que movimenta as nuvens, é análogo à motivação, que movimenta o pensamento.

Nas palavras de Sawaia (2000), para Vigotski as emoções, desejos e necessidades constituem o psiquismo, base afetivo-volitiva de nossa consciência e pensamento.

A emoção seria a base do pensamento, ou seja, pensamentos e palavras sempre são motivados pelos afetos. Dessa forma para conhecer o pensamento do indivíduo é preciso compreender os motivos que estão por trás da fala, isto é, os afetos. (SAWAIA, 2000)

Segundo o autor, toda ação ou idéia é fundada na motivação e vontade, ou seja, toda atividade é afetivo-volitiva, sendo assim para compreender as ações e o pensamento dos sujeitos, faz-se necessário entender o processo de vontade + afeto.

Ambos os autores apontam para questões políticas. Espinosa nos fala de liberdade e Vigotski de estimular o potencial criativo fundamentando a passagem do passional-ilusório para o afetivo-transformador. (SAWAIA, 2000)

Com isso, consideramos que esta fundamentação oferece suporte teórico para analisar a realidade do nosso objeto de pesquisa de forma crítica, pois considera o objeto de estudo em sua historicidade e múltiplas determinações. E abrange o campo metodológico através da compreensão da dialética entre os significados e sentidos. Além disso, os conceitos de Vigotski e Espinosa, articulados pelo NEXIN, propõem uma reflexão sobre a atuação em contextos de desigualdade social em prol de uma práxis política transformadora, corroborando para a análise da atuação do psicólogo e as relações profissionais a partir dos encontros, e de como estes potencializam ou não as ações rumo à emancipação humana.

2.2 – Dos procedimentos metodológicos

A atuação do psicólogo no terceiro setor, normalmente, contempla ações em três focos diferentes: saúde, educação e assistência social. Neste estudo, optamos por investigar uma questão que atravessa todas elas: as formas de enfrentamento da desigualdade social.

Ao delinear o campo de investigação foi escolhida a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) do município de São José dos Campos como fonte de informações para iniciarmos o nosso estudo. Através da Secretaria, tivemos acesso a duas listas de instituições pertencentes ao terceiro setor.

A primeira lista contemplava as instituições que mantêm parceria com a SDS através do convênio³¹. Neste material as instituições estavam separadas por segmentos de atuação, contendo nome, contato, região de atuação e serviços prestados. Para firmar convênio com a Prefeitura, dentre os documentos exigidos, a instituição deve ter inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Certificado de Utilidade Pública Federal.

³¹ Ao firmar convênio, a Prefeitura financia parte dos custos da instituição (os valores e porcentagens são estabelecidos em editais) e acompanha o projeto por período pré-estabelecido. Os convênios têm duração de um a dois anos e podem ser renovados.

Na outra listagem havia a relação das instituições inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social³². Ou seja, esperávamos a repetição das instituições da primeira lista e outras instituições inscritas no Conselho, mas sem parceria com a Prefeitura. Nessa lista as instituições eram apresentadas apenas com o nome e o contato (nº de telefone e e-mail).

Depois de compararmos exaustivamente as duas listas, alcançamos o total de 96 instituições, pertencentes ao terceiro setor registrado na SDS do município, não constando neste total os registros repetidos e as instituições desativadas.

O próximo passo foi fazer o primeiro contato com as mesmas. Optamos pelo contato via telefone por dois motivos. Primeiro porque entendemos que o questionário via e-mail poderia resultar em longo período de espera e a não-participação. Além disso, a visita pessoal seria inviável dado o número de instituições.

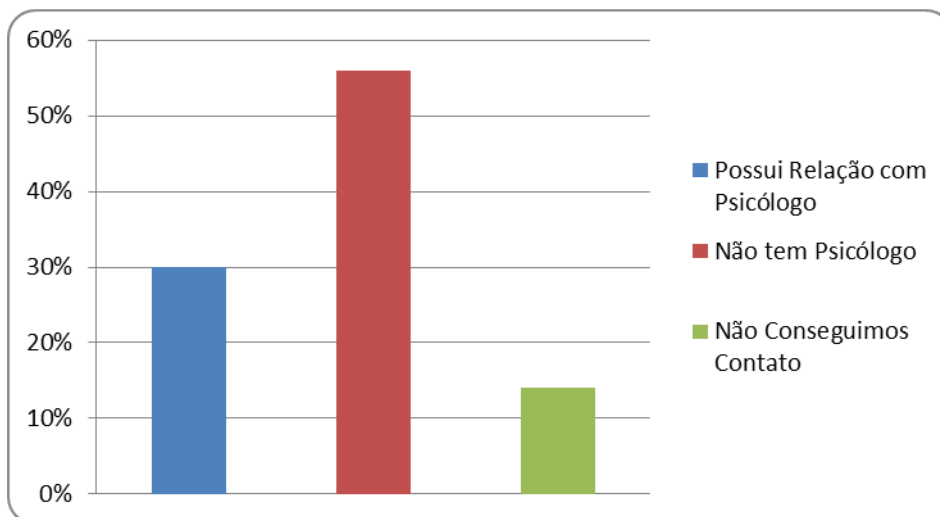
O objetivo desta primeira etapa foi enriquecer a pesquisa com um mapeamento prévio das instituições que possuem o profissional psicólogo atuando em sua função e coletar, em um curto período de tempo, informações básicas referentes a cada instituição que viabilizassem a melhor escolha dos sujeitos participantes. No entanto, este instrumento de coleta resultou em algumas limitações. Como não foi possível gravar as ligações, o registro foi realizado manualmente durante o contato telefônico, o que inviabilizou registrar todas as informações fornecidas. Apesar disso, o mapeamento se concretizou oferecendo um panorama geral das instituições e a inserção do profissional psicólogo nas mesmas.

No contato telefônico apresentávamos a pesquisa explicando seus objetivos, em seguida, perguntávamos sobre a presença do profissional psicólogo atuando em sua função. Quando a resposta era afirmativa, seguiam-se as outras questões: área de atuação da instituição, público-alvo, recursos financeiros e parcerias, número de psicólogos, vínculo empregatício, trabalho em equipe e principais atividades desenvolvidas pelo psicólogo.

A maior parte das instituições entrevistadas se disponibilizou ao diálogo via telefone. Porém, em alguns casos, a pessoa entrevistada não possuía todas as informações solicitadas. Duas instituições solicitaram o pedido formal por e-mail, mas apenas uma retornou e uma não quis responder a pesquisa. Deste mapeamento obtivemos contato com 81 instituições e 15 não conseguimos contato. Mesmo com essas desistências, acreditamos que foi possível estruturar

³² Poderão obter inscrição no CMAS as associações beneficentes de assistência social, saúde e educação, que prestem serviços em caráter suplementar às atividades do Município, às pessoas e famílias abrangidas pela Lei Orgânica da Assistência Social. Para regulamentar a inscrição a instituição deve enviar para análise: documentação, relatórios, certificado de utilidade pública federal e balanços. Aprovada a inscrição, esta deve ser renovada anualmente mediante solicitação via ofício.

um panorama geral do perfil das instituições (entrevistamos 84.3% das instituições) e identificar as que possuem psicólogo, conforme planilha (Anexo A) e gráfico abaixo:



Das instituições contatadas, 30% possuem relação com o profissional psicólogo através de CLT, voluntariado ou prestação de serviço.

A partir disso, iniciamos a escolha dos sujeitos por meio da análise desse levantamento prévio. Levamos em consideração os seguintes critérios: possuir o profissional de psicologia atuando como psicólogo na instituição; atuar no campo da assistência social; abrangência da atuação, público-alvo e, principalmente, a configuração político-financeira da organização.

Uma vez que essas instituições, dado seu campo de atuação e envolvimento com diferentes atores sociais, atuam em contextos marcados por contradições sociais e ideológicas, de diferentes configurações políticas, acreditamos que seria necessário trabalhar com três configurações institucionais: as que mantêm parceria com Estado (Secretarias Municipais ou Estaduais), as que mantêm parceria com Empresas e as que mantêm parceria com Igreja. Tomadas essas decisões, nos debruçamos na planilha para identificarmos três instituições que preenchessem tais critérios.

A instituição que mantém parceria com o Estado foi de fácil escolha, pois a Prefeitura de São José dos Campos possui parceria com a Cefel (nome fictício para esta pesquisa), fundação que atua na área da assistência em todas as regiões da cidade, sendo responsável pela maioria dos projetos e programas realizados com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A segunda instituição, que mantém parceria com Empresas, também não foi difícil identificar, pois a maioria das instituições possui parceria com o Estado, das que não possuem, sobraram as que atuam no setor de oncologia, que não era o nosso foco, e a que foi escolhida, que chamaremos de Girassol.

A terceira instituição foi escolhida em função da dimensão das obras religiosas e campo de atuação. Trata-se de uma igreja católica apostólica romana localizada em bairro nobre do município com grande abrangência social, como, o trabalho com mutirões populares, atendimento e atuação em favelas. Além disso, não possui parceria com Estado, todos os projetos e programas são financiados pela igreja.

Escolhida as instituições participantes, retomamos o contato e oficializamos o convite de participação na pesquisa. A Cefel exigiu alguns documentos para serem analisados, tais como a síntese do projeto e a carta de interesse da Universidade. Em seguida, agendou uma visita e autorizou a pesquisa. A Girassol, sem maiores dificuldades, imediatamente agendou uma visita e autorizou a pesquisa. A terceira instituição, porém, dificultou muito. Foram meses tentando agendar a visita, enviando e-mails e tentando contato com a psicóloga responsável.

A partir do contato com a Cefel e Girassol, concluímos que tínhamos em mãos duas instituições distintas: a Cefel, uma organização profissional e experiente, com 24 anos de atuação na área de assistência e com o trabalho profissional aparentemente estruturado. E a Girassol, uma organização pequena, fundada por uma família, com recursos poucos, sem convênio com Estado e sem uma estrutura prévia para o trabalho. Consideramos, portanto, as duas instituições como campo fértil e propício para o processo de análise, mesmo porque ambas estavam disponíveis para a pesquisa.

Considerando o referencial teórico-metodológico, para atendermos o objetivo da pesquisa elegemos a entrevista, que segundo Ozella (2006, p. 05) é *“um dos instrumentos mais ricos e que permitem acesso aos processos psíquicos que nos interessam, particularmente os sentidos e significados.”*

Foram realizadas entrevistas com três profissionais em cada instituição (trio de entrevistas): o diretor (representante da instituição), o assistente social (colega de trabalho) e o psicólogo. Dessa forma, foi possível analisar a atuação do psicólogo, as diferentes visões sobre a atuação do psicólogo e as formas de afetação na relação profissional com a instituição, com a equipe e com a demanda através de diferentes sentidos.

As três entrevistas abarcaram três perspectivas diferentes, oferecendo material para comparações, divergências e repetições durante o processo de análise. Ou seja, revelou as

relações sociais e os significados à luz de três particularidades profissionais específicas. A leitura minuciosa do Estatuto de cada instituição também apoiou o processo de análise.

As entrevistas foram realizadas na primeira quinzena de setembro de 2010, resultando num total de seis entrevistas gravadas em áudio por um gravador digital. Na Cefel, obtivemos duas horas e vinte e oito minutos de gravação e, na Girassol, duas horas e vinte minutos, somando o total de cinco horas de gravação aproximadamente. Em todas as entrevistas foram firmados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) e os Diretores, como representantes da instituição, receberam uma cópia do documento.

As entrevistas foram semiabertas, embasadas por um roteiro (Anexo C) para nortear o trabalho. Contudo, a proposta foi de um bate-papo em um clima aconchegante e descontraído, sem roteiros rígidos. A idéia foi viabilizar o encontro entre duas pessoas para fazer fluir os sentidos e afetos. Conforme (Ozella, 2006, p. 05) *“as entrevistas devem ser consistentes e suficientemente amplas, de modo a evitar interferências desnecessárias ou inadequadas.”*

Partindo da concepção espinosana de que somos afetados no encontro com o outro, e que esta afetação provoca transição no estado de nosso corpo e alma, após cada entrevista registramos as sensações despertadas no pesquisador. Denominamos este aspecto da entrevista de contexto afetivo.

Ao finalizar o campo empírico da pesquisa, todas as entrevistas foram transcritas e iniciamos o processo de análise a fim de compreender os significados e sentidos implícitos nas falas dos sujeitos.

Vigotski (2009) afirma que o ato da fala expressa a transição do plano interior para o plano exterior, e que a compreensão do pensamento pressupõe justamente o contrário, do plano externo da linguagem, para o plano interno do pensamento. Acrescenta ainda que para compreender o discurso consciente precisamos entender os motivos e afetos que levaram a emití-los, ou seja, *“por trás do pensamento existe uma tendência afetivo e volitiva”* (Vigotski, 2009, p.479).

Com isso, fizemos uma leitura geral das entrevistas e nos apropriamos das informações registradas. Em seguida, organizamos os conteúdos por assunto, resultando nos seguintes temas: a) sobre o terceiro setor; b) sobre a instituição; c) sobre a demanda; d) sobre a atuação do assistente social; e) sobre a atuação do psicólogo; f) sobre a equipe. Nesta etapa de análise, cada eixo temático continha os conteúdos relacionados à Cefel, com a cor preta, e os conteúdos relacionados a Girassol com a cor azul.

Em seguida, passamos para a segunda etapa da análise, cuja finalidade foi compreender os conteúdos em relação, pontuando os pontos divergentes, os pontos

semelhantes, os conteúdos afetivos e as contradições, tanto em relação aos conteúdos da mesma instituição, como entre as instituições. Neste momento, buscamos os significados e sentidos nas palavras, como ponto de partida para entendermos os pensamentos, vontades e afetos.

Cada trecho da entrevista ganhou um contorno colorido, que traziam sentimentos, silêncio, confusão de idéias, afirmações preponderantes, ou seja, os conteúdos foram lapidados.

A partir de uma terceira leitura, agora com o tom interpretativo e tecendo articulações com o embasamento teórico da pesquisa, chegamos a três eixos de análise dos sentidos, são eles: 1) O campo político-administrativo do terceiro setor; 2) Potência ou padecimento? 3) Você tem Fome de Quê? O encontro com a necessidade da população.

Cada eixo abordou núcleos de sentido relacionados à análise dos sujeitos da Cefel e da Girassol. Após a apresentação dos núcleos de sentidos de ambas as instituições foi feita uma síntese reflexiva dos eixos.

A fim de garantir a privacidade das instituições e profissionais participantes da pesquisa, todos os nomes, locais e bairros apresentados aqui são fictícios.

Capítulo III: Os sentidos do campo de atuação

3.1 – As instituições e profissionais participantes da pesquisa

3.1.1 – A Cefel

A Cefel foi criada juridicamente como Fundação, pessoa jurídica de direitos privados, sem fins lucrativos, apoiada inicialmente na Lei Municipal nº 00000/87³³ (número fictício), posteriormente alterada pelas leis nº 6428/03 e 6860/05³⁴.

O idealizador do projeto foi João Cefel (nome fictício), que sempre atuou nas questões do município. Iniciou o trabalho promovendo programas para o trabalhador com foco na área social para, em seguida, transformá-lo em uma instituição.

De acordo com Szazi (2006, p. 37) *“as fundações podem ser criadas pelo Estado, assumindo natureza de pessoa jurídica de direito público, ou por indivíduos ou empresas, quando assumem natureza de direito privado”*.

Atualmente, as entidades do terceiro setor são regidas pela Lei nº 10.406 do Código Civil de 2002, que dispõe que as entidades do terceiro setor são constituídas juridicamente como Associação ou Fundação. (Cartilha OAB, 2007)

Segundo a Lei nº 10406/02, são pessoas jurídicas de direito privado: as fundações, as sociedades, as associações, as organizações religiosas e os partidos políticos, sendo os dois últimos regulados por legislação complementares.

No caso da Cefel, a instituição não foi criada através da legislação federal em vigor, pois sua natureza jurídica não se enquadrava nos requisitos da última lei indicada acima. Foi sancionada pela Lei Municipal Autorizativa, que dispõe sobre a criação da instituição e seu funcionamento, que é instituída pelo Poder Público, mas com direito privado. Tal natureza jurídica, teoricamente, permite as ações num “caminho do meio”, havendo maior autonomia de gestão.

A fundação é composta por três órgãos: (1) O Conselho Curador, que aprova e delibera as ações referentes à instituição; (2) A Diretoria Executiva, que dirige, coordenar e representar a instituição e (3) O Conselho Fiscal, que fiscaliza a administração financeira e econômica da instituição.

³³ Autoriza o Poder Executivo a criar a instituição e dá outras providências.

³⁴ Lei Municipal nº 6428/03 – consolida a legislação municipal sobre a promoção social.
Lei Municipal nº 6860/05 – dispõe sobre as diretrizes do trabalho do serviço social.

Em relação aos recursos, de acordo com a Lei Autorizativa, a Prefeitura pode destinar 5% da receita anual para manutenção da instituição. A prestação de conta é fiscalizada pelo Poder Executivo, Legislativo e Ministério Público.

Sua missão é *“servir ao município de São José dos Campos, com eficiência, na execução da política de atendimento da criança e adolescente provenientes das classes menos favorecidas, com a finalidade de garantir sua formação integral.”* E sua visão é *“ser referência mundial no atendimento à criança e adolescente, visando seu desenvolvimento integral”*. (site da instituição, 2011)

Atualmente conta com uma sede e mais 21 unidades regionalizadas, atendendo a 8 mil crianças e adolescentes. Contempla três grandes programas: Criança, Adolescente e Educação Profissionalizante. Para ingressar na instituição, a família procura o setor de triagem e faz a inscrição:

Os pais e responsáveis procuram o setor de triagem e faz a inscrição, apresentam uma série de documentos: comprovante de renda, são entrevistados, passam por uma entrevista longa que assistente social faz com a família onde tudo é levantado, questões de doença, vulnerabilidade, renda per capita, no final desse relatório cada item vale pontos, ai nós fechamos conforme uma portaria de elegibilidade que determina os critérios, aí agente fecha, essa criança tem 30 pontos, quanto maior a pontuação mais necessidade a família tem, mais vulnerável ela é. (Dalva/Dir.)

A presente pesquisa foi realizada com o Programa Criança, que atende crianças e adolescentes de 7 a 14 anos no período diferente do escolar, oferecendo atividades sócio-educativas. Dentro do programa existem projetos que atuam com casos de violência doméstica e sexual, meio-ambiente e de apoio escolar.

Os pressupostos, previstos no Plano de Trabalho, visam à valorização da aprendizagem e do lúdico, interação comunitária e participação das famílias.

Nas unidades são desenvolvidas oficinas temáticas. Os temas são decididos junto com as crianças respeitando o interesse e, de acordo com o eixo sugerido, trabalham-se outros assuntos. *“Por exemplo, este ano teve a copa do mundo, então algumas unidades com certeza trabalhou a copa, dentro deste tempo trabalha vários assuntos, os países, a cultura de cada país, então as oficinas são desenvolvidas de acordo com o projeto da unidade.”* (Jane/A.Social)

Existe também o trabalho com as famílias, que são encontros mensais, temáticos ou voltados para geração de renda. Quem coordena este trabalho é a assistente social. Segundo

(Jane/A. Social) o trabalho não é obrigatório e há a participação das famílias. Já (Dalva/Dir) descreve que o trabalho ocorre de forma alternada. Num mês o encontro é temático e no outro ocorre a reunião de pais. Este ocorre por meio de convocação, pois acredita que o envolvimento dos pais é essencial para o andamento da proposta.

Cada unidade possui uma equipe composta por: gestor, assistente social, professores, educadores, segurança e equipe de cozinha. A equipe pedagógica e assistente social se reúne uma vez por semana para discutir diretrizes e configurar ações.

Geralmente assim, toda segunda-feira agente tem uma reunião de equipe onde a gente discute algumas situações com os profissionais, com os professores que estão diretamente ligados as crianças, a partir dessas reuniões que a gente faz com os professores, que a gente toma algumas ações, por exemplo, as crianças estão com a sexualidade aflorada, então a gente reúne a equipe pra ver o que está acontecendo, agente faz algumas abordagens desse assunto. (Jane/A.Social)

O programa possui uma equipe multidisciplinar³⁵ que tem como objetivo subsidiar o trabalho das unidades. Ou seja, quando as unidades vivenciam situações que não conseguem resolver, acionam o “plantão múlti” (como é chamado por eles), que vai até a unidade discutir e construir soluções coletivamente. As entrevistas foram realizadas com os integrantes desta equipe, são os profissionais que supervisionam o trabalho de todas as unidades.

a) Dalva: a diretora

É formada em administração de empresas e iniciou seu trabalho na instituição Cefel em 1996, através de concurso público para área administrativa (Recursos Humanos). No ano 2000 foi convidada para assessorar o presidente da instituição e permaneceu no cargo até 2009, quando resolveu buscar novos caminhos profissionais:

[...] eu já tinha tomado a decisão, assim, de dar um rumo novo pra minha vida porque eu achava que nove anos na assessoria da presidência, eu tava saturada, já não tinha mais entusiasmo assim, sabe, perspectiva, eu queria um desafio novo, eu já tava cansada daquilo. Eu conversei com presidente, assim que ele chegou dessa

³⁵ Equipe Multidisciplinar: Psicólogo, Assistente Social, Psicopedagogo, Orientador Educacional e Educador Físico, Profissional do Meio Ambiente.

minha intenção, se fosse o caso voltar até pro meu cargo de origem, que é a área administrativa, porque eu já não queria mais ficar nessa condição. (Dalva/Dir)

Em fevereiro de 2009 foi convidada para assumir a diretoria do Programa Criança e conta sobre os desafios e dificuldades:

[...] nunca passou isso pela minha cabeça, jamais... eu imaginei ir pra qualquer lugar, mas não, fui pega de surpresa, mas topei o desafio, e realmente a palavra é essa mesmo, tem sido um desafio desde fevereiro de 2009. (Dalva/Dir.)

[...] o primeiro desafio foi ficar no lugar de uma chefe que ficou durante quase 20 anos nessa posição, né. [...] Tive muitos problemas com profissionais que estavam acostumados e quando você mexe na chamada “zona de conforto” né? E eu realmente vim e comecei a mexer, eu tenho um estilo totalmente diferente da pessoa que tava aqui, [...] comecei a questionar, comecei a perguntar, a me informar, me inteirar das coisas. (Dalva/Dir.)

Contexto afetivo da entrevista:

Antes da entrevista, ela me informou que tinha um compromisso às 15h. Inicialmente não estava tão disponível, mas durante a entrevista o clima foi ficando descontraído e afetuoso não mostrando nenhuma preocupação com o horário e compromisso. Ao final do trabalho me agradeceu muito, me trouxe o Estatuto para verificação no local e se colocou à disposição. Aparentemente estava bem mais alegre do que quando entrou na sala. Talvez o encontro, o falar destes desconfortos, afetou Dalva, potencializando-a. A pesquisadora também se potencializou no encontro e ficou entusiasmada para última entrevista com a profissional psicóloga.

b) Jane: a assistente social

Concluiu sua graduação em serviço social em 2003. Em seguida fez estágio por dois anos em um programa de combate à fome oferecido pelo SESC. Sendo assim, seu primeiro emprego formal foi na Cefel, onde entrou em 2005 através de concurso. Atuou como assistente social até 2009, desenvolvendo trabalho com crianças e famílias numa das unidades da zona norte do município e, no início de 2010, foi convidada a fazer parte da equipe multiprofissional do programa criança. Em suas palavras, descreve o trabalho:

É muito gratificante, principalmente quando você vê o seu trabalho sendo valorizado e geralmente a gente vê isso nas próprias crianças, durante um período elas saem da unidade e vão pro Programa Adolescente e quando elas voltam, “ah dona hoje eu to trabalhando na Embraer, to trabalhando...”, já ta encaminhada pra alguma empresa, então é muito gratificante. (Jane/A. Social)

Destaca como dificuldade do trabalho, as idealizações oriundas da graduação que é incompatível com a realidade apresentada. Acrescenta que as questões políticas e da rede pública a fazem perder o foco na garantia de direitos da criança. Percebe-se sua fala uso recorrente da terceira pessoa para referir-se a si mesmo. Isto pode indicar seu papel de telespectadora dos fatos, em vez de protagonista da ação. Sua fala demonstra também o assistencialismo como, “*o futuro da criança está em nossas mãos*”. Ou seja, não demonstra alcançar uma leitura sociológica do contexto e, de acordo com a expressão, possui a crença de que, basta acreditar para o direito da criança ser garantido.

O maior desafio é o trabalho diário mesmo, é a promoção da criança, porque assim, não é fácil trabalhar no dia a dia com as crianças. Difícil é você manter ali, firme naquilo que você acredita, porque quando você faz uma faculdade, você acaba idealizando algumas coisas [...] e no decorrer do dia a dia você vê o quanto é difícil estar garantindo o direito, eu acho que você não pode perder esse foco, você tem que continuar acreditando nisso pra que a criança se desenvolva e tenha um futuro. (Jane/A.Social)

Olha aqui em São José acho que funciona, mas é demorado e tem hora que você desanima, mas acho que a gente não pode desanimar, porque se a gente desanimar o que será do futuro das crianças. (Jane/A.Social)

Contexto afetivo da entrevista:

Quando estava a caminho da instituição recebi um telefonema da psicóloga verificando a possibilidade de chegar mais cedo em função de um compromisso que a assistente social teria às 14h. Dessa forma, ela foi a primeira a ser entrevistada, seguida da coordenadora que tinha um compromisso às 15h e por último a psicóloga. Inicialmente estava aparentemente nervosa e insegura, sendo necessário um bate-papo para criar um clima aconchegante antes de iniciar a gravação. Nesse momento, apresentei os detalhes da pesquisa, tentando tranquilizá-la. No

decorrer da conversa se mostrou disponível, suas respostas foram mais curtas e objetivas, exigindo mais intervenções da pesquisadora. Nesse encontro as afetações foram mais sutis, a entrevista foi mais informativa e menos reflexiva.

c) Mari: a psicóloga

Graduou-se em Psicologia em Londrina – PR e, semanas depois, meados de 1991, foi chamada através de concurso para trabalhar em Ubatuba (litoral de São Paulo) na área de saúde mental. Durante 14 anos trabalhou no setor de saúde, com saúde mental e saúde da criança (puericultura). Passado este período, veio para São José dos Campos através de concurso público, para trabalhar na Cefel e foi direcionada para o programa de violência doméstica, onde atuou por cinco anos. No início de 2009 foi convidada a compor a equipe multidisciplinar do programa criança. Conta que inicialmente sentiu a mudança, mas que com o tempo apresentou outra forma de olhar, conforme conta sobre o processo:

De tempos em tempos a instituição faz esse *turn over*, de trocar os profissionais de lugar, que é um movimento pra dar um respiro. [...] o lugar ficou vago, daí eu fui transferida pra equipe multidisciplinar e o acolhimento foi muito bem, sem grandes problemas, **acho que o maior sofrimento foi meu**, porque eu tinha muito carinho pelo trabalho que eu desenvolvia, algumas transferências nos pegam assim, muitos projetos, então, não estava no meu horizonte a mudança. [...] assim, minha chefia total apoio, mesmo com o meu bico de vir, até eu também, o que eu vou fazer? Porque eu também sou movida por grandes desafios, eu gosto! Então quando você perguntou a trajetória, eu vim de uma época que não tinha ambulatório de saúde mental, implantei ambulatório, implantei CAPS, desospitalização, sempre naqueles movimentos, depois a prevenção de violência, sempre assim, coisas novas. O trabalho aqui parecia não ter muitas coisas pra fazer sabe, parecia não ter muitos desafios, mas quando agente olha a possibilidade de você mexer diretamente, não só do atender as crianças, mas interferir nas políticas públicas, é um desafio e tanto [...] (Mari/Psi).

Contexto afetivo da entrevista:

No primeiro contato, que não foi no mesmo dia da entrevista, senti a profissional um pouco apreensiva. No entanto, no dia da entrevista, estava muito falante, simpática e disponível (tem o perfil mais “brincalhão”). Relatou que a minha entrada na instituição gerou

uma discussão sobre o perfil jurídico da mesma culminando, inclusive, em uma conversa dela com o diretor. Durante a entrevista, o clima foi amigável e descontraído e quando a entrevista chegou ao fim a profissional me acompanhou até a saída, estendendo a conversa por mais um período de tempo, quando relatou sua insatisfação com o salário e a carga horária do psicólogo comparada com a do assistente social¹. Pontuou a necessidade do fortalecimento entre os psicólogos para alcançar mudanças, como alteração salarial. Além disso, se colocou à disposição para maiores informações. O encontro foi potencializador para ambas, tanto que a conversa se estendeu sem vontade de encerrar. Depois de 20 min de conversa informal, a pesquisadora se despediu em função de outro compromisso.

- x -

Em resumo, as falas dos profissionais descrevem uma instituição focada na vulnerabilidade, ou seja, a vaga existe mediante pontuação de pobreza e o foco é socioeducativo. O trabalho com as famílias também é temático, ou seja, socioeducativo. Dessa forma, os profissionais não se referem a trabalhos reflexivos ou de fortalecimento comunitário, conforme preconiza a missão institucional.

3.1.2 - A Girassol

A instituição Girassol foi registrada como *“uma Organização de Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos, fundada em setembro de 1998, com patrimônio e personalidade jurídica próprios, nos termos da lei nº 10.406/2002”*. (Estatuto da Instituição, 2011)

De acordo com Szazi (2006), a possibilidade de registro de empresas como “Sociedade Civil” existe desde o Código Civil de 1916, e designava a pessoa jurídica criada pela união de pessoas. Porém, via de regra, com finalidade de lucro. O autor salienta que nesta legislação não havia distinção entre sociedade e associação e que as sociedades civis foram extintas no Código Civil de 2002. Sendo assim, o Estatuto da instituição está embasado em uma legislação obsoleta.

Em função de se nomear Organização de Sociedade Civil, a instituição é composta por três categorias de associados: (1) Associados Fundadores - pessoas que fundaram a instituição; (2) Associados Beneméritos - pessoas que são deliberadas para esse título; (3) Associados Contribuintes - aqueles que contribuem com a instituição. A instituição também

contempla uma diretoria responsável por administrar e dirigir a instituição por um mandato de dois anos.

A instituição foi fundada por uma família em função de presenciarem a falta de ação pública no município de Santa Rita do Sapucaí, numa comunidade que vivia em condições de saneamento básico e saúde precária, levando de forma recorrente os moradores a parasitoses e infecções. O trabalho ocorreu durante seis anos neste município e, posteriormente, as ações foram voltadas para São José dos Campos.

Sua missão é *“atender de forma gratuita, principalmente através do trabalho voluntariado, à população em situação de vulnerabilidade social, na área de prevenção e educação para saúde, de forma eficaz, contribuindo para promoção da qualidade de vida da comunidade e um mundo mais solidário”*. E sua visão é *“ser referência nacional em atendimento em saúde, na área preventiva, de forma itinerante, através do atendimento do ser humano em sua totalidade.”* (site da instituição, 2011)

A Girassol foi criada visando suprir as necessidades básicas de saúde da população que residem em regiões periféricas do município. Os atendimentos são feitos num ônibus adaptado para clínica médica, odontológica e exames laboratoriais.

Por meio de parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), identifica-se as regiões periféricas do município e o ônibus vai até a região e permanece pelo tempo necessário para atender a demanda local. A instituição possui parceria com a Secretaria de Saúde Municipal (SSM) no que se refere à doação de materiais, empresas e associações dentárias e laboratoriais.

Até a redação deste capítulo, o ônibus estava localizado no bairro Ribeirinho, com 133 habitantes, numa região às margens do rio Paraíba. Conta com o trabalho voluntário de três dentistas, dois médicos e uma psicóloga, que atendem no local do ônibus e especialistas (pediatra, psiquiatra, oncologia) que atendem gratuitamente em seus consultórios particulares.

A assistente social, única profissional remunerada, organiza todo o trabalho e faz o intercâmbio entre os profissionais. No período em que realizamos a pesquisa, Duda/A.Social, estava cumprindo aviso prévio devido a outra oportunidade de trabalho.

Heitor/Dir. acredita ter um problema por residir em São José dos Campos, pois não consegue remunerar a assistente social com o mesmo salário da prefeitura e instituições parceiras da Prefeitura que oferecem, na visão do diretor, boa remuneração aos profissionais. Sendo assim, as profissionais da Girassol não permanecem na instituição por longo período.

Sobre a missão, nota-se que reproduz o discurso homogeneizador da responsabilidade social e foca na saúde e prevenção, não se orientando pela criação de espaços de fortalecimento comunitário.

a) Heitor: o diretor

Heitor foi um dos fundadores da instituição e está como presidente há três anos: *“isso aí a gente fica até a morte, tem eleição, mas é aquele negócio o trabalho voluntário não tem muito candidato, né”*.

É argentino, formado em bioquímica, possui pós-graduação e mestrado e é presidente de um grande laboratório no município. Desde garoto, apresentava preocupação com as questões sociais, que o acompanha até os dias de hoje.

Contexto afetivo da entrevista:

No decorrer da entrevista, o diálogo ocorreu de forma muito fluida. Havia som ambiente com música clássica. Houve momentos de tensão, principalmente quando falávamos sobre coisas que desagradavam o diretor, como os limites do trabalho da instituição em função do voluntariado e disponibilidade de recursos. Também ocorreu uma tentativa de me agregar como colaboradora da instituição. Durante a nossa conversa ele estava bastante disponível. Inclusive dispensou o chamado da filha para continuar a entrevista. É importante informar que ao sair do laboratório, localizado em uma área nobre da cidade, fiquei sabendo que o diretor da Girassol é o dono do laboratório, na porta da sua sala estava escrito presidência. O encontro foi muito prazeroso e produtivo.

b) Duda: a assistente social

Duda se formou em Serviço Social em 2008 e, nos anos de faculdade, estagiou na área da assistência social. Seu primeiro emprego como profissional foi na Girassol. Trabalha na instituição há nove meses, mas solicitou o desligamento em função de melhores oportunidades de trabalho.

Suas atribuições se referem a tudo que diz respeito à organização institucional, desde a parte burocrática e administrativa até a prática. Duda é responsável pela elaboração de projetos, captação de recursos, atualizações dos títulos e certificações, acompanhamento dos

profissionais a comunidade, auxílio ao trabalho odontológico, divulgação das consultas, controle dos atendimentos e visita as famílias. Recortes da fala:

[...] porque eu auxilio a dentista na quinta, então ela vai atendendo eu já vou lavando os instrumentais, então eu procuro trazer pronto pra deixar aqui no laboratório e ficar pronto pra sexta-feira. (Duda/A.Social)

Ai tem projeto pra ser elaborado, documentação, que tem o tempo inteiro que ser atualizada nesses órgãos, tudo eu faço, ai tem a marcação dos pacientes, eu preciso verificar qual que teve alta qual que não teve, qual o retorno da próxima consulta. (Duda/A.Social)

Quando perguntamos sobre como é ser Assistente Social nessa instituição a resposta traz nas entrelinhas uma provável insatisfação de não conseguir desenvolver a assistência social na prática, destaca:

Acho que o maior desafio é aqui no escritório, a parte administrativa. Eu gosto, gosto muito dessa parte de estar lá com eles, eu gosto mais de estar lá do que estar aqui, isso não tem nem comparação, eu acho que o contato direto com eles, a gente ta convivendo com eles, é uma troca [...].

Contexto afetivo da entrevista:

O diálogo na entrevista foi acolhedor. A assistente social é muito calma e disponível, se prontificou do início ao fim da entrevista a me atender em todas as necessidades, inclusive se responsabilizando em organizar meu encontro com a psicóloga. O encontro foi muito tranquilo, despertando afetos de compreensão pela profissional.

c) Rosa: a psicóloga

Rosa graduou-se em psicologia em 1986 e especializou-se em psicossomática, “então tenho um entendimento, o corpo fala”. Sempre desenvolveu trabalho voluntário, mesmo antes da sua formação: *“o trabalho voluntário tem uma coisa assim, a gente recebe muito na vida, tem que saber dar e a contribuição profissional... eu adoro o que eu faço!”*.

Como o diretor, mantém o discurso do compromisso social e do “faça a sua parte”.

Chegou até a instituição através de uma amiga em comum com a vice-presidente da Girassol. Atualmente pretende ir até a instituição uma vez por mês e já realizou dois

encontros com a comunidade. O primeiro foi um trabalho em grupo e o segundo foi para realizar atendimentos individuais com o objetivo de triar pessoas para participarem do grupo.

O trabalho está se estruturando embasado em um projeto que a psicóloga já desenvolve em outros espaços, o Projeto Amar.

Eu tenho um projeto que chama Projeto Amar, que é um trabalho que eu venho desenvolvendo em empresas, escolas, diversas instituições e a Vice-Presidente viu esse projeto Amar e quis que eu implantasse dentro da Girassol, mas na verdade assim, ele está acontecendo de forma muito espontânea. Como essa comunidade agora, ribeirinha, a primeira vez eu fui, o primeiro encontro, nós formamos um grupo, nesse segundo momento tinha algumas pessoas querendo o atendimento individual, então não ta tendo uma....
(Rosa/Psi)

O projeto amar é assim, é um trabalho que eu acabei montando ao longo de anos de experiência de ver o quanto as pessoas não lidam com o seu ser amoroso. O quanto você faz? para pra sentir o seu ser amoroso? É uma pergunta?

Contexto afetivo da entrevista:

Fui entrevistá-la no consultório, em um intervalo de tempo entre um atendimento e outro. A entrevista atrasou em função do atendimento, e quando entrei na sala já fui avisada sobre o curto período de tempo. Na sala havia música ambiente e a profissional falava baixo e vagarosamente. O diálogo não foi fluido - pelo contrário. Foi permeado por pontos de tensão, que marcavam pausas no diálogo, respostas curtas ou inversão de papéis (colocava questões para pesquisadora refletir e responder). No fim da conversa, a profissional não desenvolveu suas respostas e encerrou a entrevista. O encontro foi tenso, despertando afetos de preocupação e ansiedade, principalmente, em relação ao não-cumprimento do roteiro e da falta de fluência no diálogo.

3.2 – Os eixos de análise e os núcleos

3.2.1 - O campo político administrativo do terceiro setor

Ao analisar o sentido elaborado pelos diretores, assistentes sociais e psicólogos acerca do campo de atuação nas políticas de assistência social, emergiu um núcleo de significação: o vínculo com o poder público que se desdobra em “Filho de Peixe, Peixinho é!” no contexto da Cefel. E “Quero ser filho de peixe também...”, no contexto da Girassol.

a) Filho de peixe, peixinho é!

A presença da pesquisadora na instituição causou discussão na equipe escolhida para participar da pesquisa e, inclusive, uma reunião da psicóloga com o diretor, que já havia autorizado a pesquisa. A dúvida era: somos pública ou privada? Somos terceiro setor ou somos prefeitura?

Mari relata que posterior à saída da pesquisadora da instituição, no dia em que foi esclarecido os objetivos da pesquisa e solicitada a autorização, se reuniu com o Diretor a fim de verificar a pertinência da pesquisa. Na ocasião, o diretor esclareceu que a instituição, apesar de ser mantida pela prefeitura, era caracterizada como terceiro setor.

O estudo nos mostra que o significado de terceiro setor que permeia a instituição caracteriza o setor pela ausência de parceria com o Estado. Dessa forma, como a Cefel é mantida pela prefeitura, “prefeitura é!” Isso significa o não enquadramento como terceiro setor, de acordo com as falas dos entrevistados.

Acerca disso, as falas de Dalva e Jane indicam que o terceiro setor está mais ligado ao setor empresarial do que ao setor público.

É uma fundação [com veemência], a Cefel é uma fundação [com mais veemência], rs. [...] É! [risos]. O terceiro setor eu acredito que é mais voltado pra organizações (pausa). Mas ela é ligada a prefeitura [...] é a mantenedora. (Jane/A.Social)

Olha eu não vejo exatamente a Cefel, a atuação da Cefel no terceiro setor, o terceiro eu consigo, eu posso até estar enganada, mas eu vejo mais pelas questões das empresas mesmo e não de organizações como a nossa. A Cefel, ela foi criada, o foco dela é o atendimento social, né. (Dalva/Dir.)

Mari, que questionou o diretor sobre a identidade da instituição, fala que ela é terceiro setor, provavelmente resultado da conversa com o mesmo, mas parece insatisfeita com esse significado e configuração.

Eu tenho uma visão meio controversa ... Entendo que a Cefel é uma organização do terceiro setor, ela é uma Fundação, o próprio nome diz, só que uma Fundação que acabou por se especializar no setor público praticamente, então ela acabou trazendo pra si algumas coisas do setor público, tipo, concurso, gatilho, a política salarial, modelos muito parecidos [...] então é terceiro setor? É, mas com muita cara de setor público também (Mari/Psi).

No Brasil, de acordo com a legislação vigente, o terceiro setor é formado por Associações e Fundações. Esta pode ser criada pelo Estado assumindo a natureza de pessoa jurídica pública ou por indivíduos e empresas quando são de direito privado. A Cefel, apesar de ser criada e mantida pela prefeitura, se declara de direito privado. Conforme Capítulo I, atualmente, tramita no senado a atualização da legislação federal para as Fundações Públicas, mas ainda sem aprovação.

Com a falta de organização nas formas e modelos institucionais pertencentes ao terceiro setor se generaliza o caos, apesar das instituições apresentarem diferenças jurídicas representativas e diferentes finalidades institucionais, tudo faz parte do mesmo “pacote”: o terceiro setor.

A Cefel oferece outra roupagem para a execução da política pública por meio do terceiro setor, mas apesar da roupa nova perante a esfera jurídica, trabalhadores e usuários da pesquisa percebem a instituição como da prefeitura.

Se juridicamente a instituição se apresenta de direito privado, no cotidiano o inverso acontece, repetindo o funcionamento do poder público pautado no: jogo de interesse político partidário, burocracias e engessamentos.

[...] é óbvio que por Estado estar proporcionando isso tem alguns interesses que eles também vão cobrar da instituição. É meio complicado pra gente tá falando, porque assim, acaba envolvendo questão político partidária, então acho que isso atrapalha um pouco, se fosse só política, mas não, quando envolve político partidário acho que envolve outros interesses. (Jane/A.S.)

Emperra tudo, qualquer tipo de coisa q envolve o poder público é moroso [...]. Para abrir, iniciar o processo licitatório são dois meses, depois mais três meses pra mais não sei o que,

até que você escolhe. A empresa vem pra fornecer o material a gente até esquece que pediu pra comprar alguma coisa, depois de 1 ano, 1 ano e meio que aquilo ta chegando. (Dalva/Dir.)

[...] vou comprar alguma coisa, licitação, esses processos mais público, tudo fica muito complicado, então tem o lado positivo e o negativo, eles interferem. (Mari/Psi)

Em relação à gestão de pessoas, há uma diferença no que diz respeito ao vínculo de trabalho. No espaço público, o funcionário está protegido pela normatização do concurso público adquirindo estabilidade. Na Cefel o regime trabalhista é CLT. No entanto, em função do vínculo com o setor público, seguem diretrizes como: gatilho salarial, estágio probatório, processos administrativos. Dalva destaca que os engessamentos da gestão de pessoas trazem consequências para a qualidade do trabalho e fortalecimento da equipe:

[...] hoje na Cefel, para você advertir um profissional tem que abrir um processo administrativo, como se faz com o funcionário público. [...] o processo demora 3, 4 meses, às vezes não dá em nada, como eu mesmo já passei por isso, uma profissional estava na palestra da capacitação virada de costas pra palestrante, com a cadeira virada conversando com a outra, eu chamei a atenção e isso gerou um processo administrativo, que chama um, chama outro e depois não dá em nada, archive-se. (Dalva/Dir.)

Dificuldades interpessoais, vaidade, não aceita opinião dos outros, pessoa que tudo que se tenta fazer leva pelo lado interpessoal, pessoas com problema de convivência mesmo, que não aceita o outro, que acho que tem problema consigo mesmo, que tem que tentar resolver, mas não tem essa consciência, [...] como se existisse uma barreira, então eu não consigo essa unidade, essa troca, consigo entre algumas pessoas da equipe, na verdade eu estou com dois grupos distintos dentro da mesma equipe, quando tem que se reunir choque, choque, choque o tempo todo. (Dalva/Dir.)

Sobre este aspecto, Santos, L. (2006) nos chama a atenção para pensarmos caminhos que proteja o trabalhador do mau gestor e, concomitantemente, proteja o usuário do mau trabalhador.

Apesar da burocracia do Estado, neste caso, os recursos financeiros são fartos, permitindo uma grande abrangência dos atendimentos, infra-estrutura para o trabalho e equipe

multidisciplinar na atuação. *“Eu diria que a Cefel é uma instituição que vai muito bem financeiramente, muito bem (Dalva/Dir.)”*

b) Quero ser filho de peixe também...

A visão de Heitor/dir. da instituição é idealizada conforme os objetivos do Estatuto. Durante diversos momentos repetiu que o objetivo da proposta era educação e prevenção. Heitor descreve sobre a participação de professores, demonstrando uma falta de contato com a realidade da instituição ou a manifestação de um desejo, pois o trabalho educativo com professores é realizado pela Universidade e não pela Girassol. As parcerias da instituição são todas ligadas a órgãos de saúde médica e odontológica.

O Girassol tem ajudado um pouco assim, a gente pontualmente resolve o problema, a pessoa que ta com dente cariado a gente resolve, a pessoa que ta com pressão alta a gente detecta e medica, a pessoa que ta com diabetes, enfim, damos os elementos educativos necessários para a pessoa se prevenir [...], enfim tudo que a gente pode estar passando educativamente a gente faz, e a gente está agregando valores [...], porque tem alguns voluntários que são professores universitários, professores primários, desculpe, e estes professores se dispõe a dar aula de apoio para as criança, então tem muitas criança que tem dificuldade de aprendizagem pela desnutrição, pela condição que eles vivem. Então um pouco a gente ta levando esse trabalho que inclui a pessoa, tira aquela coisa dela de falar eu não sou ninguém, então ela vê que alguém se preocupa com ela, então ela começa a participar mais, se incluir mais. (Heitor/Dir)

O presidente da Girassol também apresenta em sua fala sentidos de descrença com o poder público, falta de apoio do Estado e descompromisso dos profissionais voluntários. Durante a entrevista, mostrou-se irritado com as questões relacionadas à parceria com poder público e na questão do tempo dispendido para ações na área da assistência.

Então o 3º setor é uma espécie de aglutinante de políticas públicas e privadas para poder plasmar aquilo que o poder público não faz por ineficiência, o poder privado não faz porque não tem tempo de fazer, não interessa também, o terceiro setor aglutina os dois para realizar o que tinha que fazer. (Heitor/Dir.)

Relata irritado sobre a sua tentativa de obter um profissional contratado para o trabalho garantindo maior eficiência das ações.

[...] se eles dessem pra gente um médico e um dentista a gente assumiria toda a zona rural de SJC [...] Desenvolvimento Social mandou falar com saúde, [...] a saúde negou várias vezes, [...] ninguém dá bola, não porque não tem dinheiro e a gente sabe que é mentira e eu falo isso para eles na cara, se quiser anotar nome e sobrenome pode por a gente não tem nada e não tem perigo nenhum, eu defendo minhas idéias. (Heitor/Dir.)

De acordo com a fala de Heitor, o resultante quando o terceiro setor é responsável pela administração da política pública é um “jogo de empurra” entre as secretarias e o usuário recebe um serviço precário oriundos do enfraquecimento político e financeiro das ONGs.

O presidente acredita que o caminho para realização de um trabalho eficaz é a parceria com o público, ou seja, quer ser filho de peixe também. Relata na entrevista a dificuldade de não ter o fixo e revela que a falta de apoio público é por motivos óbvios, seu filho tem um cargo de destaque na prefeitura, para preservar a integridade do mesmo, a prefeitura não financia a instituição do pai.

[...] então a empresa ajuda, sei lá, dá pneu, [...] a outra da passe, de alguma forma eles ajudam e trabalham dessa forma, mas mesmo assim isso aí não é uma coisa fixa, é uma coisa eventual, então se uma empresa me dá 100 passes eu vou começar a distribuir porque o mês que vem eu vou ter mais 100 passes e não tem! Há eu já dei o mês passado vem daqui 3 meses que eu dou de novo, então você não pode muitas vezes organizar o serviço. (Heitor/Dir.)

Outro aspecto observado na pesquisa refere-se à burocratização e ao controle. Em função da instituição não ter recursos financeiros, nem uma parceria com a prefeitura poderia trazer maior autonomia de ação. Uma das promessas com o fortalecimento do setor era garantir mais rapidez nos processos longe das amarras do Estado, mas não foi o que presenciemos em nossa pesquisa. Pelo contrário, uma gama enorme de instrumentos de controle que ocupa grande parte do tempo de trabalho da Assistente Social, conforme mencionamos na apresentação dos profissionais participantes da pesquisa e descrevemos a seguir:

É assim muito diferente, [...] a entidade social de tempos em tempos a gente tem que está renovando documentação, seja no CMAS, no CMDCA, então de tempos em tempos é documentação que eles pedem e todo ano a gente tem que ficar atualizando essa documentação com eles. [...] Daí a gente perde, que nem no CMDCA eles deram um prazo de 1 mês pra gente recolher todo documento, se a gente não entrega, a gente fica 1 ano fora, daí tudo que você precisa do CMDCA, você tá fora aquele ano. (Duda/A.Social)

As amarras e interesse políticos também não ficam fora nesta forma de gestão, destaca Heitor: *“Inclusive estava com um projeto na Cefel para atender crianças, mas por ser ano eleitoral não dá certo tudo gratuito. E a gente nem querendo pagar para trabalhar a gente pode nesse mundo, é complicado.”* E acrescenta: *“na política se a pessoa não tiver benefício ela não abre mão de nada, não tem jeito é assim que funciona.”*

O Estado delega responsabilidade que é de sua competência sem apoio financeiro nenhum, mas cria uma política de controle sobre os processos institucionais, vigiando permanentemente as instituições e ditando suas regras de sobrevivência. Ou seja, a autonomia e eficácia são substituídas por dependência e burocracia. Dessa forma, os espaços que eram para ser de fortalecimento político com a população tornam-se espaços “occos” – uma ramificação da prefeitura, mas sem estrutura nenhuma.

Os dados coletados em relação às instituições mostram duas posturas em relação à manutenção e ao funcionamento da proposta: as que possuem parceria com a prefeitura e as que sonham ter parceria com a prefeitura. No caso desta, que não tem “o fixo”, como diz Heitor, o caminho é trabalhar com poucos recursos e com a política do voluntariado.

Com isso encontramos no site da instituição um ícone dedicado ao tema, no qual a solidariedade através da doação do trabalho profissional é estimulada, descrevendo dez dicas sobre o voluntariado, dentre elas: voluntariado é uma relação humana, rica e solidária e trabalho voluntário é uma via de mão dupla: o voluntário doa e recebe.

Neste momento, presenciamos o discurso, abordado por Souza, R. (2008), do “faça parte”, fundado na prática da cidadania e no sentimento ilusório de pertencimento a uma rede de solidariedade e transformação social. O ponto central deste discurso é a questão do direito previsto na Constituição, que fica aniquilado sob o pensamento: “O pobre é carente e precisamos ajudá-los”. A construção deste sentido nega qualquer reflexão sobre as determinações sociais e uma postura política reivindicatória.

Na prática as ações pautadas pelo trabalho voluntário ocorrem, na maioria das vezes, sem comprometimento e de forma fragmentada. Nos sentidos apresentados por Heitor encontramos as seguintes falas:

Existe uma consciência reprimida nas pessoas que obriga a fazer alguma coisa pela sociedade, mas ao mesmo tempo existe uma questão individual que tira a responsabilidade de fazer, então isso aí é um choque de idéias permanente numa ebulição na alma da pessoa, que ela precisa fazer para estar tranquilo, mas ao mesmo tempo não arruma o tempo necessário para fazer. (Heitor/Dir.)

[...] primeiro o voluntário 'tá cada vez mais escasso, o voluntário ele vai quando ele tem tempo [...]. Se fosse para o filho, irmão, parente, tio, ele faria, mas como é para uma pessoa desconhecida há uma desvinculação do ser humano [...] então quando, por exemplo, ele vai ter que atender um fim de semana, mas um filhinho pediu para levar ele para passear no parque, aí ele vai no parque, ele não vai atender, liga pra gente, a gente tem que desmarcar tudo e começar tudo de novo. (Heitor/Dir.)

Heitor e Rosa entendem que as pessoas têm obrigação em se comprometer com as questões sociais. Para Heitor, a solução seria mais tempo para investir em lazer e no social:

Porque 'tá tudo errado, o sistema tá errado, se o médico ganhasse ao invés de 30 reais, que o convênio paga na consulta, ele ganhasse 150, o justo, o razoável. No lugar de atender 60 pessoas ele atenderia 20 e teria tempo para assistência social, teria tempo pra ler, estudar, dedicar pra família, ele não tem. (Heitor/Dir)

[...] acho que nesse trabalho voluntário existe, às vezes, muitas vaidades e você vê o ego mascarado de muitas formas, literalmente falando, no sentido que, muitas as vezes a pessoa, fazer o bem, ela se acha o bom samaritano e fazer o bem é o nosso dever, é o nosso compromisso, é a nossa ética. (Rosa/Psi)

A respeito do que esta unidade nos mostra, Montañó (2002) reflete o contexto apresentado como estratégia político-ideológica do Estado para esvaziar a dimensão do direito universal através da cultura de auto-culpa pelas mazelas sociais, a fim de alcançar o movimento de ajuda mútua para seu enfrentamento. Com isso, os cidadãos se tornam responsáveis pelas ações sociais e a população usuária do serviço fica refém da disponibilidade destes profissionais, ferindo a qualidade e o direito ao serviço. Quando a

pesquisadora pergunta a psicóloga sobre sua carga horária de trabalho, ela responde “*minha disponibilidade*”.

Além disso, o trabalho fica fragmentado, pois o profissional se dispõe a ações sociais desde que não comprometa seus interesses pessoais e profissionais, a duração do trabalho está a serviço desses interesses. No relato da Assistente Social sobre o trabalho de uma psicóloga, “[...] *ela foi uma vez, reuniu as crianças e depois foi dizer que não podia mais porque ela tinha arrumado um emprego e ia trabalhar durante a semana. Então na outra semana, as crianças já foram lá na expectativa de encontrar com ela, e ela já não estava mais [...].*”

A população sente esta fragmentação e a situação gera uma descrença em tudo que chega até eles, descreve Assistente Social, “*uma delas eu falei pra ela: você sumiu, você não veio mais aqui pro ônibus? Ela: eu não, eu não gosto de me apegar a vocês. Ai eu falei: mas como assim, porque não? Ela: vocês vem conquistam a gente e vão embora, esquece da gente aqui (...).*”

Outro resultado do voluntariado e dos recursos escassos é a qualidade do trabalho, afinal as ações acontecem com quem se disponibiliza e, talvez, este profissional não tenha a capacitação necessária para desenvolver aquele trabalho específico. Os dados verificados neste estudo mostram o trabalho sem continuidade, em função dos interesses pessoais e embasados em conceitos de solidariedade.

-x-

Em síntese, o campo do terceiro setor, como foi discutido no capítulo um, é embasado em contradições jurídicas e político-administrativas gerando confusão de significados para os trabalhadores do setor e para população usuária do serviço. Acerca disso, o setor é povoado de nuances ocasionando um conflito de identidade dentro e fora do setor. Concordamos com Calegare (2009) que seria compromisso do setor o fortalecimento político para a luta contra as injustiças sociais, mas o que assistimos no âmbito desta pesquisa, é o esvaziamento do espaço político e o controle burocrático do Estado, quer nas organizações parceiras, quer nas não parceiras.

O discurso dos profissionais de ambas as instituições convergem para o que vários estudos críticos apontam a precarização do trabalho social em dois focos: o profissional que atua no setor e a população que é atendida por ele.

Os profissionais que atuam no setor trabalham, na grande maioria das vezes, sem estrutura física adequada, com baixos salários, sem qualquer investimento no potencial do

trabalhador (cursos, discussões em equipe, capacitações), as instituições trabalham com o número limite de funcionários, que desempenham várias funções, com isso, não sobra tempo para trocas, quanto menos para reflexão dos processos.

Tais fatos limitam as ações e qualidade e gera insatisfação generalizada e, na primeira oportunidade, o funcionário solicita o desligamento do cargo. Entendem sua atuação na organização como transitória ou primeira experiência de trabalho, como no caso da Assistente Social Duda (Girassol).

Quanto aos profissionais, no caso da instituição financiada pela prefeitura, são qualificados, apesar de limitados pela política institucional. No caso do trabalho voluntário, o serviço oferecido à população fica extremamente comprometido em relação a tempo, qualidade e comprometimento. A proposta de cunho voluntário fica fragmentada, e a população com uma descrença em todo serviço que chega até eles. Serviço este que deveria ser entendido como direito e elaborado com responsabilidade e profissionalismo.

Outro aspecto, percebido neste estudo, reflete o jogo de interesses das organizações, tanto as ligadas à prefeitura, como as independentes. Na primeira, as ações ocorrem atendendo os interesses políticos atuais. E nas independentes servem aos interesses dos gestores da instituição: *“você ter um banco sem gerente, não é banco, e uma entidade sem direção não é entidade, então o que importa é a direção, o que a direção pensa, a direção determina um trabalho social educativo para comunidades carentes [...] (Heitor/Dir.)”*.

Dessa perspectiva, como ficam os interesses da população atendida? Quais desses setores se responsabilizam em detectar as necessidades da população e promovê-las? Por enquanto, os núcleos de significação demonstram que as necessidades da população e a potência da ação participativa não são o foco primeiro das organizações. Enquanto política, pode-se dizer que a Cefel atua na Assistência Social de forma padronizada orientada pelos interesses da Prefeitura de “cuidar do social”. A Girassol “faz a sua parte” orientada pelo interesse do presidente de “fazer algo pelo social”.

3.2.2 - Potência ou padecimento?

Analisamos a seguir os sentidos e práticas singulares do psicólogo no terceiro setor e a forma como são afetados no trabalho. Para tanto, trouxemos em paralelo os sentidos de outros profissionais, o diretor como representante da instituição e o assistente social como profissional da equipe.

Conforme discutimos na introdução deste trabalho, o campo de atuação do psicólogo no enfrentamento das desigualdades sociais está em processo de construção. Em teoria, já existem materiais que descrevem sobre a função do psicólogo nestes contextos. De acordo com as Referências Técnicas para Atuação dos Psicólogos no CRAS e SUAS (2007, p. 23), as atividades dos profissionais devem estar voltadas *“para a atenção e prevenção a situação de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas”*.

Os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na PNAS (2007, p.32) resumidamente, dispõe que *“entende-se que atuação do psicólogo no SUAS deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social.”*

Sobre o assunto, Yamamoto (2000, p. 230) acrescenta que a psicologia precisa ampliar suas bases técnicas para oferecer suporte para esta nova modalidade de ação, considera *“é necessário transpor os limites da ação profissional e da ética do indivíduo para a ação política e coletiva, na direção apontada pelas entidades representativas da categoria, no combate à ideologia e à agenda neoliberais”*.

O NEXIN considera campo de atuação do psicólogo, nos contextos de pobreza e desigualdade social, a subjetividade e afetividade. Entende que o psicólogo tem uma contribuição específica a dar à leitura crítica da realidade e a prática potencializadora por meio da análise e intervenção na afetividade, o que significa superar a dicotomia entre subjetividade e objetividade, mente e corpo, razão e emoção.

A partir destas considerações, pretende-se refletir sobre o campo real de atuação dos nossos sujeitos de pesquisa, entendendo como *locus* de ação do psicólogo: a dialética singular-coletivo, afetividade-pensamento-atividade, visando à criação de espaço de ação política permanente. Assim, a análise dos sentidos singulares partiu de uma pergunta: os contextos de trabalho permitem ações potencializadoras que levam a transformações ou “fazer” reprodutivos que oferecem o continuísmo travestido de que algo está sendo feito.

Ao abordarmos este foco da análise, encontramos sete núcleos de sentidos, os quatro primeiros (a, b, c, d) estão relacionados a Cefel e os dois últimos (e, f) a Girassol.

a) A psicóloga “bombeiro” e/ou “bengala”

A Cefel, por se tratar de uma instituição na área da assistência social, revela um lugar de destaque para as profissionais assistentes sociais que, inclusive, mantém certo domínio e controle sobre informações institucionais, conforme descreve Dalva e Mari:

[...] os casos de afastamento que eu te falei, casos de crianças que estavam afastadas há dois anos sem ação praticamente nenhuma, se tiver alguma ação está guardada na evolução do serviço social que a gente não tem acesso. (Dalva / Dir.)

[...] porque querendo ou não, a relação com o serviço social é boa, a Jane superparceirona, a gente divide muito tal, mas numa instituição social como essa a tendência é ser corporativista, então eles tem um sistema paralelo de informação que agente não tem acesso. (Mari/Psi)

Apesar dos parâmetros de atuação profissional focarem ações interdisciplinares, nas falas das profissionais se observou o contrário: a falta de interlocução entre as áreas. O serviço social aparece como principal responsável pelas ações sociais e as outras especialidades como suporte para estas ações.

Dessa forma, à psicologia cabe a função de apoiar as ações do serviço social, nas palavras de (Jane/ A.Social), *“às vezes tem situação de crianças que a gente já fez algumas intervenções, a gente não teve retorno, a gente não teve sucesso, a gente aciona o plantão da equipe multi que tem a psicóloga”*. Ou seja, o serviço social busca estratégias e quando não consegue êxito, aciona a psicologia para “apagar o incêndio”, recorre à área para buscar apoio e solucionar problemas ainda não equacionados.

Nas próprias abordagens, vamos supor de sexualidade, a gente não tinha nem material pra estar recorrendo às atividades, daí a gente recorre à psicologia, a psicologia deu esse apoio pra gente, essas orientações de como trabalhar, porque a gente não sabe como abordar o assunto com as crianças, daí que entra a psicologia que dá uma orientação pra gente e dá uma clareada aí. (Jane/A.Social)

Jane percebe a psicologia como bombeiro, isto é, que ela chama quando precisa, quando não consegue apagar o incêndio. Além disso, percebe-se em sua fala uma dificuldade em explicar o trabalho do psicólogo, segue suas palavras:

Contribuição da psicologia (silêncio). A psicologia tem um olhar, formação da psicóloga, acho que tem um olhar mais diferenciado que acaba contribuindo para o

desenvolvimento da criança e do adolescente (pausa). É um olhar mais amplo, mais específico? Acho que é mais direcionado pra determinado assunto, não sei exemplificar, acho que eu sei, mas não sei a palavra exata. Eu acho que a Mari vai poder te ajudar mais nesse assunto, rs. (Jane/A.Social)

Mari, a psicóloga também percebe sua função bombeiro/bengala:

[...]quando eles não conseguem caminhar ou o caminho não está tão exitoso, eles convidam a gente pra estar discutindo juntos e ai a gente vai pra dar esse outro olhar, o olhar da criança, da proteção [...] porque as vezes os profissionais, com a demanda toda ali batendo na porta, na rotina, eles não conseguem mais olhar com o olhar do cuidado, então a gente precisa intervir e lembrar qual é o lugar do profissional [...]. (Mari/Psi)

No entanto, a percepção da psicóloga sobre o seu papel na instituição vai além da apresentada pela Assistente Social, alcança uma leitura critica do significado institucional: *“uma instituição que se formou em cima da vulnerabilidade, existe uma dificuldade muito grande ainda de você ver o que se tem de positivo, e o que se tem de material humano pra trabalhar, porque, muitas vezes as pessoas fazem um reducionismo mesmo.”*

Descreve seu trabalho não só como apoio, mas no campo da psicologia institucional, através da estruturação e otimização dos processos institucionais e no campo da prevenção, desenvolvendo capacitação e refletindo as atribuições do profissional.

[...] funciona muito mais o papel como um psicólogo institucional, poderíamos assim colocar, quando a gente vê que denota um atendimento mais demorado, um atendimento clinico, a gente invariavelmente encaminha. (Mari/Psi)

Nós temos atribuições com as crianças, com os profissionais, mas talvez o mais grosso seja junto a administração da instituição, então todas ações, atividades que são propostas para o nosso público-alvo ela passa pelo crivo, pela anuência da psicologia, então, por exemplo, vai ser instalado a questão se tem ou não tem tarefa, se a gente vai absorver essa demanda da escola, daí é chamado a dar um parecer se isso é benéfico, qual é a melhor forma de colocar, quem deve acompanhar, como fica a questão das responsabilização da família. (Mari/Psi)

[...] e foi aí que eu comecei a me meter “olha então vamos fazer algumas oficinas” eu chamo de oficinas temáticas, [...] que são temas de cunho geral: adolescente,

bullying, limite, tudo que são problemas que a gente pode capacitar, eu chamei pra área de psicologia pra todos, intervenções educativas, o que fazer, convidar colegas para vir palestrar em temas que não são próprio da psicologia, mas criar esse espaço de capacitação. É [com veemência], porque tem uma hora que a gente não pode ficar ali na área de atendimento eu preciso criar uma área de prevenção. (Mari/Psi)

Dalva/Dir. discorre sobre as ações de Mari/Psi, também identificando ações que vão além do apoio ao serviço social. Considera importante a atuação junto à equipe e tem na psicóloga uma aliada para ajudá-la nos desafios:

[...] ela tem um facilitador que cutuca as feridinhas, sabe aquela coisa que ninguém lembrou, passou despercebido, o serviço social não viu, o serviço pedagógico não viu, aí vem a psicóloga e levanta uma lebre, ai fica todo mundo com a orelha assim [...]. (Dalva/Dir.)

[...] porque todo mundo fica falando ao mesmo tempo, é o discurso dele, [...] então a psicologia ela tem batido muito nisso, que a gente tem que aprender a ouvir, mas ouvir significa assimilar aquilo que você ouviu e refletir sobre aquilo, então ‘tá sendo muito legal. [...] A psicologia precisa me ajudar hoje, ajudar o programa a resgatar a questão de confiança, confiança entre os profissionais. (Dalva/Dir.)

Perante a fala da diretora, nota-se que diz “a psicologia”, se referindo à profissional psicóloga que está em contato. Dalva, em sua fala, demonstra admiração pela psicóloga:

Hoje a psicóloga do programa é uma pessoa extremamente técnica, extremamente experiente, extremamente preparada, tem uma bagagem profissional muito extensa, foi uma das pessoas que implantou o programa de violência doméstica no município, então ela veio com uma bagagem que acrescentou de mais, então toda essa experiência dela ela passa pra todos. (Dalva/Dir.)

Mari/Psi traz em seu pensamento preocupações com aspectos subjetivos e com o potencial humano, nos chama a atenção para o fato de não encaixar todos os usuários do serviço em um pacote pronto oferecido pela instituição, relata:

A gente tem um modelo que abranja 80%, 90% das crianças, que elas se encaixam dentro de um padrão de atendimento, mas têm aqueles 10, 15, 20 % que você precisa fazer um projeto extremamente individualizado, a mãe não dá conta de trazer todo dia, de levar pra todos os lugares, e você tem que parar com essa pessoa, ouvi-la,

entendê-la, sabe assim, dar uma escuta de qualidade, dar um acolhimento, inclusive, eu até chamo de humildade, se perguntar se você estivesse naquele lugar você daria conta? Porque a gente imprime as famílias, principalmente, porque elas vêm de uma história de não conseguir. (Mari/Psi)

[...] por que muitas vezes as pessoas fazem um reducionismo mesmo “ah aquela criança é isso, aconteceu aquilo, aquilo outro, oooo...” E assim fazer essa pergunta, mas o que ela tem de bom? O que você observou? Que terreno tem ali pra você plantar alguma coisa, pra você construir junto, então esse olhar um pouco mais em cima do que elas têm de resiliência, de alegria, de sonhos, que fiz o pessoal pensar, eu acho assim, que isso é uma coisa que eu venho batalhando muito. (Mari/Psi)

De acordo com Nery (2009), as ações no âmbito da assistência social foram construídas historicamente de forma conservadora e assistencialista, como verificamos nas falas acima focadas nas vulnerabilidades. A autora nos chama atenção para o fato do trabalhador da área da Assistência Social ser matéria-prima para consolidação de políticas públicas qualificadas e, portanto, considera necessário que estes profissionais busquem novos embasamentos teóricos- metodológicos que abarquem melhor a realidade.

Dessa perspectiva, presenciamos Mari/Psi permear novos campos de atuação, como a prevenção e formação profissional. No entanto, não presenciamos ações que visem ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários conforme preconiza a Referências Técnicas de Atuação do Psicólogo.

Percebemos por meio das falas a contribuição da ação do psicólogo para o trabalho em equipe, de acordo com Porto (2010, p.10) o profissional de psicologia no campo da assistência *“pode contribuir enormemente com o desenvolvimento da própria equipe, bem como incrementar a atuação dos demais profissionais, ou mesmo para ampliar a compreensão dos fenômenos sociopolíticos implicados na promoção da proteção social.”*

b) É meu, é seu, é nosso: o jogo de poder

As falas das profissionais da Cefel revelam o jogo de poder que, na maioria das vezes, é focado com o serviço social, mas que se encontra também em outras áreas. Tal fato impede a interdisciplinaridade, pois os setores estão monopolizados: a assistência é do assistente social e a educação dos pedagogos.

[...] a instituição ganhou um novo leque que são os educadores sociais, porque antes a gente trabalhava só com professores, então o setor tanto social quanto educacional são setores fortes, fortalecidos, então supervisão: “como você pode orientar meu professor, a orientação do meu professor é minha!”. E agora entrou os educadores sociais que não é mais do professor, mas também não é do serviço social e é de todo mundo. (Mari/Psi)

No começo eu tive um pouco de restrição da área social, eles achavam que a visita domiciliar era uma coisa deles, vamos junto então! Então eu não vou tão sozinha você vai comigo, eu não vou com ela, ela vai comigo, e assim recebi dos colegas “nossa nunca tinha visto, um psicólogo fazendo visitas”, “nossa eu também não sabia que era só de vocês”, porque não é, eu tenho certeza disso. (Mari/Psi)

E eu tenho dificuldade com alguns gestores nesse aspecto porque eles se reúnem com a equipe da unidade que é formada por assistente social, gestor, os professores e educadores, e lá eles decidem algumas coisas das crianças e afastaram, daí chega o papel aqui pra mim, afastou porque acharam que era melhor solução, não chamaram o plantão multi. (Dalva/Dir.)

[...] Assistente Social quer segurar em baixo da asa como se fosse uma galinha, ela quer proteger igual uma mãe super protetora, que não quer deixar o filho ir para o mundo [...] a psicologia diverge do serviço social e que eu acho que não deveria. A psicologia é totalmente o oposto, ela procura dar o suporte, dar o alicerce e ir abrindo a trilha para essa criança ir caminhando. (Dalva/Dir)

[...] elas fazem o multi-família e a gente trabalha junto nessa parte, capacitação da família, dos pais, mas eu acho que é a psicologia que traz esse olhar da criança, pela primazia da criança, pela primazia da pessoa, porque fica mais um pouco assim, no estilo da instituição, elas ficam mais numa parte mais burocrática, administrativa dentro das unidades [...]. (Mari/Psi)

A relação da psicóloga com a assistente social, apesar de as duas terem mencionado ser boa, demonstra divergências na forma de pensar e agir de cada profissional. A psicóloga e diretora destacam o serviço social como assistencialista e detentor das diretrizes institucionais. Ambas relatam pensamento críticos em relação a este aspecto e buscam fortalecer ações que ultrapassem estas formas de pensar e agir.

c) “Vai pro psicólogo...”: a clínica como estratégia de intervenção

Identificamos neste estudo o enfoque no atendimento clínico como ação do psicólogo. Mari se posiciona em relação ao atendimento clínico da seguinte forma:

[...] quando a gente vê que denota um atendimento mais demorado, um atendimento clínico, focado, a gente invariavelmente encaminha. (Mari/Psi)

[...] mas com certeza eu acho que deveria ter um setor mais estruturado dentro da instituição pra fazer o atendimento clínico dessas crianças que já não estão inseridas, vamos falar, por exemplo, hoje você tem uma criança com a questão de obesidade, então a gente consegue pensar na parte da dieta, mandar as refeições toda bonitinha, dos cuidados, tal, porém o que a gente faz, faz a parceria com a rede para que ela receba o atendimento psicológico de um programa específico. (Mari/Psi)

[...] ai que fica aquela reticência minha se realmente deveria ter um psicólogo em cada unidade, eu acho que a instituição deveria ter mais profissionais psicólogos, mas eu não sei se são nas unidades, se as crianças devem sair, deixar de frequentar aquela atividade, vai pro psicólogo. (Mari/Psi)

Em suas falas, Mari ressalta a importância da clínica na atuação do psicólogo. Refere-se a esta modalidade de atuação em vários eixos da entrevista. Segundo Yamamoto (2000), o psicólogo está abrindo novos espaços de atuação, contudo, prevalecem as atividades tradicionais em relação à emergência de novas práticas. Nesse sentido, Mari se refere ao psicólogo nas unidades atuando na área clínica, não menciona outras possibilidades de atuação, como o fortalecimento comunitário, já que as unidades são regionalizadas.

d) Das potências e impotências do profissional

Dalva relata que o grande sentimento de padecimento que persegue suas ações diz respeito ao trabalho em equipe. Não consegue integrar os profissionais e percebe o trabalho fragmentado e limitado em função disto. Um dos fatores que Dalva pontua foi citado no núcleo [a] “Filho de peixe, peixinho é”, refere-se à falta de autonomia para estruturar a equipe e avaliar o desempenho do funcionário. Tem em Mari/Psi uma aliada para potencializar ações e superar estas dificuldades, segue os trechos:

Sinceramente um desânimo muito grande, uma vontade de desistir porque a chefia sem a equipe multidisciplinar não consegue fazer nada, eu sozinha não consigo, eles são o meu elo de ligação com os profissionais das unidades, com os projetos que estão sendo desenvolvidos, eu sozinha não consigo fazer nada. (Dalva/Dir.)

[...] que nem hoje, por exemplo, eu tô injuriada com certas coisas, mas por trás das piores coisas que acontecem sempre tem o lado positivo, [...] e a psicologia tem facilidade em enxergar isso, ela fala assim pra gente “crescer dói” essa é a fala dela, eu até brinquei com ela “mas ta doendo muito”, eu não quero crescer mais, chega de crescer! Mas eu acho que o desafio [...] é de realmente trabalhar em equipe, coisa que a gente não está conseguindo, eu tenho fragmentos da equipe e posso contar com algumas pessoas com outras não, é claro, que o resultado disso quando vem pra mim, ele não vem completo está sempre faltando alguma coisa. (Dalva/Dir.)

Então a psicologia veio junto comigo, que não sou psicóloga, e veio pra pegar uma pá e começar revirar, revirar, revirar... então a psicologia tem feito esse papel junto comigo de questionar. Tem gente que acha um horror né, que quer me ver morta. (Dalva/ Dir.)

Mari/Psi relata que seu maior sofrimento resultou das mudanças impositivas institucionais. Ressalta ser movida por grandes desafios e demonstra envolvimento afetivo com o trabalho, quando a Cefel a troca de função sente-se frustrada, mas depois elabora a situação.

[...] daí eu fui transferida pra equipe multidisciplinar e o acolhimento foi muito bem sem grandes problemas, acho que o maior sofrimento foi meu porque eu tinha muito carinho pelo trabalho que eu desenvolvia, algumas transferências nos pegam assim, muitos projetos, então não estava no meu horizonte a mudança. (Mari/Psi)

O trabalho aqui parecia não ter muitas coisas pra fazer sabe, parecia não ter muitos desafios, [...] mas interferir nas políticas públicas é um desafio e tanto, e a hora que eu olhei eu falei haaaa, parecia que a coisa não era tão grande assim, “nossa eu posso fazer um monte de coisa” eu sou a parte técnica que vai orientar o caminho dessa instituição, é assim que eu vejo. (Mari/Psi).

Mari e Dalva descrevem seus sofrimentos relacionados a dificuldades na relação com a instituição e descrevem que se sentem fortalecidas no encontro entre profissionais. Já

Jane/A. Social, destaca o sofrimento relacionado diretamente a sua atuação profissional, em relação a garantir os direitos da criança e se potencializa no contato com as mesmas, segue sua fala:

Olha aqui em São José acho que funciona, mas é demorado e tem hora que você desanima, mas acho que a gente não pode desanimar, porque se a gente desanimar o que será do futuro das crianças. (Jane/A.Social)

Então eu é o que eu já falei, as vezes da vontade de desistir, aí eu acho que eu não vou conseguir, acho que são sentimentos de impotência diante de alguma situação, mas a gente tem que voltar e falar não. (Jane/A.Social)

[...] e em cada unidade que você vai, vê o olhar da criança, o rostinho, daí você fala “vale a pena tem que continuar” é isso. (Jane/A.Social)

Em resumo, podemos sugerir, através dos dados coletados na Cefel, que existe um jogo de poder dentro da instituição, as assistentes sociais são corporativistas e armazenam informações entre elas, recorrem a outras áreas de conhecimento em momentos de dificuldade e não como método de trabalho. A diretora e psicóloga revelam consciência deste jogo e buscam fortalecer ações para superar estes modos de atuação.

Nas falas da psicóloga, e diretora identifica-se um desejo de mudança, reconhecem os obstáculos da política institucional e pretendem ir além das vulnerabilidades. Apesar disso, não mencionam práticas inovadoras de fortalecimento político e comunitário como campo de atuação na área da assistência social.

Os sofrimentos vivenciados pela diretora e psicóloga discorrem sobre os obstáculos institucionais, como a política administrativa (gestão de pessoas), que determina cargo e função dos funcionários sem a possibilidade de considerar seus interesses e sem a flexibilidade para o diretor formar a equipe. Estes aspectos apontam para os engessamentos que culminam em vivências impotentes e conservadoras, para superar isto, os profissionais buscam se fortalecer cotidianamente.

e) A Psicóloga que dissemina o amor e levanta autoestima

Diferentemente da Cefel, que possui um trabalho estruturado e permanente, na Girassol o trabalho é fragmentado e flutuante. Existe um histórico na instituição de psicólogos

que iniciaram trabalhos com diferentes formatações e, logo em seguida, abandonaram (trecho mencionado no item [b] desta análise ao descrever aspectos sobre o voluntariado).

Porque a princípio eram duas psicólogas, a Rose e a Silvia, como a comunidade é muito pequena, e até pra fazer o atendimento individual ia ficar difícil, porque não tem estrutura ali, daí ia ter que usar a casa de alguém e as casas são numerosas, algumas com cinco, outras com doze pessoas, resolveram fazer o grupo, a Rose ficaria com as crianças e a Silvia com as mães, mas aí a Silvia só tinha a quinta pra fazer o atendimento, a clínica dela começou a aparecer mais paciente, foi quando ela parou de ir e a Rose arrumou esse emprego, então as duas pararam, a Silvia não chegou a ir nem uma vez e a Rose chegou a ir em um atendimento. (Duda / A.Social)

Rosa, a atual psicóloga, descreve sobre o seu trabalho voluntário como “dever de casa”: *“fazer o bem é nosso dever, é nosso compromisso, é a nossa ética”*. No entanto, este dever só acontece nas horas vagas, sem dias e horários pré-estabelecidos, sem organização prévia nenhuma. Quando perguntamos sobre a carga horária e dias que desenvolve o trabalho, a profissional responde que depende da *“minha disponibilidade”*. Tal fato nos mostra uma atuação descomprometida, sem fortalecimento de vínculo e sem continuidade, o que desperta sentimentos de expectativas e frustração na comunidade.

Atualmente, Rosa desenvolve um trabalho que se chama “Projeto Amar”, mas os posicionamentos sobre o desenvolvimento desta proposta são divergentes. Duda/A.Social descreve o trabalho cujo objetivo é atuar com mulheres, Heitor/Dir. desconhece se o trabalho existe ou já se encerrou e Rosa/Psi relata que ele está acontecendo de forma espontânea, houve um encontro grupal e o segundo encontro de atendimentos individuais. Diante disso, percebemos a desconexão das ações e falta de intercâmbio entre o profissionais que ocorre na Girassol.

A entrevista com a psicóloga, como mencionamos na apresentação dos sujeitos, foi tensa, com análises soltas e desconectadas sobre a ação do psicólogo; não apresenta referências teóricas. Tais fatos foram confirmados ao analisar a entrevista. Explica o trabalho dizendo:

O projeto amar é assim, é um trabalho que eu acabei montando ao longo de anos de experiência de ver o quanto as pessoas não lidam com o seu ser amoroso [...]. Esse encontro, voltar pra casa, é como se você fosse sintonizar uma música, é você

sintonizar o seu ser amoroso, não é falar de amor, mas é viver o amor, porque o amor é uma ação e o projeto se chama projeto amar por causa disso. (Rosa/Psi)

Quando buscamos compreender como se estrutura o projeto para o público-alvo, ela discorre:

[...] “vamos lá”, é possível levar desta forma? Não. Então como o projeto amar acaba acontecendo, antes de mais nada, amor é ação, você só pode falar aquilo que você vive, então se você tá comprometido em viver o amor com você, onde você estiver vai expandir esse trabalho. [...] eu acho que antes de priorizar esse formato que você me pergunta Camila, acho que tem uma coisa assim, toda semente que você planta, ela brota, não tem como plantar aqui e colher abacate, então tudo aquilo que for jogado, jogado no sentido de, né, jogado não é simplesmente jogado, não, é semeado, isso vai florescer, agora da forma que puder ir acontecendo. (Rosa/Psi)

No momento em que perguntamos sobre os autores que embasam seu trabalho, ela diz vários, mas não cita nenhum e, logo em seguida, indaga a pesquisadora sobre a leitura do livro: *O Poder do Agora*³⁶ de Eckhart Tolle, resenha: “*É bárbaro, ele fala, o milagre acontece nesse momento presente [...]*”

A proposta da psicóloga é embasada em teorias de autoajuda, conforme o autor citado acima. Repete diversas vezes durante a entrevista a importância de experienciar pessoalmente, para depois transmitir. Todo o seu projeto teórico-prático gira em torno do amor.

Na visão de Heitor/Dir. sobre a atuação do psicólogo, aparece uma preocupação com a realidade das ações flutuantes e destaca desconhecer o trabalho da psicologia em contextos sociais, segue os trechos:

O psicólogo igual ao médico, ao dentista, flutuante, ele vai três meses depois não vai mais. [...] o psicólogo contribui, primeiro quando ele não abandona o posto, ele tem o planejamento e tem que mandar o recado, se ele tiver o plano perfeito, o pouco que nós tivemos, mesmo com falhas, ajudou bastante a incluir as pessoas, por exemplo, o psicólogo ensina a amar a pessoa não sabe amar. (Heitor/Dir.)

³⁶ Livro classificado como de autoajuda (Saraiva e Cultura). O autor elaborou um manual prático que nos ensina a tomar consciência dos pensamentos e emoções que nos impede de vivenciar a alegria e a paz que estão dentro de nós. (sinopse do site da Saraiva).

[...] eu não conheço, digamos, ação psicológica no social, eu sei que tem nas entidades, a própria prefeitura tem psicólogo. (Heitor/Dir.)

De acordo com os dados apresentados, a psicóloga Rosa entende que a função do psicólogo é despertar o amor através da sua capacidade vivencial de experimentar o sentimento. Duda e Heitor demonstram desconhecimento da atuação do psicólogo no campo da assistência, até mesmo em função de não presenciarem ações com começo, meio e fim.

Apesar de mencionarem desconhecer a função do psicólogo, Heitor e Duda descrevem como acreditam que a psicologia pode contribuir nestes contextos:

[...] a incluir as pessoas, por exemplo, o psicólogo ensina a amar, a pessoa não sabe amar. Se perguntar para uma pessoa “o que é o amor pra você?” Ele confunde com sexo, outro confunde com amor de filho, outro confunde com amor a Deus, você não tem muito claro o conceito, quando o psicólogo começa a passar noções disso, começa a passar conhecimento, a pessoa começa a enxergar melhor, começa a se situar melhor em uma sociedade. Então o psicólogo como que levanta a auto-estima “nossa como você tá legal” e normalmente a pessoa que tá do lado, como é um lixo também, não diz nada, então a pessoa se sente mais lixo ainda. (Heitor/Dir)

Quando você chega com argumentos psicológicos para vc tirar essa pessoa desse desmerecimento pessoal, ela começa a sentir que “poxa” tem alguma coisa a mais que eu não conheço, que eu não vi, ela começa a se preocupar, ela começa a sair. (Heitor/Dir.)

[...] mas falta aquela coisa de auto-estima mesmo sabe, de me cuidar, andam de pijama o tempo todo, tem umas duas lá que se elas chegarem para atendimento 14h da tarde, elas tão de pijama, eu não sei o que eles pensam, se estão todos aqui, tá todo mundo acostumado. Eu acho que precisa muito, primeiro, dessa coisa de se cuidarem, de estar bem com elas e essa carência, essa falta de afetividade entre eles. (Duda/A.Social)

Eu acho que ali com eles, não sei de que forma, mas pra eles se soltarem, pra eles conversarem, porque você percebe que é uma coisa muito fechada, eles não põe pra fora, eles não conversam, eles não falam, por mais que você tente, acho que conseguir tirar isso deles, de estar facilitando “coloca pra fora, fala o que está sentindo que a gente te ajuda”, mas eles tem uma dificuldade muito grande. (Duda/A.Social)

Segundo relato de ambos, a psicologia contribui para a disseminação do amor e da autoestima. Dessa forma, destacam a afetividade e a subjetividade como alvo de ação, no entanto embasado em concepções do senso comum e sem tecer idéias de como isso seria na prática.

f) Os afetos e desafetos que acompanham estes profissionais

Na Girassol, percebe-se em Duda/A.Social o sentimento de solidão, provavelmente oriundo da falta de trabalho em equipe e interlocuções entre os profissionais. Destaca também, impotência para desenvolver ações em campo, em função do excesso de serviços administrativo. Segue suas falas:

[...] então eu to sozinha aqui no escritório. Ai tem projeto pra ser elaborado, documentação, que tem o tempo inteiro que ser atualizada nesses órgãos, tudo eu faço, ai tem a marcação dos pacientes, eu preciso verificar qual que teve alta qual que não teve, qual o retorno da próxima consulta. (Duda/A.social)

Eu gosto, gosto muito dessa parte de estar lá com eles, eu gosto mais de estar lá do que estar aqui, isso não tem nem comparação, eu acho que o contato direto com eles, a gente ta convivendo com eles, é uma troca, agente vê muita coisa e com eles a gente vai aprendendo. (Duda/A. Social)

Já Heitor/Dir. relata não ter sentimento, assume uma postura racionalista , fatalística, de que está fazendo sua obrigação.

[...] a gente começa analisar que é uma coisa só, então não tem sentimento, cada um faz a sua parte, tem muita gente que fala assim “nossa é uma satisfação”, não tem sentimento de satisfação, porque eu to fazendo o meu papel, to fazendo o dever de casa, lógico você tirou um dez na escola “nossa legal tal”, mas não é uma coisa que muda sua vida, sua concepção, se continua fazendo porque tem que fazer aquilo, acabou, tal, então é isso que eu penso. (Heitor/Dir.)

Eu sou muito espiritualista, eu trabalho com a matéria porque a gente tem que trabalhar com a matéria, mas trabalho muito com espírito, com a alma, mas o espírito não tem sentimento, claro que você está num corpo, num ambiente tal, mas o espírito não tem sentimento. (Heitor/Dir.)

Tinha uma vez um monge zen que estava cruzando o deserto com os discípulos, ele chega em um oásis de água no meio do deserto e tinha um escorpião, aí o escorpião fala: “mestre me leva para o outro lado?” O mestre diz: “pois não”. Os discípulos falam: “mestre não leva o escorpião vai te morder!” Pegou o escorpião atravessou o oásis e mordeu. Continuaram a andar com os discípulos, aí depois voltaram e o escorpião falou: “eu preciso passar para o outro lado”, “mas já te mordeu, imagina não faz isso”, aí o mestre fala: **“aqui cada um tá fazendo a sua função, a minha função é ajudar e a dele é morder.”** (Heitor/Dir.)

Contudo, nos momentos da entrevista em que falava sobre o descompromisso do trabalho voluntário e da falta de recursos e parcerias, conforme mencionamos no item “Quero ser filho de peixe também”, ficava completamente irritado, mudando até o tom de voz. Com isso, acreditamos que a irritabilidade em função das dificuldades que a Girassol encontra para sobreviver faz parte do seu cotidiano.

Há!! Essa é uma pergunta boa. Ele não sobrevive, ele sobrevive por doações próprias, 90% nosso, a gente que sustenta. Nosso laboratório que praticamente sustenta, algum amigo que dá uma colaboração, **alguma mente meio atormentada dá R\$ 50 reais**, pra não dizer que não falei das flores como diz o ditado. (Heitor/Dir.)

Com a psicóloga não foi possível captar sentimentos de sua atuação na área da assistência por prováveis motivos: pouco contato com a instituição e demanda, falta de disponibilidade para entrevista que abordaremos ao falar sobre a demanda.

- x -

Em síntese, de acordo com a análise realizada neste estudo, no campo da assistência social existe uma valorização do profissional assistente social em detrimento as outras áreas, resultando em atuações fragmentadas sem intervenções multidisciplinares. Segundo as Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo no CRAS e SUAS (2007) o conhecimento compartilhado constrói práticas interdisciplinares culminando em ação política e atuação adequada a partir da troca de saberes e considerando a realidade do território.

Entretanto, presenciamos o jogo de poder institucional na Cefel, que gera tensões e sentimentos de padecimento, que precisam ser superados cotidianamente, visando ultrapassar da prática conservadora e individualista para a coletiva e transformadora.

É importante ressaltar a contribuição de Yamamoto (2006), que discute existir limites na atuação dos psicólogos que trabalham com políticas públicas, em função da mesma ser estruturada de forma fragmentada e parcializada e atendendo os interesses da agenda neoliberal, conforme discutimos no Capítulo I.

As ações inovadoras e transformadoras são mínimas e exigem grande esforço dos profissionais em ir contra a estrutura político-institucional, como a Psicóloga e Diretora da Cefel: *“então a psicologia veio junto comigo, que não sou psicóloga, e veio pra pegar uma pá e começar revirar, revirar, revirar... então a psicologia tem feito esse papel junto comigo de questionar, tem gente que acha um horror né.”* (Dalva/Dir.)

Outro aspecto amplamente abordado nas pesquisas sobre a profissão é a atuação com o foco clínico. Segundo Yamamoto (2000), os psicólogos estão abrindo novos espaços de atuação até em função do competitivo e restrito mercado de trabalho. Entretanto, prevalece a reiteração de atividades tradicionais em relação à emergência de novas práticas. A presente pesquisa reafirma tal conclusão como, por exemplo, no momento em que Mari/Psi da Cefel relaciona a presença do psicólogo nas unidades a clínica.

Na Girassol, a prática no campo da psicologia é estruturadas de forma fragmentada, as ações não são problematizadas e discutidas coletivamente. Nessa instituição identificamos o “fazer voluntário” embasado no discurso de cidadania e contribuição com o social, contudo um fazer “amador”, que não abarca nem as problemáticas mais visíveis da população, nem uma leitura social do contexto.

Heitor/Dir e Duda/A.Social fazem uma leitura subjetiva da população, no entanto, na visão deles a psicologia é vista como a ciência mágica que levanta a auto-estima e leva amor a população, referindo-se a ações de ajuda e de adaptação.

Retomando a pergunta geradora deste núcleo, se a atuação do psicólogo no enfrentamento da desigualdade social é potencializadora ou adaptadora, os sentidos verbalizados são que na solidão há padecimento e que o caminho é se potencializar constantemente através do encontro com outros profissionais, com a realidade e com novas formas de conhecer. Os afetos aparecem nas ações de autoajuda, um “fazer” automático sem entendimento do contexto e reflexão crítica.

3.2.3 - Você tem fome de quê? O encontro com a necessidade da população.

Partindo do pressuposto inspirado em Espinosa de que o ser humano tem necessidade de ser livre, tanto quanto de se alimentar, este eixo da pesquisa busca investigar qual o lugar da demanda dentro do campo de ação da psicologia.

Na concepção Espinosana, o homem tende a encontros de expansão que visem aumentar a potência de perseverar na existência. A felicidade é o sentimento que se tem quando ela ocorre. Dessa forma, segundo Sawaia (2009a) para atuação profissional transformadora devemos romper a idéia que defende que na pobreza a emancipação humana fica de pano de fundo em prol das necessidades fisiológicas.

Outro ponto destacado neste estudo se refere à compreensão da demanda. Que são cidadãos de direito já sabemos, mas como compreender esta população e propor intervenções transformadoras? No caso desta pesquisa, a análise focou a relação com a população da Cefel, crianças e famílias em situação de risco social, e da Girassol, comunidade ribeirinha à margem do município.

Partilhamos da idéia de que para trilhar estes objetivos o profissional psicólogo deve considerar as determinações sociais, conscientes do limite no campo de atuação, e buscar compreender a dialética social/subjetividade. Ou seja, entender a construção da inter-subjetividade da população.

Neste foco de análise trabalharemos com quatro núcleos de sentido, os dois primeiros (a e b) relacionados à Cefel e os outros dois (c e d) relacionados a Girassol.

a) “São muitas vulnerabilidades”

Jane/A.Social considera a demanda com muitas vulnerabilidade. Destaca a questão habitacional e a violência como os principais fatores de sofrimento humano. Destaca: “[...] *é bem trabalhoso, são muitas dificuldades, porque assim, as demandas são muitas vulnerabilidades apresentadas pelas crianças, pelas famílias, questão de violência.*”

Dalva/Dir percebe aspectos ligados à socialização e à higiene. Em suas palavras “[...] *nós temos crianças aqui que chegam e não sabe pegar um talher, porque ela não come de talher, ela cata lixo, ela come com a mão, ela não sabe usar um banheiro porque ela não tem chuveiro na casa dela, ela não sabe o mínimo do mínimo.*”

Mari/Psi quando questionada sobre a demanda, descreve as necessidade específicas de cada região do município.

Na região sul nós temos um problema seriíssimo, que é muito superior, a questão de drogas, as crianças fazem parte muitas vezes como condutores, além de ser usuário, os pais são as pessoas que vendem, a venda da droga, o alto índice de pais presos pelo mesmo motivo. Na região norte a gente tem uma questão muito mais agravada pelo distanciamento, é um bairro diferente aqui no município, a questão da violência ela é mais escondida, os muros não são tão próximos, a família tem um outro estilo de vida, elas são mais retraídas, tem uma característica mais rural. A região leste são crianças muito tranquilas, são tranquilas mesmo, a brincadeira é assim “eu não sei o que tem na água deles”, é um bairro menos populoso, com menos questões sociais, quando eu falo leste, é esquerda Dutra, porque direita Dutra você vai vir com toda a problemática, talvez do mesmo tamanho, porque hoje no município está sendo concentrado lá toda essa população que está sendo retirada da região central. (Mari/Psi)

b) Uma visão crítica que não transforma em ação

Mari, no entanto, pontua na entrevista fatores que vão além das vulnerabilidades. Destaca aspectos subjetivos e demonstra um posicionamento crítico em relação à postura da organização. O relato abaixo conta sobre uma experiência de desapropriação de moradias no qual a instituição fez parte.

Então primeiro faz uma reunião eles gritam, eles berram, falam que não vão sair, eles construíram, tão com suas rotinas definidas, por mais que aquele lugar possa ser insalubre eles não conseguem ver isso e, principalmente, o que é oferecido não é aquele melhor que a gente vai colocar num lugar totalmente central, num lugar totalmente urbanizado ou com tudo, normalmente eles são deslocados para local que vai se constituir, então não vai ter todos os recursos instalados. [...] a gente não pode perguntar pra eles para onde eles querem ir? [...] mas é mais fácil quando você leva em bloco e foi muito interessante, pra nossa surpresa todas as mães tinham matriculado ou estavam esperando que a matrícula se finalizasse numa escola que a gente nem tinha cogitado, mas pera aí, vamos ver qual é a lógica deles, e assim, lindos e aí você vê como você emancipou a comunidade. Estávamos oferecendo muito mais pra eles, mas eles não precisam desse mais que a gente estava dando. (Mari/Psi)

Apesar de Mari/Psi demonstrar uma preocupação com as necessidades da população e evitar a imposição de necessidades definidas por outros, não menciona o dimensão sócio

histórica da necessidade e do sofrimento. Sua visão crítica não motiva ações e planejamentos baseados na população e que desviem das planejadas pela instituição.

c) Nada que te chame atenção!

Rosa, psicóloga da Girassol, entende que o grande desafio da psicologia é amar, na sua fala: *“falar de amor qualquer um fala é muito fácil, mas viver o amor é um grande exercício, mas é você aprender a amar nas mais diversas relações, independentes da cor, da classe social, da situação, mas você se envolver, isso é um aprendizado infinito”*.

Ela demonstra uma preocupação com afetividade e com o “eu”, no entanto, pautada no senso comum, nos livros de autoajuda, em um fazer “amador”.

Quando questionada sobre a percepção da demanda, demonstra, ao contrário do que teoriza, uma inabilidade afetiva, responde, *“nada que te chame atenção, por exemplo.”* Para Sawaia (2009a) a afetividade nega a neutralidade permitindo que nos indignemos com situação de pobreza e alienação.

Sobre a não-participação da população, apresenta uma postura conformista, individualista e voluntarista sem tecer críticas em relação aos fenômenos de alienação e descrença na proposta fragmentada que sempre é oferecida a eles, por exemplo.

[...] quando eu falei de vaidades, no sentido de que eu já fiz muitos trabalhos, então eu acho que o ego está disfarçado com roupagens mais diversas, então levar o trabalho e oferecer o trabalho pra quem quer de fato fazer, não adianta você levar um trabalho pra quem não está pré-disposto, então eu acho assim, não importa a quantidade de pessoas, se vai ter 2, 3, 10, 20 50, mas que essas pessoas estejam disposta a receber, então eu não vejo a quantidade. (Rosa/Psi)

Divergindo da psicóloga, a assistente social (Duda) se preocupa com a baixa frequência ou a não-participação no trabalho terapêutico, procurando explicá-lo pelos aspectos históricos e culturais da comunidade, que serão abordados no próximo núcleo de análise.

Acho que a maior dificuldade deles, do grupo, é misturar as duas famílias do primeiro e do segundo casamento, eu acho que você colocar os seus problemas em um grupo onde ninguém te conhece e raramente você vai ver aquelas pessoas é uma

coisa, e abri o problema para todos eles que estão ali todos os dias, eu senti dificuldade aí. (Duda/A.Social)

d) “Peixe fora da água”: exclusão e carência

Diferente da psicóloga, a assistente social e o diretor da Girassol fazem uma leitura da demanda incluindo aspectos físicos, materiais mas, principalmente, destacando aspectos afetivos – o sofrimento relacionado ao processo de exclusão social. Nas palavras dos sujeitos:

Primeiro o da exclusão, sabe peixe fora da água, é um sentimento de exclusão muito grande [...]. Ai se você perguntar pra pessoa “e ai vocês tem uma escola aqui”? “iii não tem não”. “Tem postinho de saúde?” “iii não tem não.” E como vocês fazem? Se der a gente manda o menino para escola lá no bairro, e se não der ele fica por aqui mesmo, a gente já vive assim mesmo, eles vão ficar assim mesmo, tocar a vida da gente, ter uma casinha. Sabe aquele continuísmo de uma vida pacata, miserável, isso é exclusão. (Heitor/Dir.)

O sofrimento moral, esse excluídos em tudo, a pessoa se sente um lixo, esse é o principal sofrimento que eu vejo, que a pessoa não se valoriza, não valoriza as pessoas que estão em volta e ela se sente mal mesmo, ela se auto exclui inclusive porque acha que não vale nada. [...] aquele continuísmo de uma vida pacata, miserável, isso é exclusão! (Heitor/Dir)

Ali você vê logo de cara, uma carência muito grande afetiva. Tem muitas mulheres mais velhas 35, 40, 50 anos que moram com rapazes de 23, 25, então isso foi logo de cara, logo que eu fiz o mapeamento, a gente tem isso. [...] questão afetiva, porque muitos meninos não têm condições, nem o marido nem a esposa, condições financeiras que você fale “ah vou casar, vou ficar com ele porque ele me mantém”, não tem isso. (Duda/A.Social)

As crianças, principalmente, são muito fechadas, quando você vem eles chegam, a princípio conversam, e se afastam, acho que pra te conhecer, para saber quem é e o que está fazendo ali. Nos primeiros dias que a gente esteve lá as crianças estavam sempre junto brincando, agora sumiram. (Duda/A.Social)

Duda relata sofrimentos gerados por carências materiais, mas acrescenta que a comunidade vive do plantio e da pesca, portanto tem alimentação, não sendo a fome que traz sofrimento. Pontua as dificuldades de subsistências em função do difícil acesso ao centro

urbano, nem todos possuem condição de fazer o percurso. Estes têm que adquirir mantimentos na própria comunidade a preços altos.

Salta aos nossos olhos uma queixa gritante que, nenhum dos profissionais relataram como campo de intervenção. Existe uma fragmentação na população da Girassol e uma linha imaginária que separa as pessoas. A divisão faz parte da história da população, onde o fundador casou-se de novo e as esposas e filhos não se misturam. As crianças já crescem sabendo o território que podem circular.

[...] ele chegou, casou e teve sete filhos, ai a esposa dele faleceu, ele casou de novo e teve mais treze filhos, os filhos do primeiro casamento não se dão com os filhos do segundo, tem uma tenda no meio da comunidade, coincidiu de ta no meio da comunidade, e aquela tenda é meio que uma linha imaginária, eles não se misturam, o lado direito e o lado esquerdo, o lado direito é o primeiro casamento. (Duda/A.Social)

[...] o ônibus ta do lado esquerdo da tenda, que é do segundo casamento, que são a maior quantidade de filho, então o pessoal do lado direito até para vir para atendimento, eles não gostam de se misturar. Porque a gente marca assim, 8:30 atendimento com a pediatra, então 8:30 da manhã é pra chegar todas as criança, e vai atendendo por ordem de chegada, daí o pessoal do lado direito da tenda chega mais no final, quando a maioria já foi atendido e já saíram dali, ai quando tem 2 ou 3 crianças aguardando, daí eles vem.

Tal fato interfere cotidianamente nas ações da Girassol, pois o ônibus fica do lado mais populoso da comunidade. Acreditamos que a psicologia teria importante contribuição a dar neste contexto, entretanto, nas entrevistas esta forma de intervenção não é mencionada.

- x -

Em síntese, a pesquisa nos mostra modos de perceber a demanda que considera apenas aspectos físicos como sofrimento e modos que considera a afetividade como sofrimento, no caso, a exclusão e a carência. O estudo também apresenta profissionais que não se afetam com a demanda. Acreditamos que o conhecimento da demanda é primordial para êxito do trabalho. E este contato com o outro deve considerar contexto, história, cultura, principais sofrimentos e potências. A invisibilidade é um fenômeno que não pode fazer parte da atuação em contexto de enfrentamento da desigualdade social.

Capítulo IV

Considerações Finais

Este estudo visa contribuir para a compreensão e aperfeiçoamento da ação “psi” nesse “novo” contexto de atuação do psicólogo, o das políticas públicas na área da assistência social no campo do terceiro setor. Desde que foi preconizado a presença do psicólogo na área da assistência, através do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), os Conselhos tem se ocupado em configurar diretrizes para uma práxis comprometida.

Existem duas publicações para refletir a atuação dos profissionais na área da assistência. Uma intitulada, Referência Técnica para Atuação do/a Psicólogo/a no SUAS, que foi publicada pelo CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas) em 2007. De acordo com o documento, os princípios que devem orientar o compromisso dos profissionais no enfrentamento à desigualdade social são: atuar de modo interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social; atuar, de forma integrada, com o contexto social; atuar para favorecer os processos de participação social e organização comunitária; entre outros.

O outro documento foi organizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2007, com o título: Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política da Assistência Social. Neste material se reforça a importância do trabalho interdisciplinar e acrescenta que *“a atuação dos psicólogos no SUAS deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. (p.32)”*

Ambos os documentos abordam reflexões e orientações técnicas para psicólogos e assistentes sociais que atuam no CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Essas unidades, em sua maioria, são implantadas e administradas pelo poder público. No entanto, encontramos grande parte dos serviços na área da assistência social administrado por instituições do terceiro setor em parceria ou não com o poder público.

Diante deste cenário, os psicólogos estão migrando para este campo de atuação, a assistência social no campo do terceiro setor. Esta mudança ocorre em função da nova política administrativa do Estado, da demanda nestes contextos e da nova configuração do mercado de

trabalho que não abarca o número de trabalhadores psicólogos no exercício da profissão no formato tradicional (clínica e funcionalismo público).

O terceiro setor emergiu nos anos 90 com a promessa de equacionar os hiatos da efetivação das políticas públicas, mas 20 anos depois de seu fortalecimento no Brasil podemos afirmar, sem generalizar, pois existem experiências exitosas no setor, que a maioria das ações caminha na contra mão da política de direito. O serviço ocorre voltado para a parcela mais “pobre” da população e sem garantia de continuidade e qualidade.

Desse ponto de vista, Raichelis (2006) pontua que o modelo de proteção social para pobres cria mecanismos cada vez mais sofisticados de identificação socioeconômica e que a situação de pobreza é condição necessária de acesso ao serviço, enquanto os não pobres, devem resolver suas necessidades diretamente no setor privado.

Ao aprofundar o estudo sobre a política-administrativa do terceiro setor é pertinente destacar duas críticas que o setor vem recebendo: o fomento à configuração do setor como estratégia neoliberal e a falta de identidade. A primeira crítica se refere à emergência do setor a serviço do capitalismo, portanto atuando por meio de políticas compensatórias e com foco no interesse do Estado, quando deveria estruturar políticas para alcançar a base do problema. A segunda, relacionada à falta de identidade, destaca como ponto comum das organizações preconização do interesse público, mas identifica diferenças significativas relacionadas aos objetivos e finalidades que escamoteiam interesses políticos e particulares.

Notamos uma confusão sobre o fenômeno do terceiro setor quanto aos aspectos que o definem e o caracterizam. Este conflito faz com que o referido setor seja ocupado de diferentes formas: a) como estratégia para driblar a Lei da Responsabilidade Fiscal e viabilizar a efetivação do serviço sem exceder os orçamentos previstos por lei; b) como estratégia de Responsabilidade Social Empresarial, firmando o compromisso social e melhorando a imagem da empresa; c) como estratégia para amenizar os altos impostos e obter incentivos fiscais; d) como estratégia de fortalecimento político e social; e) como estratégia humanitária e de solidariedade.

A falta de legislação adequada para o setor resulta em um aglomerado de instituições, que confundem a sociedade civil como um todo como, por exemplo, acreditar ser uma caridade da instituição distribuir benefício, bolsas de estudo (no caso de universidades), quando na verdade, é sua obrigação juridicamente determinada.

Faz-se necessária, com certa urgência, uma revisão jurídica e institucional do terceiro setor a fim de atribuir-lhe identidade e profissionalizar o setor com ética e compromisso.

Neste percurso, tais fatores contribuem para a estruturação de um campo de trabalho comprometido e limitado, tanto da atuação dos trabalhadores como dos usuários que recebem o serviço.

Diante desta perspectiva, como pensar a política do terceiro setor como local de pensamento e ação críticos e sem esvaziamento político? E mais, como pensar a atuação do psicólogo imerso nesta configuração, a luz dos preceitos orientadores do CFP, com os quais a presente pesquisa concorda?

Este estudo buscou contribuir com esta reflexão, a partir da realização de uma pesquisa com duas instituições e três profissionais representantes de cada uma delas, totalizando seis participantes. Não pretendemos tecer concepções generalistas a respeito do assunto, mas contribuir para uma reflexão crítica neste campo de atuação, por meio dos sentidos apresentados por estes profissionais.

O que presenciamos no âmbito desta pesquisa foi a falta de clareza e conhecimento dos profissionais sobre o setor, apesar do estudo não envolver o usuário, suspeitamos que a confusão gerada para o trabalhador é estendida ao usuário do serviço.

Partilhamos da concepção, de acordo com o referencial teórico do trabalho, que o conhecimento sobre o setor e suas determinações seria um passo fundamental para compreender os limites da atuação e engajar práticas transformadoras.

Identificamos também, um distanciamento entre o que está previsto no Estatuto e o que é visto na prática. As organizações idealizam e desejam executar ações, mas no campo real não conseguem efetivá-las, principalmente no caso daquelas que possuem menos estrutura.

A política de controle gerida pelo Estado para fiscalizar estas instituições, além de não garantir a avaliação da qualidade do serviço, interfere negativamente no mesmo, pois burocratiza os processos. O setor vem com a proposta de maior agilidade e criatividade no campo de atuação, mas os dados, aqui apresentados, mostram engessamentos que emperram ações, tanto na instituição parceira, como na não parceira.

Com isso, presenciamos *in loco*, o discurso de que as políticas públicas no âmbito social estão sendo cuidadas e efetivadas, mas sem garantia de direito ou qualidade, havendo uma desresponsabilização do Estado neste sentido.

Outro aspecto, que presenciamos no setor é o jogo de interesses e o esvaziamento político em detrimento de intervenções que visem o fortalecimento político e social. Exemplo disso, identificado em nossa análise, é o interesse político partidário na Cefel e o interesse

particular na Girassol. Em ambas as instituições faltam ações com a população que preconizem fortalecer espaços comunitários.

Pelo contrário, a maioria das propostas vem pronta, mastigada e, no caso, da não participação ou não aceitação da proposta, corre-se o risco da população ser interpretada como “mal agradecida” ou “alienada”. Esse distanciamento da população afasta, cada vez mais, as ações dos objetivos estabelecidos nas diretrizes para atuação em contextos de desigualdade social.

E a partir da predominância dos interesses pessoais, governamentais e de mercado vai havendo uma descrença da população e um distanciamento de qualquer tipo de movimento participativo e coletivo. *“As pessoas não acreditam que sua participação, individual ou coletiva, na política surta algum efeito para operar algum nível de transformação na sociedade. Uma palavra que pode bem definir este estado do indivíduo contemporâneo é impotência.”* (Souza, 2008, p. 11)

A participação, conforme os dados apresentados, ocorre com descrença, como “pedido de ajuda” ou de forma clientelista, anulando a consciência política e a participação reivindicativa.

O que presenciamos no estudo é que a instituição com mais estrutura e recursos consegue estabelecer a organização do trabalho e a composição de uma equipe com profissionais capacitados. No entanto, a instituição é enrijecida e permeada por jogo de poder, não oferecendo campo sólido e fértil para o fortalecimento e a pró-ação entre os profissionais. Na instituição sem estrutura e recursos os “fazeres” ficam mais comprometidos, pois ficam no “amadorismo”, na boa intenção assistencialista, totalmente fragmentado.

Tais fatores incidem diretamente na forma de compreender a demanda e nos modos de estruturar ações no campo da desigualdade social. Três dos profissionais entrevistados relataram o sofrimento da demanda relacionado a necessidades materiais e dois relataram sofrimentos relacionados à exclusão e autoestima. Na Girassol o afeto é abordado, mas da perspectiva da solidariedade e da adaptação. Na Cefel se menciona aspectos subjetivos, como o respeito aos interesses e funcionamento da população.

Apesar de presenciarmos categorias de sentidos que vão além do sofrimento de ordem material, não identificamos a atuação por meio da compreensão social-subjetivo. A afetividade aparece na forma de conhecimento de autoajuda, que se propõe a oferecer algo que a pessoa não tem e que a redime de todos os males, e mantém a harmonia social.

Em meio a esta configuração, existem trabalhos e profissionais comprometidos. Encontramos com essas pessoas neste estudo, mas diante destas determinações, a práxis

potencializadora, que desvia do padrão institucional e visa participação e transformação, se transforma em um exercício de persistência.

As entrevistas convergiram em relação ao que causa sofrimento aos profissionais, estando à maioria ligada a relação com a política-administrativa institucional e política social, sendo estes os responsáveis pelo sentimento de desânimo, que causa padecimento das ações e, conseqüentemente, reprodução de “fazer”, isto é, de práticas isoladas e distantes da crítica.

O jogo de poder entre os profissionais também está presente como sofrimento, pois impede a prática interdisciplinar, conceito fortemente destacado no início deste capítulo como estratégia de ação no campo da assistência social.

A propósito desta questão, o referencial teórico espinosano deste trabalho, postula que, por meio da afetividade, o encontro pode ser potencializador ou de padecimento. Ressalta que buscar encontros potencializadores nos levam a ação e a felicidade.

“Há, efetivamente, em Espinosa, uma filosofia da “vida”, ela consiste precisamente em denunciar tudo o que nos separa da vida, todos esses valores transcendentais que se orientam contra a vida, vinculados às condições e às ilusões de nossa consciência (Deleuze, 2002, p.32).”

A partir dessas análises, reafirmamos a nossa crença na possibilidade de práticas ético-transformadoras por parte do psicólogo que atua na assistência social e consideramos que a presente pesquisa indica algumas diretrizes que podem favorecer essas práticas, como:

- a) compreender o contexto não só histórico-social, mas a história do terceiro setor, emergência, interesses e determinações;
- b) dar voz a população, escutar o não dito encoberto pela ideologia, ouvir as motivações e a afetividade, ir além das necessidades físicas e considerar aspectos subjetivos como liberdade e felicidades. Pois como diz Espinosa, o homem tem que se reproduzir como homem e não como animal com necessidades biológicas;
- c) identificar os limites sócio-históricos da profissão como forma de reflexão e possível superação;
- d) romper a fronteira entre o serviço social e a psicologia, o que significa romper a dicotomia entre o psicológico e o social, o singular e o coletivo;
- e) mobilizar os colegas para enfrentar coletivamente os obstáculos comuns impostos pelas instituições e legislação.

f) com relação às políticas sociais, rever a legislação e as políticas de controle e acompanhamento para evitar a burocracia sufocante e cerceadora que não garantem eficiência;

g) quanto ao desenvolvimento acadêmico, fomentar concepções teóricas que considerem o sofrimento e o afeto como categoria analítica e de intervenção.

Nesta direção, o desafio posto a categoria é *ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional*, tanto pelo alinhamento com os setores progressistas da sociedade civil, fundamental na correlação de forças da qual resultam eventuais avanços no campo das políticas sociais, quanto pelo desenvolvimento, no campo acadêmico, de outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em outras vertentes teórico-metodológicas que as hegemônias da Psicologia. (Yamamoto, 2006, p. 36).

No projeto Espinosano, a afetividade e o conhecimento estão postos como forma de ação política, quanto maior a capacidade de afetar e ser afetado, maior a capacidade da mente pensar e do corpo agir. Entretanto, a afetividade vivenciada sem a clareza do conhecimento, coloca o indivíduo na condição de assujeitado, o que pode ocorrer com algumas técnicas psicológicas que instrumentalizam o afeto e o fetichizam, como a do amor, aqui citada.

Com isso postulamos a necessidade de trabalhar no campo da assistência com pensamento crítico-afetivo, tanto para compreender os processos que mantêm o usuário em sua condição de pobreza e sofrimento, como para propor intervenções que objetivem a prática potencializadora da força criativa individual e coletiva. Os próprios profissionais devem buscar encontros que os potencializem à reflexão e à ação coletiva, criando com seus pares uma espécie de multidão, expressão usada por Espinosa para se referir ao movimento necessário para controlar a desmesura do poder e a união dos diversos em torno do comum.

Diante do crescimento do setor e da responsabilidade dos profissionais psicólogos sobre as políticas públicas, precisamos encontrar alternativas para o desenvolvimento do mesmo, no qual, o compromisso seja assumido com profissionalismo, a regulamentação adequada e cujo objetivo principal seja potencializar o humano e encontrar modelos de gestão que viabilizem o criar e o construir coletivamente uma sociedade menos desigual.

Com isso, nos aproximaremos cada vez mais dos conceitos e diretrizes preconizados pelo CFP e NEXIN, que destaca como importância primeira a não fragmentação e o fortalecimento político e social, que se desdobram na interdisciplinaridade, enfoques que considerem a subjetividade, compreensão crítica do contexto, participação social e organização comunitária.

Bibliografia

ARAÚJO, Fabiana. **“Mas a Gente Não Sabe que Roupas Deve Usar”**: Um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social. São Paulo: PUC-SP, 2010.

ASHLEY, Patricia. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BOCK, Ana (org.). **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOTARELLI, Adalberto. **Os Psicólogos nas Políticas de Proteção Social: Uma Análise dos Sentidos e da Práxis**. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BRANDÃO, Israel. **Afetividade e Participação na Metrópole: Uma Reflexão sobre Dirigentes de ONGs da Cidade de Fortaleza**. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BRASIL. **Projeto Fundação Estatal: Principais Aspectos**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, 2007.

BRASIL. **Fundação Estatal: Metas, Gestão Profissional e Direitos Preservados**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei N° 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Dispõe sobre o serviço voluntário**. Lei N° 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

BRASIL. **Dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organizações sociais**. Lei N° 9.637 de 15 de maio de 1998.

BRASIL. **Dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIP, institui e disciplina o termo de parceria**. Lei N° 9.790 de 23 de março de 1999.

BRASIL. Código Civil. Lei N° 10.406 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Dispõe sobre o reconhecimento como entidade de utilidade pública federal**. Decreto N° 50.517 de maio de 1961. Regulamenta a Lei N° 91 de agosto de 1935.

BRASIL. **Dispões sobre a concessão do Certificado de Entidade de fins Filantrópicos**. Decreto N° 2.536 de 06 de abril de 1998.

BRASIL. **Concessão do registro de entidade no Conselho Nacional de Assistência Social**. Resolução CNAS N° 31 de 24 de fevereiro de 1999.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar N° 101 de maio de 2000.

CALEGARE, Marcelo. A “**construção**” do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à **Organizacional**. *Psicologia Política*, v. 9, n.17, p.129-148, jan - jul 2009.

CAMPOS, Regina (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à Autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARDOSO, Ruth. **Fortalecimento da Sociedade Civil**. In. 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentável. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARTILHA TERCEIRO SETOR. São Paulo: Comissão do Direito do Terceiro Setor - OAB/SP, 2007.

CASTRO, Letícia. **Uma Análise dos Sentidos da Não-Participação para os Moradores de uma Favela em São Paulo nos Serviços Prestados por Organização do Terceiro Setor**. São Paulo: PUC-SP, 2009.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE PSICOLOGIA EM POLITICAS PÚBLICAS. **Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Espinosa: Uma Filosofia da Liberdade**. Editora Moderna: São Paulo, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o Medo. In.: NOVAES, Adauto (org.). **Os Sentidos da Paixão**. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

COELHO, Ricardo. **As Relações entre Estado, Governo e Mercado durante o Século XX**. 2009. Material produzido em parceria com MEC, CAPES, DED, UAB, PNAP para a Especialização em Gestão Pública.

CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neuza. A Construção da Assistência Social como Política Pública. In: **Políticas Pública e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DAMÁSIO, Antônio. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos**. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.

DANTAS, Candida; OLIVEIRA, Isabel; YAMAMOTO, Oswaldo. **Psicologia e Pobreza no Brasil: Produção de Conhecimento e Atuação do Psicólogo**. *Psicologia & Sociedade*, 22(1),2010.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: Filosofia e Prática**. Editora Escuta Ltda: São Paulo, 2002.

ESPINOSA, Baruch. (1677). **Ética**. 2º ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2008.

ESPINOSA, Baruch (1677b). Tratado da Correção do Intelecto. In: **Os Pensadores**. 1ºed. Editora Cultural e Industrial: São Paulo, 1973.

FERNANDES, Rubem. **O que é o Terceiro Setor?** In. 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentável. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais**. Saúde e Sociedade, v.13, n.2, p. 20-31, mai - ago 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o Futuro das Cidades e do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Maria da Graça. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

JÚNIOR, Alcides. **Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro**. 2009. Material produzido em parceria com MEC, CAPES, DED, UAB, PNAP para Especialização em Gestão Pública.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. **Psicologia Social o Homem em Movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEÓNTIEV, A. A. (1931) Artigo de Introdução sobre o Trabalho Criativo de Vigotski. In: VIGOTSKI, L. S. **Teorias e Métodos em Psicologia**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LUNA, Sergio. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1996.

MEREGE, Luiz. **Terceiro Setor: A arte de administrar sonhos**. São Paulo: Plêiade, 2009.

MOLON, S. I. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**. 2º ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NERY, Vânia. **O Trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social – Saberes e Direitos em Questão**, São Paulo: PUC/SP, 2009.

NETTO, N. B. **Suicídio: Uma Análise Psicossocial a partir do Materialismo Histórico Dialético**. Dissertação de Mestrado defendida na PUC-SP, 2009.

PAIVA, Ilana. **Os Novos Quixotes da Psicologia e a Prática Social no Âmbito do Terceiro Setor**. Natal - RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS (AS) NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Conselho Federal e Regional de Assistência Social e Psicologia, Brasília, 2007.

PINTO, Hêider, FRANCO, Túlio, MERHY, Emerson. **Fundação Estatal e o Fortalecimento da Capacidade de Ação do Estado**. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Disponível em: WWW.saude.ba.gov.br. Acesso em 10 dez. 2010.

PIZZOLANTE, Rose. **A Psicoterapia como Compromisso Social, Político e Ético em sua Dimensão Afetiva**. São Paulo: PUC-SP, 2007

PORTO, Fábio. Ação conjunta entre psicólogos e assistentes sociais é essencial para a garantia da emancipação e do protagonismo social da população. In.: **Diálogos: Psicologia Ciência e Profissão**, Ano 7, N° 7, Junho/2010.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Planejamento Urbano. São José dos Campos, São Paulo, Brasil, 2003. Disponível em: www.sjc.sp.gov.br. Acesso em: 15 de setembro de 2008.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade**. Lua Nova, São Paulo, n.69, p.13-48, 2006.

REGO, Tereza. **Vygotsky: Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

REVISTA PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Edição N° 07, 2010.

REY, F. G. **O Social na Psicologia e a Psicologia no Social**. 2° ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

SANTOS, Boaventura. **A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado**. Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, 1998. Disponível em pdf: www.formacaoredefale.pbworks.com. Acesso em: 02 dez. 2010.

SANTOS, Lenir. **Da Reforma do Estado à Reforma da Gestão Hospitalar Federal: Algumas Considerações**. Instituto de Direito Sanitário Aplicado – IDISA, Campinas, 2006.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Municipal). **Autoriza a criação de fundações**. Lei N°3.227 de abril de 1987.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Municipal) **Consolida a legislação municipal sobre a promoção social**. Lei N°6428 de 2003.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Municipal). **Dispõe sobre as diretrizes do serviço social**. Lei N° 6860 de 2005.

SAWAIA, Bader. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. In: Psicologia e Sociedade, 2009a.

SAWAIA, Bader. O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da Exclusão/Inclusão. In.: **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2009b.

SAWAIA, Bader. **Vygotsky: um teórico desbravador de fronteiras ontológicas e epistemológica**. In.: MOLON, S. I. Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky. 2° ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009c.

SAWAIA, Bader **A Emoção como Lócus de Produção de Conhecimento - Uma Reflexão Inspirada em Vygotsky e no seu Diálogo com Espinosa**. III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural, Campinas – SP, 2000.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a Apropriação Científica de um Conceito tão Antigo quanto a Humanidade. In: **Campos (org), Psicologia Social Comunitária**. 9º ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

SÉVÉRAC, Pascal. Conhecimento e Afetividade em Spinoza. In: MARTINS, André (org.) **O mais Potente dos Afetos: Spinoza e Nietzsche**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SILVEIRA, Ramaís. **Neoliberalismo: Conceito e Influência no Brasil – de Sarney a FHC**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Regina. **O Discurso do Protagonismo Juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: Regulação no Brasil**. 4º ed. Petrópolis: São Paulo, 2006.

THOMPSON, Andrés. **Do Compromisso à Eficiência? Os Caminhos do Terceiro Setor na América Latina**. In. 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentável. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

TREZZA, Valéria. **O Termo de Parceria como Instrumento de Relação Público/Privado sem fins Lucrativos: o difícil equilíbrio entre flexibilidade e controle**. Tese de Mestrado em Administração Pública. São Paulo: FGV, 2007.

VIGOTSKI, L.S. (1934) **Pensamento e Linguagem**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L.S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

YAMAMOTO, Oswaldo. Questão Social e Políticas Públicas: Revendo o Compromisso da Psicologia. In.: BOCK, Ana. **Psicologia e o Compromisso Social**. Cortez: São Paulo, 2009.

YAMAMOTO, Oswaldo. **Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso Social: Perspectivas e Limites do Trabalho do Psicólogo**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 30-37, 2006.

YAMAMOTO, Oswaldo. **A Psicologia em Movimento: entre o Gattopardismo e o Neoliberalismo**. In.: Psicologia & Sociedade; jan/dez 2000.

ANEXO A.1
Instituições Conveniadas com a Prefeitura (Total 57)

INFORMAÇÕES:

35 Instituições não tem psi
1 tem psi, mas não quis conversar
2 não consegui contato
19 possui relação com psi

	Área de atuação	Público Atendido	Recursos Financeiros	Nº Psi	Vinculo Empregatício	Trabalho em Equipe	Principais Atividades
1	Crianças, adolescentes e gestantes em situação de risco	170 crianças CECOI 03 Grupos de gestante	Mais de 50% Sec. Educação/ Doações	03 a 04	Voluntário	Mantém contato com A. Social	Atendimento Clínico em consultório
2	Enviar E-mail -	Não Respondeu					
3	População em Vulnerabilidade Plant. Social / Plantão em Favela	100 a 300 pessoas mês	Igreja Doações	1	Contratada 8h por semana	Mantém contato com A. Social	Atendimento Individual e em grupo Plantão na favela
4	Portador de HIV	150 famílias	Mais de 50 % Sec. Des. Social Doações e Eventos	3	Contratada 20h por semana	Mantém contato com A. Social	Atendimento Individual e em grupo
5	Área social / espiritual e psicológica Plantão Social	400 famílias mês	Mais de 50 % Sec. Des. Social Doações e Eventos	1	Voluntário a mais de 10 anos		Não soube dizer
6	Pessoas com deficiência	90 pessoas	Mais de 50 % Sec. Des. Social Doações e Eventos	1	Contratada há mais de 1 ano 20h semanais		Atendimento familiar e público alvo

7	Pessoas com deficiência	80 pessoas de 08 a 45 anos	Mais de 50 % Sec. Des. Social Doações e Eventos Contribuição dos pais	1	Contratada		Não soube dizer
8	Crianças, adolescentes em risco social	60 inverso ao período escolar 80 em oficinas	Menos de 50 % Sec. Des. Social Doações e Eventos	1	Prestador de Serviço 8h mensais	Mantém contato com A. Social	Grupos temáticos de acordo com a necessidade
9	Crianças abrigadas	34 crianças de 0 a 12 anos	Mais de 50 % Sec. Des. Social	X	Parcerias com clinicas	Mantém contato com A. SociL	Atendimento Clínico
10	Famílias, gestantes e idosos em risco social	2000 atendimentos/ mês	Não tem	1			Atendimento Clinico
11	Idoso com renda baixa	88 idosos	Menos de 50 % Sec. Des. Social Doações e Eventos Mensalidade do Idoso	1	Prestador de Serviço 1h por semana		Grupo Terapêutico - Relaxamento
12	Crianças e Adolescentes em situação de risco social	8 mil crianças e adolescentes	100 % recursos públicos	16	Contrato de 40h semanais		Atendimento a crianças e famílias com foco sócio educativo
13	Pessoas acima de 18 anos com câncer	160 por mês	Menos de 50 % Sec. Des. Social Doações e Eventos Parceria com a FGV	3	01 contratada 20 h 02 voluntária	Trabalho em Equipe	Grupos Terapêuticos Atendimento individual
14	Crianças e Adolescentes com câncer Até 18 anos	500 divididos em tratamento, acompanhamento e curados	Telemarketing Eventos	2	1 Supervisora mensal 1 contratada 40h	Trabalho em Equipe	Treinamento e Supervisão Atendimento Criança

15	Crianças em situação de vulnerabilidade	133 de 03 a 05 anos - CECOI	Mais de 50% Sec. Educação	1	Prestador de Serviço 3 x por semana Trabalha há mais de 2 anos		Não soube responder
16	Famílias, gestantes e idosos em situação de vulnerabilidade social	60 idosos 30 gestantes 28 famílias	Mais de 50 % Sec. Des. Social Doações e Eventos	1	Foi voluntária 04 anos e está contratada há 1 ano 20h/semanais	Trabalho em Equipe	
17	Famílias e gestantes em situação de Risco social - Plantão Social	400 famílias - Plantão Social 20 gestantes por ano 30 famílias	100% Prefeitura	1	Trabalhou 1a 6m Pedi conta essa semana	Trabalho em Equipe Psi / A.Social	Atendimento as Famílias
18	Pessoas com deficiência (+16a) e idoso	Não soube dizer Psi recém-contratada	Mais de 50 % Sec. Des. Social Festas e Eventos	3	Contratadas 40h (2 psi há mais de 1 ano)	Trabalho em Equipe (A.Social, Psi, Fono, T.O., Pedag.)	Orientação Profissional
19	Hospital Centro de Reabilitação	Não soube dizer	Não soube dizer "Prefeitura ajuda"	2	Contratadas 1 psi no RH do Hospital 1 psi no Centro de Reabilitação		

ANEXO A.2
Entidades Inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social
(Total 89)

INFORMAÇÕES:

5 instituições desativadas
 45 instituições inscritas no 1º cadastro
 12 não consegui contato
 18 não têm psi
 09 possui relação com psi

	Área de atuação	Público Atendido	Recursos Financeiros	Nº de Psi	Vinculo Empregatício	Trabalho em Equipe	Principais Atividades
1	Educação Infantil	Crianças		1	Prestadora de serviço		
2	Idoso	Idoso (Asilo) menos de 50 idosos	Mais de 50% de recursos públicos	1	Voluntária		Atendimento em grupo para os idosos que tem interesse
3	Educação infantil, ensino fundamental e médio	Crianças e adolescentes em idade escolar		1	Contratado 40h	Trabalho em Equipe	Psicologia Educacional
4	Hospital Escolar (Creche)						
5	Crianças (Creche/CECOI) Gestantes	190 Crianças em educação infantil integral	Mais de 50% de recursos públicos	1	Contratada	Trabalho em Equipe	Trabalho Institucional Atendimento a famílias e profissionais

6	Educação Infantil (Creche/CECOI)	190 Crianças em educação infantil integral	Mais de 50% de recursos públicos	1	Contratada 16h semanal	Trabalho em Equipe	Atendimento psicossocial em grupo para pais e crianças Orientação equipe de sala
7	Pessoas com câncer acima de 18 anos	19 pacientes em tratamento e 1.300 em acompanhamento e suporte aos remédios	Não tem subvenção pública Telemarketing Captação de Recursos	1	Contratada 24h semanal	Trabalho em Equipe A.Social /Nutricionista/Fisio- terapeuta	Atendimento aos pacientes e familiares
8	Unidade móvel – ônibus Atendimento médico e odontológico	Comunidade	Não tem subvenção pública Doações e voluntariado	1	Voluntária 16h mensais		Atendimento psicológico para a comunidade
9	Unidades sócio educacionais (educação básica, lar para crianças, adolescentes e idosos e centros comunitários)	Crianças, adolescentes e idosos	Telemarketing	1	Voluntária		

Anexo B

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social

Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – São Paulo/SP

Fone: (11) 3670-8520 / E-mail: pssocial@pucsp.br

Pesquisadora: Camila Young da Silva
(12) 8154-0034 / camilayoung@yahoo.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
declaro participar da pesquisa de mestrado intitulada “O Psicólogo no Terceiro Setor: os sentidos do trabalho psicossocial na assistência à desigualdade social”, desenvolvida por Camila Young da Silva, de forma livre e esclarecida, estando ciente e de acordo com os termos abaixo:

- 1) todas as informações obtidas serão utilizadas de forma a proteger a identidade dos sujeitos e instituições participantes;
- 2) no texto da dissertação e em quaisquer outros documentos escritos serão utilizados nomes fictícios para referir-se a sujeitos e instituições participantes da pesquisa;
- 3) as informações não serão utilizadas em prejuízo das pessoas e instituições;
- 4) a qualquer momento do processo da pesquisa o participante poderá recusar-se a continuar ou a participar de alguma etapa em particular, sem qualquer prejuízo ou penalização;
- 5) ao final da pesquisa os resultados serão informados a todos os participantes e instituições;
- 6) os resultados da pesquisa poderão ser publicados e apresentados em órgãos acadêmicos/científicos preservando o anonimato dos entrevistados;
- 7) todas as entrevistas serão gravadas em gravador e transcritas posteriormente. As informações coletadas serão utilizadas somente pela pesquisadora com a finalidade de alcançar os objetivos da pesquisa.

São José dos Campos, ____ de _____ de 2010.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante

Anexo C (1)

Roteiro de Entrevista Diretor

I – Dados preliminares:

- 1- Nome:
- 2- Organização do terceiro setor:
- 3- Cargo/ Função:
- 4- Contrato de trabalho:
- 5- Tempo de trabalho:
- 6- Formação:

II – Roteiro da conversa:

- 1 – Conte um pouco sobre essa instituição?
 - objetivo / finalidade
 - recursos
 - parcerias
 - projetos
 - trabalha com comunidade e família?
- 2 - Como é ser diretor nessa instituição?
 - dificuldades
 - desafios
 - afetos
- 3- O que entende por terceiro setor e como avalia a contribuição desta instituição neste contexto?
- 4- Conte um pouco como e quando o profissional de psicologia passou a fazer parte do trabalho institucional?
- 5- Quais as contribuições que a psicologia tem a oferecer neste campo de trabalho?
- 6- Como percebe as relações da equipe de trabalho?
 - há interdisciplinaridade?
- 7- Como ocorre a relação instituição e equipe de trabalho?
- 8- Em sua opinião quais as principais contribuições da psicologia neste contexto?

Anexo C (2)

Roteiro de Entrevista Assistente Social

I – Dados preliminares:

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Organização do terceiro setor:
- 4- Cargo/ Função:
- 5- Contrato de trabalho:
- 6- Tempo de trabalho:

II – Roteiro da conversa:

- 1- Conte um pouco sobre seu trabalho nessa instituição?
 - objetivo/finalidade
 - projetos
 - trabalha com comunidade e família?
- 2- Conte um pouco quem são as pessoas que participam dos trabalhos oferecidos pela instituição e como ocorre essa participação?
 - principais sofrimentos
 - necessidades
 - passividade e potência de ação
- 3- Como é ser Assistente Social nessa instituição?
 - dificuldades
 - desafios
 - afetos
- 4- O que entende sobre terceiro setor e como avalia a contribuição da instituição neste contexto?
- 5 – Conte um pouco quando e como o profissional de psicologia passou a fazer parte do trabalho institucional?
- 6- Fale um pouco de sua relação com a equipe de trabalho em especial com o profissional de psicologia?
 - como ocorre o diálogo entre as áreas
 - há interdisciplinaridade
- 7- Como ocorre a relação instituição e equipe de trabalho?
- 8- Quais as principais conquistas alcançadas pela psicologia e quais os principais desafios?

Anexo C (3)

Roteiro da Conversa Psicólogo

I – Dados preliminares:

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Organização do terceiro setor:
- 4- Cargo/ Função:
- 5- Contrato de trabalho:
- 6- Tempo de trabalho:

II – Roteiro da conversa:

- 1- Fale um pouco de sua trajetória profissional até a chegada a essa instituição?
- 2- Conte um pouco sobre seu trabalho nessa instituição?
 - objetivo/finalidade
 - competências/suporte teórico / dimensões psicológicas
 - projetos / ações
 - trabalha com comunidade e família?
- 3- Conte um pouco quem são as pessoas que participam dos trabalhos oferecidos pela instituição e como ocorre essa participação?
 - principais sofrimentos
 - necessidades
 - passividade e potência para agir
- 4- Como é ser psicólogo nessa instituição?
 - dificuldades
 - desafios
 - afetos
- 5- Descreva uma situação de desafio que foi superada e outra que está tentando superar?
- 6- O que entende por terceiro setor e como avalia a contribuição da psicologia neste contexto?
- 7- Conte um pouco quando e como o profissional de psicologia passou a fazer parte do trabalho institucional?
- 8- Fale um pouco de sua relação com a equipe de trabalho?
 - como ocorre o diálogo entre as áreas
 - há interdisciplinaridade
- 9- Como ocorre a relação instituição e equipe de trabalho?

10- Quais as principais conquistas alcançadas pela psicologia e quais os principais desafios?

11- O que diria para os psicólogos que estão iniciando sua prática no terceiro setor?